



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL – PPGPS

**MARIZANIA BATISTA DE SOUZA ANDRADE**

**O PERFIL DAS PRODUÇÕES DO CBAS E DO ENPESS A PARTIR DA  
VIRADA DO SÉCULO: EM EVIDÊNCIA, O TRABALHO DE ASSISTENTES  
SOCIAIS EM EMPRESAS CAPITALISTAS**

**BRASÍLIA**

**2021**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL – PPGPS

**MARIZANIA BATISTA DE SOUZA ANDRADE**

**O PERFIL DAS PRODUÇÕES DO CBAS E DO ENPESS A PARTIR DA  
VIRADA DO SÉCULO: EM EVIDÊNCIA, O TRABALHO DE ASSISTENTES  
SOCIAIS EM EMPRESAS CAPITALISTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília – UnB como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Oliveira Teixeira

**BRASÍLIA**

**2021**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ap

ANDRADE, MARIZANIA BATISTA DE SOUZA

O PERFIL DAS PRODUÇÕES DO CBAS E DO ENPESS A PARTIR DA VIRADA DO SÉCULO: EM EVIDÊNCIA, O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM EMPRESAS CAPITALISTAS. / MARIZANIA BATISTA DE SOUZA ANDRADE; orientador Sandra Oliveira Teixeira. -- Brasília, 2021.

138 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Política Social) -  
- Universidade de Brasília, 2021.

1. Serviço Social em empresas. 2. Trabalho Profissional.
3. Reestruturação Produtiva. 4. Produção do Conhecimento.
- I. Teixeira, Sandra Oliveira, orient. II. Título.

MARIZANIA BATISTA DE SOUZA ANDRADE

**O PERFIL DAS PRODUÇÕES DO CBAS E DO ENPESS A PARTIR DA  
VIRADA DO SÉCULO: EM EVIDÊNCIA, O TRABALHO DE ASSISTENTES  
SOCIAIS EM EMPRESAS CAPITALISTAS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília – UnB como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Política Social.

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Oliveira Teixeira

(Orientadora – SER/UnB)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariléia Goin

(SER/UnB)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Daniela Neves

(Membro Externo – DESSO/UFRN)

**BRASÍLIA**

**2021**

*Não venci todas as vezes que lutei, mas perdi todas  
as vezes que deixei de lutar!*

*Cecília Meireles*

Às Assistentes Sociais que trabalham no âmbito empresarial.

Às mulheres da minha família Batista.

## AGRADECIMENTOS

Apesar de os processos de pesquisa, estudo e escrita serem relativamente solitários e difíceis (e a construção deste material em específico foi doída e pesada), sou grata à vida por ter tido apoio e incentivo de muitas pessoas que trouxeram leveza e serenidade em meio às turbulências que vivenciei durante essa construção. Meus agradecimentos vão para vocês, pois este trabalho representa a realização de um sonho que não é somente meu, mas de todas as pessoas que me acompanharam durante esse processo.

À minha Orientadora Prof.<sup>a</sup> Sandra Teixeira, por todo apoio, por todas as contribuições, apontamentos, dedicação, disponibilidade para me orientar, pelo compartilhamento, pela sensibilidade neste momento difícil de escrita, compreendendo minhas dificuldades e questões particulares, e por ter lutado por mim e junto comigo nesta batalha para obtenção do título de mestrado, não me deixando desistir. Mil vezes, Obrigada!

Às queridas professoras Daniela Neves e Mariléia Goin, por terem aceitado o desafio de avaliar essa dissertação, pela disponibilidade, apoio e pelas riquíssimas contribuições. Meus profundos agradecimentos!

Ao departamento de Serviço Social, ao PPGPS e à UnB, que tanto me proporcionou, pelo aprendizado, por serem imprescindíveis na minha formação e constante amadurecimento seja do ponto de vista teórico, seja na reconstrução como ser social.

Agradeço especialmente, pelas aproximações sucessivas com meus colegas, principalmente com minha amiga querida Maria Cerqueira, que sempre me levantou nos momentos difíceis trazendo uma palavra positiva.

Ainda sobre o PPGPS, destaco um agradecimento especial à Coordenação do PPGPS, por todo suporte e apoio prestados nesta empreitada. Agradeço ainda ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Seguridade Social e Trabalho – GESST por ter me proporcionado a oportunidade de participar da missão PROCAD na Universidade Federal do Rio Grande do Norte –UFRN, em 2019.

A Domingas Carneiro, secretaria do PPGPS, pelo seu trabalho e suporte administrativo impecáveis.

Agradeço às professoras do GEPTED/QTEMOSS, principalmente à professora Ilidiana Diniz, pelo acolhimento durante a missão PROCAD na UFRN e em especial à professora Daniela Neves pela acolhida e estadia no Rio Grande do Norte.

Agradeço ao Hércules Chim, que compartilhou comigo todos os momentos de angústia e desespero, sempre me incentivando, me aconselhando, por acreditar mais em do que eu mesma, não me deixando nem pensar em desistir. Obrigada, por todas as contribuições, principalmente extrair os arquivos dos CDs no computador e por me ensinar a usar de forma correta o programa Excel, que me ajudou a analisar os dados deste trabalho. Obrigada por tudo e por tanto, pois esse mestrado é a realização de um sonho nosso!

A minha família e sobretudo, a minha mãe, dona Maria Cleuta (minha Cleutinha), mulher guerreira, cujo sonho sempre foi o de ver seus filhos formados, sou grata pela torcida, por acreditar e apostar em mim.

As minhas irmãs (carinhosamente: Vaíza, Lucinha, Jana e Dinha), o meu muito obrigada pelo carinho, afeto e encorajamentos constantes. Essa conquista também é de vocês!

A professora e amiga Ailta Barros de Souza, pela amizade, pelo carinho, apoio e incentivos, por acreditar em mim e me encorajar a nunca desistir. Por todo o suporte que me proporcionou durante este mestrado, muito obrigada!

Agradeço as minhas amigas queridas, Naira Carolina Carvalho, Valdenise Barreto e Luciana Braz. Vocês estiveram comigo sempre, me apoiando, incentivando e confortando com afeto e palavras positivas durante esse percurso e, especialmente, durante minhas crises de desespero.

Agradeço, principalmente, à todas as Assistentes Sociais, Professoras e Estudantes, que tem contribuído para a produção do conhecimento sobre o Trabalho Profissional nas empresas capitalistas. Muito Obrigada por resistirem e pela partilha!

## RESUMO

Esta dissertação caracterizou o perfil da produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro que trata sobre o trabalho profissional na particularidade das empresas capitalistas. Primeiramente, fez uma revisão bibliográfica sobre particularidades da reestruturação produtiva no Brasil e do desenvolvimento do trabalho profissional do Serviço Social em empresas capitalistas. O universo pesquisado foram os Anais relativos aos anos 2001 a 2019 dos CBAS e 2006 a 2018 dos ENPESS, considerados principais eventos da categoria profissional de Serviço Social. No segundo momento, foi feito o mapeamento das informações gerais sobre o material analisado. Foram identificados 43 trabalhos apresentados nos CBASs e 46 nos ENPESSs. Concluiu-se que, a maioria da produção do CBAS é oriunda do Sudeste brasileiro e a produção do ENPESS vem da região Nordeste; a maioria das autoras dos trabalhos dos CBAS são Assistentes Sociais e do ENPESS são estudantes; os trabalhos são provenientes de Resultados de Pesquisa e a maioria dos assuntos abordados nos textos estão relacionados aos seguintes aspectos: I) à Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho; e, II) à Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social. Constata-se que a Sistematização do Trabalho Profissional no âmbito das empresas capitalistas tem sido uma preocupação recorrente das pesquisadoras na produção de conhecimento sobre o Serviço Social brasileiro desde final do Século XX e encontra-se em plena expansão nas duas primeiras décadas desse Século XXI.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviço Social em empresas. Trabalho Profissional. Reestruturação Produtiva. Produção do Conhecimento.



## **ABSTRACT**

This dissertation characterized the profile of knowledge production in the Brazilian Social Service that deals with professional work in the particularity of capitalist companies. First, it carried out a bibliographical review on the particularities of productive restructuring in Brazil and the development of professional work in Social Work in capitalist companies. The universe researched were the Annals for the years 2001 to 2019 by CBAS and 2006 to 2018 by ENPESS, considered the main events of the professional category of Social Work. In the second moment, the mapping of general information about the analyzed material was done. Forty-three works presented in the CBASs and 46 in the ENPESSs were identified. It was concluded that the majority of CBAS production comes from Southeastern Brazil and ENPESS production comes from the Northeast region; most authors of CBAS works are Social Workers and ENPESS are students; the works come from Research Results and most of the subjects covered in the texts are related to the following aspects: I) Professional Performance, Conditions and Work Spaces; and, II) Corporate Social Responsibility and Social Service. It appears that the Systematization of Professional Work within capitalist companies has been a recurrent concern of researchers in the production of knowledge about Brazilian Social Work since the end of the 20th century and is in full expansion in the first two decades of the 21st century.

**KEY WORDS:** Social Work in companies. Professional Work. Productive Restructuring. Knowledge Production.

## LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CCQ	Círculo de Controle de Qualidade
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
PDV	Programa de Demissão Voluntária
PRL	Participação nos Lucros e Resultados
QVT	Qualidade de Vida no Trabalho
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1</b> – Valores nominais e Proporcionalidades dos Trabalhos Apresentados por cada evento do CBAS .....	108
<b>GRÁFICO 2</b> – Valores nominais e Proporcionalidades dos Trabalhos Apresentados por cada evento do ENPESS .....	119
<b>GRÁFICO 3</b> – Quantidade de Trabalhos Apresentados nos CBASs por região geográfica .....	114
<b>GRÁFICO 4</b> – Quantidade de Trabalhos Apresentados nos ENPESSs por região geográfica .....	115

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b> – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)	113
<b>QUADRO 2</b> – Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) Em Serviço Social (ENPESS)	114
<b>QUADRO 3</b> – Temas os trabalhos apresentados nos CBASs	118
<b>QUADRO 4</b> – Temas dos os trabalhos apresentados nos ENPESSs	121

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....</b>	<b>29</b>
<b>1. CAPITALISMO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SUAS PARTICULARIDADES NO BRASIL .....</b>	<b>37</b>
1.1 O trabalho no capitalismo e os aspectos de seu modo de produção .....	37
1.2 Considerações sobre os modelos de produção capitalista: traços históricos do fordismo aos aspectos da reestruturação produtiva .....	52
1.3 A recente reestruturação produtiva na particularidade brasileira e suas implicações na organização das empresas .....	72
<b>2. CONDIÇÕES HISTÓRICAS E SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NAS EMPRESAS CAPITALISTAS .....</b>	<b>80</b>
2.1 Aspectos históricos do Serviço Social e o significado social da profissão na particularidade brasileira.....	80
2.2 Implicações da reestruturação produtiva no Serviço Social .....	91
2.3 O Serviço Social nas empresas em tempos de reestruturação .....	96
<b>3. O SERVIÇO SOCIAL NAS EMPRESAS CAPITALISTAS: análise da produção conhecimento nos CBASs e ENPESSs. ....</b>	<b>107</b>
3.1 Características gerais dos trabalhos apresentados nos CBASs e nos ENPESSs. ....	107
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>128</b>
<b>REREFÊNCIAS .....</b>	<b>132</b>

## INTRODUÇÃO

Considerando as perspectivas teóricas que embasam o Serviço Social brasileiro e tomando como ponto de partida o processo de reestruturação produtiva colocado em curso pelo modo de produção capitalista para responder a crise estrutural intensificada após 1973 e os seus impactos no trabalho no cenário mundial, especificamente na particularidade brasileira, esta **pesquisa** analisa o perfil das produções sobre o trabalho profissional das assistentes sociais<sup>1</sup> em empresas capitalistas apresentadas a partir da virada do século XX nos principais eventos do Serviço Social: o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS e o Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social – ENPESS.

A incumbência de escrever sobre a produção do conhecimento não é fácil, sobretudo quando se trata do Serviço Social, considerando o crescimento significativo obtido nos últimos 40 (quarenta) anos na produção teórica da profissão. O âmbito acadêmico é um dos principais responsáveis por este avanço, uma vez que uma das razões de tal crescimento é decorrente da ampliação dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação. Como destacado por José Filho (2009, p.4), “neste universo da produção científica o Serviço Social se situa com programas de pós-graduação nível mestrado e programas nível doutorado no Brasil”. No que se refere aos percursos teóricos que demarcam estas produções, Guedes e Fortuna (2020, p. 26) destacam que são variados “os caminhos teórico-metodológicos que iluminam a produção do conhecimento e a pesquisa social nas ciências sociais e, particularmente no serviço social”. Embora, ainda segundo as autoras, as tradições ou matrizes teóricas sejam compartilhadas por diversos pensadores com diferentes ideias, nelas há elementos centrais que fazem com que estes/as pensadores/as se articulem, “dentre eles não somente a concordância com determinada teoria social, mas também sustentados em uma dimensão político-ideológica

---

<sup>1</sup>Considerando que a categoria profissional ainda é predominantemente feminina, conforme dados da pesquisa “Assistentes Sociais no Brasil” realizada pelo CFESS em 2005, adota-se aqui a linguagem de gênero ao se referir à categoria profissional. Ressalta-se que, o CFESS lançou a “*Campanha Nacional Viva Sua Identidade – Assistente social, o seu perfil é a nossa identidade!*”. Esta campanha foi realizada entre de 2016 a 2019 com o propósito de fazer o Recadastramento Nacional Obrigatório de Assistentes Sociais. Além disso, tinha como uma de suas ações a realização da “*Pesquisa sobre o Perfil da/o Assistente Social e Realidade do Exercício Profissional*”, tendo como um dos objetivos atualizar estes dados e conhecer melhor o perfil da categoria. Estes dados ainda não foram socializados. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/>>. Acesso em: out. 2020.

que os situam em um determinado campo teórico-metodológico.” (GUEDES; FORTUNA, 2020, p. 26).

Ao fazer prévia pesquisa<sup>2</sup>, percebeu-se a carência de produção sobre o trabalho profissional de Assistentes Sociais em empresas, especificamente daqueles referentes ao perfil, à pesquisa teórica e sistematização do trabalho profissional no âmbito das empresas capitalistas. Este levantamento primário foi feito nas plataformas disponíveis *online*, tais como o banco de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, especificamente na plataforma Sucupira, na plataforma Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, nas plataformas das próprias universidades, como por exemplo no repositório institucional da UnB, além das plataformas Google Acadêmico, biblioteca eletrônica *Scielo* que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros, bem como as plataformas de revistas que disponibilizam os periódicos *online*, tais como a Revista *Katálysis* e *Temporalis*.

Nas últimas décadas do século XX foram identificados alguns livros e artigos publicados em livros ou em revistas que tratam, principalmente, sobre a reestruturação produtiva e o Serviço Social; sobre o Serviço Social na reestruturação produtiva; sobre o Serviço Social em empresas, geralmente com foco na gestão e organização das empresas, na responsabilidade social empresarial ou na consultoria social nas empresas. Os mais conhecidos no âmbito acadêmico e no seio da categoria, que reverberam o pioneirismo, são de autoria ou organização de Ana Elizabete Mota - “*O Feitiço da Ajuda: as determinações do Serviço Social na Empresa*”, tendo sua primeira versão publicada em 1985; e, “*A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*” publicado em 1998. Além destes, no livro “*O Serviço Social na Era dos Serviços*”, publicado pela Cortez Editora, há um artigo intitulado “*O Serviço Social e o mundo da grande empresa*”, produzido por Ursula Karsch (1989). Estas produções abordam a discussão sobre o processo de reestruturação produtiva e suas inflexões no mundo do trabalho, que estão intrinsecamente relacionadas às novas requisições colocadas para o Serviço Social nas empresas, principalmente capitalistas.

---

<sup>2</sup> Esta pesquisa foi feita a partir dos seguintes descritores: O Serviço Social em Empresas; O Trabalho do Assistente Social em Empresas; Produção Teórica sobre o Serviço Social em Empresas; Tendências teórica da Produção do Conhecimento do Serviço Social sobre o Trabalho Profissional em Empresas; Produção do Conhecimento do Serviço Social sobre o espaço ocupacional empresarial; Reestruturação Produtiva e o Serviço Social em Empresas.

As produções mais recentes, também conhecidas, sobre a temática são: o livro produzido por Freire (2010) *“O Serviço Social na Reestruturação Produtiva: espaços, programas, direções e processos de trabalho”*; os artigos produzidos por Amaral e César (2009), intitulados *“O trabalho do Assistente Social nas empresas capitalistas”* e *“O Trabalho do Assistente Social nas Fundações Empresariais”*, compartilhando resultados de pesquisas e reflexões sobre o trabalho profissional em empresas e sobre como este é afetado pelas transformações no mundo do trabalho, a partir das mutações das forças produtivas e dos mecanismos de reprodução social; Mônica César (2010) que publicou capítulo de livro sobre a especificidade deste trabalho nas políticas de recursos humanos nas empresas públicas sob título: *“O Serviço Social e a reestruturação industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional”*. In: *A nova fábrica de consenso: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*; e a dissertação de mestrado sob o título: *“O Serviço Social em empresas: formulações acerca de um espaço de atuação profissional”*, defendida por Araújo (2010), que apresenta o debate sobre a empresa como espaço de atuação profissional e aborda aspectos do trabalho profissional neste espaço; o artigo *“Serviço Social em empresas: consultoria e prestação de serviços”*, publicado por Giampaoli (2013) na Revista Serviço Social e Sociedade; o livro *“O Serviço Social em empresas para além da crítica: espaços de enfrentamento e atuação profissional”*, publicado em 2015, organizado por Ilma Doherty, que traz uma coletânea de artigos produzidos por profissionais que atuam em empresas, nos quais abordam os desafios cotidianos enfrentados nas diversas áreas de atuação no ambiente de trabalho; e, o artigo publicado na Revista Temporalis, por Gomes et al (2019), com o título *“Comissão de Empresa: espaço de interlocução profissional e resistência”*, em que as autoras apresentam uma síntese de um dos seminários promovidos pela Comissão Temática de Empresa do Conselho Regional de Serviço Social CRESS-RJ.

Para além dos textos citados anteriormente, foram encontrados outros trabalhos cujos estudos transitam nas discussões sobre os desafios que se colocam para a profissão face à reestruturação produtiva na contemporaneidade; sobre a responsabilidade social, estratégia empresarial e investimento social; políticas de recursos humanos nas organizações empresariais (privadas e públicas) e as transformações decorrentes do processo de reestruturação produtiva na operacionalização do trabalho profissional; requisição de assistentes sociais no âmbito empresarial e o trabalho de assistentes sociais na gestão de Recursos Humanos em empresas; atuação profissional nas ações de



responsabilidade social desenvolvidas pelas empresas; reflexões sobre o trabalho profissional em empresas e o impacto das transformações no mundo do trabalho; a empresa como espaço de atuação profissional e os aspectos do trabalho profissional neste espaço; a dinâmica do trabalho de assistentes sociais em consultorias empresariais, prestando serviço de forma terceirizada em empresas; a consultoria empresarial de Serviço Social em face da reestruturação produtiva; responsabilidade social no Brasil à luz do conhecimento do Serviço Social; processos de gestão de ações de responsabilidade social empresarial e atuação de assistentes sociais; desafios cotidianos enfrentados no ambiente de trabalho;

Dentre os trabalhos encontrados no prévio levantamento, foi possível identificar, ainda que de modo sucinto, os caminhos pelos quais se desenham as produções sobre o trabalho profissional em empresas. Neste levantamento bibliográfico, destacam-se três estudos que tiveram como objeto de estudo a relação entre a produção do saber e o trabalho profissional em empresa. O primeiro é o estudo feito por Araújo (2010), já citado neste trabalho. A dissertação de mestrado foi transformada em um artigo sobre a temática que foi publicado na coletânea de artigos do livro organizado por Ilma Doherty, publicado em 2015, mencionado anteriormente. Fábio Araújo (2015) realizou a análise da literatura sobre a relação entre Serviço Social e Empresa. O autor teve como foco analisar a produção do conhecimento da Revista Serviço Social & Sociedade ao longo das suas 100 primeiras edições. Identificou 925 publicações entre artigos, resenhas, entrevistas, depoimentos e relatos de experiências, publicados ao longo das três décadas da Revista. Deste número, apenas 30 publicações abordavam a relação entre Serviço Social e empresa. Chamou a atenção do autor um aspecto presente nas primeiras publicações, que diz respeito à preocupação acerca do papel e da legitimidade do Serviço Social no âmbito das empresas. Nas análises, destaca que os autores destas publicações chamam atenção para a importância da definição dos papéis e das atribuições das assistentes sociais na empresa, como por exemplo, Freire (1985); Rico (1980) e (1985); Fernandes *et al.* (1979); Duarte *et al.* (1986); Mota (1987). Em síntese, o autor afirma que os primeiros artigos analisados “retratam a preocupação com a afirmação profissional no espaço empresarial” (ARAÚJO, 2015, p. 40).

O segundo estudo encontrado foi o de Souza e Chaves (2017), intitulado “*A atuação do assistente social em empresas privadas: notas sobre a produção da*

*categoria*”<sup>3</sup>. Este artigo foi apresentado em 2017, na VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas que ocorreu na Universidade Federal do Maranhão. As autoras analisaram a produção mais recente, expressa em revistas e em congressos da categoria, acerca do trabalho de assistentes sociais em empresas. Elas indicam as tendências mais gerais das condições de trabalho e das demandas apresentadas ao profissional e como a profissão tem sido impactada pela reestruturação produtiva neste espaço ocupacional. Souza e Chaves (2017) analisaram a produção sobre o tema presente nos anais dos principais eventos nacionais da categoria, que são o CBAS e ENPESS. Foram analisados os anais dos CBASs realizados no período entre 2004 a 2016 e dos ENPESSs no período de 2010 a 2012. Além desses, foram analisados pelas autoras alguns artigos da Revista Serviço Social & Sociedade do período recente compreendido entre os anos de 2010 até abril de 2016 totalizando 25 edições. Em síntese o estudo mostrou que há pouca produção teórica sobre a temática, embora apresentem elementos importantes que precisam ser problematizados pela categoria, como por exemplo às novas demandas da empresa e dos trabalhadores, as condições de trabalho e a forte tendência à terceirização da contratação do trabalho do assistente social.

O terceiro, e mais recente estudo encontrado, foi a dissertação de mestrado defendida por Silva (2018), na qual a autora analisou as monografias produzidas no âmbito da graduação em Serviço Social, em Juiz de Fora, que tiveram o trabalho profissional em empresas como objeto de estudo, entre 1961 e 2016. O objetivo da autora foi analisar as concepções de profissão orientadoras do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas expressas na formação acadêmico-profissional de Serviço Social. A autora parte da premissa de que o trabalho profissional em empresas, como evidenciado nas monografias que tiveram como objeto de estudo a referida temática, “se metamorfoseia a partir de mudanças endógenas e exógenas ao Serviço Social que se expressam em diferentes concepções de profissão em cada contexto histórico” (SILVA, 2018, p. 20).

Isto posto, percebe-se que a maioria das produções sobre o trabalho profissional nas empresas está voltada para: a discussão da dimensão da empresa e do processo de reestruturação produtiva e seus reflexos, especialmente no que se refere às demandas

---

<sup>3</sup> As autoras destacam que este artigo resulta da pesquisa intitulada “*O Trabalho do Assistente Social nas empresas privadas da Região dos Inconfidentes*”. A referida pesquisa é desenvolvida com apoio da FAPEMIG e busca analisar como tem ocorrido a inserção de assistentes sociais em empresas privadas da região denominada Inconfidentes. A pesquisa faz parte do Projeto de Iniciação Científica da Universidade Federal de Ouro Preto e foi apresentada no *Encontro de Saberes - Semana de Iniciação Científica* em 2017.

colocadas para as profissionais; sobre a responsabilidade social empresarial e as consultorias empresariais; e, sobre a definição das atribuições profissionais e a preocupação em relação à efetivação do Serviço Social no âmbito empresarial. O Serviço Social e a responsabilidade social das empresas é um dos temas mais presentes nas três produções supracitadas e nas produções citadas no item 2.3 do capítulo 2. Menezes (2010) salienta como as empresas tem incorporado a responsabilidade social como uma alternativa para agregar valor à sua marca por meio das chamadas ações empresariais (sistemática e não mais restrita a doações de alimentos, etc.) e que tem se constituído como um novo campo de atuação para profissionais assistentes sociais, sendo assim necessário conhecer quais são os principais objetivos desse potencial campo de atuação. Outro campo em ascensão destacado por Giampaoli (2013) é a relação entre o Serviço Social em empresas e a consultoria e a prestação de serviços, enfatizando as implicações que a utilização de nomes genéricos em seus cargos, como “consultores em Serviço Social” e “consultores de atendimento” podem atingir na precarização do trabalho das profissionais. Raichelis (2011) aborda a importância de se compreender que a assistente social é trabalhadora assalariada e também sofre os impactos decorrentes do processo da reestruturação produtiva do capital.

A importância de conhecer o perfil da produção do conhecimento do Serviço Social contribui para o desenvolvimento da profissão e de suas atividades investigativas, estimulando a pesquisa e sua relação intrínseca com o trabalho profissional. Segundo Netto (2009), no campo de trabalho e intervenção, o profissional deve desenvolver atitude investigativa, uma vez que a pesquisa possibilita que este profissional acompanhe os avanços dos conhecimentos pertinentes ao seu espaço sócio-ocupacional, procurando sempre “conhecer concretamente a realidade da sua área particular de trabalho” (NETTO, 2009, p. 694). O autor destaca que conhecer essa realidade é o meio pelo qual o profissional qualifica o seu trabalho profissional, qualificação essa determinada no Código de Ética Profissional como um compromisso com a qualidade dos serviços à população. Nesse sentido, Netto (2009), enfatiza que a aproximação com o marxismo foi um fator crucial tanto para o avanço da dimensão investigativa no Serviço Social quanto para consolidação da profissão como produtora do conhecimento. Ainda que durante um determinado período para o Serviço Social, a pesquisa tenha sido um elemento quase desconhecido, e por isso sua inserção no âmbito profissional tenha sido tardia, é impensável a existência da profissão sem ela, constituindo-se atualmente como um dos

principais instrumentos do trabalho profissional. Para Guerra (2009) a pesquisa atesta o estatuto de maioria intelectual à profissão.

A pesquisa assume, assim, um papel decisivo na conquista de um estatuto acadêmico que possibilita aliar formação com capacitação, condições indispensáveis tanto a uma intervenção profissional qualificada, quanto à ampliação do patrimônio intelectual e bibliográfico da profissão, que vem sendo produzido especialmente, mas não exclusivamente, no âmbito da pós-graduação stricto sensu. Apesar da nossa recente tradição em pesquisa e do viés empirista e epistemologista que a caracteriza, nota-se uma significativa expansão dela nos últimos anos e também um significativo avanço na sua qualidade, a partir da adoção do referencial teórico-metodológico extraído da tradição marxista (GUERRA, 2009, p.702).

Assim como é importante falar da importância da dimensão investigativa, é também fundamental compreender as demais dimensões do Serviço Social para compreender o direcionamento teórico pelo qual transcorre a produção do conhecimento. A dimensão teórica dessa profissão não se caracteriza a partir das representações sociais, mas da base material da sociedade e das ideias que o profissional tem a respeito do significado social e histórico da profissão e do projeto profissional, que “expressa uma condensação das dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas no Serviço Social, englobando a formação e o exercício profissional” (IAMAMOTO, 2006, p. 26). Tais dimensões são indissociáveis e o seu domínio é crucial para o desenvolvimento do trabalho profissional nos espaços sócio-ocupacionais. Dominar e conhecer as dimensões de forma articulada na sistematização das demandas profissionais mostra que a assistente social caminha para atividade fim da profissão, rumo à mediação com o projeto ético político da profissão. Pois, o cotidiano profissional pode ou não permitir ou viabilizar uma análise a partir de uma leitura crítica da realidade, que vise uma teoria e uma postura política que vai ao encontro (ou não) com o projeto hegemônico defendido pela categoria profissional, ou seja, que tenha na busca pela liberdade – emancipação humana, o valor ético central conforme o Código de Ética Profissional.

Com base nos estudos de Santos (2002), o termo dimensão é compreendido como propriedade de alguma coisa, no sentido de seus pressupostos, suas direções, de seus fundamentos e princípios. As dimensões do Serviço Social representam as direções e pressupostos que a categoria profissional foi desenvolvendo ao longo de sua construção sócio-histórica, que dão bases para o direcionamento do trabalho profissional. O direcionamento teórico está relacionado à apreensão de diferentes teorias para que as profissionais possam fazer uma leitura crítica e intervir na realidade social no cotidiano profissional, enquanto a questão metodológica está relacionada ao como fazer

profissional. Juntas, possibilitam a análise do real e seus processos sociais na sociedade capitalista, conforme argumenta a autora.

Santos (2002), afirma que o direcionamento ético-político diz respeito à tomada de posição profissional e que não existe neutralidade no trabalho profissional. As profissionais se posicionam profissionalmente de acordo ou não com os pressupostos do projeto ético político profissional, sobretudo com os princípios éticos fundamentais da profissão. Os princípios do Código de Ética da profissão, como por exemplo, a liberdade e a democracia “são simultaneamente valores e formas de viabilização da emancipação humana” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 58).

Feitas estas considerações iniciais, corroboram-se as afirmações de Netto (1999) e Iamamoto (2006) sobre não existir projeto profissional desarticulado de projetos societários ou de sociedade. O desafio profissional está em atuar, diante das condicionalidades do ambiente profissional, especialmente o cenário sócio-econômico na atualidade, tendo como elemento norteador o projeto ético político da profissão. Para isso, é necessário ter clareza do direcionamento teórico na intervenção profissional, uma vez que as respostas dadas às demandas dependem do compromisso ético político. Daí a importância de compreender os direcionamentos dados pelas profissionais de Serviço Social nos espaços sócio ocupacionais das empresas, marcados por uma miríade de desafios.

Assim, o Serviço Social tem um projeto político, ainda hegemônico, com uma perspectiva analítica de leitura crítica da realidade social com base na teoria social de Marx, projeto este que tem como um de seus princípios o “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CFESS, 2012, p. 23). E, considerando que a questão social – consubstanciada em suas múltiplas expressões concretas – é matéria/objeto de intervenção profissional, sendo esta indissociável da forma de organização da sociedade capitalista, e os fundamentos teóricos e seus elementos balizadores do Serviço Social, questiona-se qual é o perfil das produções do conhecimento do Serviço Social sobre o trabalho profissional no espaço sócio-ocupacional empresarial? Quais são as principais áreas de atuação no interior das empresas identificados nos textos? Quais os principais assuntos abordados nos textos? Quais as principais referências teóricas contidos nas publicações?

Nesse sentido, esta pesquisa buscou analisar os trabalhos sobre a temática apresentados nos CBAS e ENPESS, principais eventos do Serviço Social, partindo das

seguintes questões: nos anais dos principais eventos da categoria profissional de Serviço Social, que são o CBAS e o ENPESS, há trabalhos que tratem sobre o trabalho profissional de assistentes sociais em empresas? Quais são as características gerais da produção do conhecimento sobre a temática nos trabalhos apresentados, tais como: formação e vínculo profissional, região, tipo de pesquisa e eixo temático? A fim de responder a essas questões, este trabalho tem **como objetivo geral** analisar o perfil das comunicações sobre o trabalho profissional das assistentes sociais em empresas capitalistas nos trabalhos apresentados nos eventos CBAS e ENPESS, a partir dos anos 2001 e 2006, respectivamente. Os **objetivos específicos**:

- 1) Mapear e analisar os trabalhos aprovados e apresentados nos CBAS a partir dos anos 2001 e nos ENPESS a partir dos anos 2006;
- 2) Caracterizar o perfil da produção bibliográfica por meio dos trabalhos apresentados sobre o Serviço Social em empresas, considerando a natureza da produção, temáticas, objetivos, autoria, região geográfica, formação e vínculo profissional;
- 3) Destacar as áreas de atuação das profissionais e os principais assuntos abordados na escrita dos textos apresentados nos eventos;

O objeto de estudo deste trabalho está fundamentado teoricamente na relação entre o Serviço Social e o trabalho profissional em empresas capitalistas na particularidade brasileira. Esta relação, pode ser evidenciada, com base em Yamamoto e Carvalho (2012), nos anos 1940, com a criação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e SESI (Serviço Social da Indústria), ampliação no contexto dos avanços da industrialização, especificamente a partir dos anos 1960 e dos anos 1970. A agitação política e social experienciada pela sociedade brasileira nestas duas décadas, ainda que sob os efeitos do golpe militar de 1º de abril de 1964, contribuiu para a expansão do Serviço Social no âmbito empresarial.

Isto posto, destaca-se o espaço ocupacional das empresas capitalistas como área de atuação das assistentes sociais, sendo este o espaço que demarca o objeto de pesquisa deste trabalho que são as produções do conhecimento sobre o trabalho de assistentes sociais no âmbito empresarial presentes nos Anais dos CBAS e ENPESS. Emprega-se a utilização do termo empresas capitalistas neste trabalho de acordo com as reflexões feitas por Amaral e Cesar (2009) e Mota (2010a), que partem da assertiva que as empresas são

sociedades que realizam seu trabalho através da divisão do trabalho e, portanto, constituem-se como empresas capitalistas. Além disso, entende-se como empresas capitalistas, na perspectiva de Mota (2010a), aquelas que representam institucionalmente o capital. Em outras palavras, aquelas privadas ou de economia mista que têm como fundamento o interesse e a expansão do capital, utilizando-se do Serviço Social como um dos mecanismos para manter a ordem capitalista. Isso não quer dizer que há uma convivência da profissão com as exigências do capital, mas que, segundo Mota (2010a p. 30), “a presença do assistente social numa empresa, antes de qualquer coisa, vem confirmar que a expansão do capital implica na criação de novas necessidades sociais”. O ambiente empresarial é um espaço importante de atuação profissional e que muito tem contribuído para os avanços da categoria profissional.

Segundo Amaral e Cesar (2009) a presença de profissionais do Serviço Social nas empresas capitalistas ganhou maior expressão no Brasil a partir dos anos 1970 e consolidou-se nos anos 1980, tendo em vista que a conjuntura do país nesse período favoreceu a expansão do mercado de trabalho na área, que se tornou um dos campos que mais emprega assistentes sociais, embora a esfera pública ou estatal ainda seja uma das responsáveis pelo maior número de contratações<sup>4</sup>. Cabe destacar que, nestas duas décadas aconteceram várias mudanças na realidade social, sobretudo no campo do trabalho, impactando significativamente o trabalho das assistentes sociais nas empresas<sup>5</sup>.

Para Amaral e Cesar (2009), na particularidade brasileira ocorreram mudanças significativas nas empresas capitalistas na década de 1980. Estas mudanças foram “determinadas pela nova dinâmica da acumulação capitalista e respondem à necessidade de integração a um mercado cada vez mais competitivo e globalizado”, (AMARAL; CESAR, 2009, p. 1), pois, o modo de produção capitalista entra em crise, exigindo novas estratégias para sair do então estágio de crise estrutural e manter a acumulação. Nesse sentido, a reestruturação produtiva surgiu como uma destas estratégias para dar respostas à crise, cujo processo iniciou na segunda metade do século XX. Esse conjunto de

---

<sup>4</sup> Segundo dados da pesquisa realizada pelo CFESS em 2005, intitulada “Assistentes Sociais no Brasil”, o Serviço Social está inserido na esfera pública estatal, com 78,16%, no nível nacional, considerando as instituições públicas municipais, estaduais e federais. Embora, estes dados tenham mudado significativamente nos últimos 15 anos, abrindo outros espaços ocupacionais para o Serviço Social, como a área do meio ambiente, a esfera pública estatal ainda é a maior empregadora desta categoria profissional no país.

<sup>5</sup> Parte do texto contido neste parágrafo contém trechos do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Assistentes Sociais nas empresas: uma análise do perfil e da prática profissional no Distrito Federal”, apresentado pela estudante pesquisadora em 2015 no Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB). Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/11641>>.

transformações também vão ter reflexos no Serviço Social tanto como categoria profissional quanto nos espaços sócio-ocupacionais e no âmbito da produção do conhecimento<sup>6</sup>. A aproximação com a teoria social marxiana foi uma das mudanças mais significativas no âmbito do Serviço Social<sup>7</sup>.

A década de 1990 não foi diferente, pois também marcou não só a profissão, mas também trouxe mudanças significativas para a sociedade brasileira. As frequentes crises econômicas mundiais e, especialmente na América latina, impunham a adoção de um conjunto de medidas e estratégias para responder aos desafios estruturais preservando a ordem capitalista. Dentre as medidas recomendadas por organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial, a reforma do Estado foi componente decisivo, como parte de um processo global de reestruturação do capital. Segundo Behring (2008), a proposta de reforma do estado consistiu na adoção do projeto neoliberal cuja resposta para a crise se expressou na redução do papel do Estado e ampliação do mercado, chegando com muita força no Brasil na década de 1990. A autora caracterizou tal processo como *“uma contra-reforma do Estado, que implicou um profundo retrocesso social, em benefício de poucos”* (BEHRING, 2008, p. 22, grifos da autora). De acordo com Paniago (2007), essa contrarreforma atende as exigências dos organismos internacionais, que vêm sendo implementada desde 1990. Já Ricardo Antunes, (2012), afirma que a contrarreforma foi impulsionada *“pela nova divisão internacional do trabalho e pelas formulações definidas pelo Consenso de Washington”* (ANTUNES, 2012, p. 44). Tais reformas acompanham a reestruturação produtiva e organizacional, que é parte desse conjunto de estratégias capitalistas para enfrentar a crise estrutural do capital, *“as quais promoveram uma guinada nas relações entre capital e trabalho, antes pactuadas no período conhecido como Estado do Bem-Estar, para um modelo neoliberal de enfrentamento da crise”* (PANIAGO, 2007, p. 1).

Para Antunes (2012), este período desencadeou uma onda de desregulamentações nas mais variadas esferas do mundo do trabalho. A empresas foi um dos setores que sofreu mudanças significativas, como, por exemplo, a indústria automobilística brasileira. Segundo o autor, foi um setor submetido a novos regimes de proteção, tendo que intensificar o processo de reestruturação produtiva por meio das

---

<sup>6</sup> Parte do texto contido neste parágrafo contém trechos do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *“Assistentes Sociais nas empresas: uma análise do perfil e da prática profissional no Distrito Federal”*, apresentado pela estudante pesquisadora em 2015 no Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB). Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/11641>>.

<sup>7</sup> Este será aprofundado no capítulo 3.



inovações tecnológicas, por exemplo. Por outro lado, de acordo com Amaral e Cesar (2009), o discurso das empresas voltou-se para as exigências de diversas competências e qualificações dos/das trabalhadores/as, bem como a adequação da força de trabalho às mudanças, à participação e à colaboração nos objetivos das empresas, partir dos anos 1990 e 2000<sup>8</sup>.

Este período tem sido marcado pelas privatizações e fusões de empresas, por novas formas de produzir mercadorias, por exigências de produtividade e rentabilidade que reduzem os postos de trabalho e implicam a adoção de padrões mais rígido de controle do desempenho do trabalhador. As terceirizações, a precarização, a flexibilização do trabalho e consequente desregulamentação das leis trabalhistas são características de um movimento mais geral da economia mundial que redirecionam as estratégias empresariais no sentido de criar uma cultura do trabalho adequada aos requerimentos de produtividade, competitividade e maior lucratividade. (AMARAL; CESAR, 2009, p. 412).

Estas modificações nas empresas brasileiras, que passaram por um abalo produtivo quando o governo impôs maior competitividade, terminaram por favorecer a ampliação das áreas de atuação do Serviço Social nas empresas. Pode-se destacar: a gestão de recursos humanos; programas participativos; desenvolvimento de equipes; ambiência organizacional; qualidade de vida no trabalho; voluntariado; ação comunitária; certificação social; educação ambiental, dentre outros. As exigências desse novo sistema causaram impactos tanto na composição quanto no perfil da força de trabalho, conforme argumenta Kameyama (2010), implicando na necessidade de uma qualificação muito mais elevada. Ou seja, requerendo um profissional em conformidade com os objetivos das empresas, polivalente, multifuncional e, acima de tudo, comprometido com a empresa.

Isto posto, a reestruturação produtiva, além da qualificação técnica, busca a participação e o envolvimento de trabalhadores através da mobilização das subjetividades para obter o consentimento passivo na construção de um consenso (KAMEYAMA, 2010; MOTA, 2010a). Por outro lado, principalmente no cenário brasileiro, verifica-se o aumento exacerbado da jornada de trabalho e intensificação do seu ritmo<sup>9</sup>. Essas mudanças afetaram simultaneamente o Serviço Social, tanto no que diz respeito às

---

<sup>8</sup> Parte do texto contido neste parágrafo contém trechos do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Assistentes Sociais nas empresas: uma análise do perfil e da prática profissional no Distrito Federal”, apresentado pela estudante pesquisadora em 2015 no Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB). Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/11641>>.

<sup>9</sup> Parte do texto contido neste parágrafo contém trechos do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Assistentes Sociais nas empresas: uma análise do perfil e da prática profissional no Distrito Federal”, apresentado pela estudante pesquisadora em 2015 no Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB). Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/11641>>.

condições e relações de trabalho pertinentes ao trabalho profissional nas empresas, quanto no que tange às novas demandas que se colocam para esta profissão. Nesse sentido, Mota e Amaral (2010) pontuam que a incumbência colocada para o Serviço Social, neste contexto, seria a de identificar o conjunto das necessidades (políticas, sociais, materiais e culturais) tanto do capital como do trabalho, exigindo novos procedimentos operacionais, demarcando, conforme Kameyama (2010), uma readequação de “competências técnicas e políticas que, no contexto da divisão sócio técnica do trabalho, assumem estatuto de demandas à profissão” (KAMEYAMA, 2010, p. 16).

Para Mota e Amaral (2010), a problematização das demandas é crucial para captura das mediações que vinculam as “reais necessidades” do processo de reestruturação produtiva com as exigências do mercado de trabalho profissional. De acordo com as autoras, identificar este conjunto de necessidades, ou seja, as necessidades sociais que constituem o processo de reprodução social, é a principal tarefa colocada para o Serviço Social. Para tal, é imprescindível o domínio das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política do Serviço Social no trabalho de assistentes sociais, alinhadas ao projeto ético político defendido pela profissão e suas perspectivas teóricas. Como disserta as autoras, “é preciso refazer - teórica e metodologicamente - o caminho entre a demanda e as suas necessidades fundantes, situando-as na sociedade capitalista contemporânea” (MOTA; AMARAL, 2010, p. 4).

De acordo com Araújo (2010), o Serviço Social tem uma natureza profissional marcadamente interventiva e por isso o autor enfatiza a pertinência e a necessidade de se buscar contribuições reflexivas sobre os espaços de atuação desta profissão. O ambiente empresarial é um espaço de atuação do assistente social como qualquer outro espaço. Botão Gomes et. al. (2019) destacam que o Serviço Social no espaço sócio-ocupacional das empresas precisa ser mais explorado do ponto de vista da produção do conhecimento, pelas instituições acadêmicas (e não só por estas, mas pela categoria profissional), pois “as publicações ainda são em número pouco expressivo, se comparadas às publicações referentes a outras áreas do trabalho profissional”, (BOTÃO GOMES et. al. 2019, p. 240). É em meio a esta problemática que este trabalho se situa e é com o intuito de contribuir para a ampliação da produção do conhecimento sobre o serviço social no espaço sócio-ocupacional das empresas que esta dissertação foi elaborada.

Além disso, Araújo (2010) demonstrou que existe um certo incômodo presente entre os profissionais que atuam no campo empresarial, em relação à tendência de seu trabalho profissional ser considerado pela categoria profissional como de menor valor,

comparado aos demais espaços ocupacionais. Apesar de existir este incômodo, como cita Araújo (2010), isso não significa dizer que seja impossível intervenções comprometidas com os interesses da classe trabalhadora. Portanto, esta é outra razão que inspira e fundamenta a pesquisa sobre o tema. Ou seja, o propósito contribuir para desmistificar a ideia de que as profissionais que atuam no campo empresarial são cooptadas pelo capital em detrimento do trabalho e dos interesses dos trabalhadores.

O interesse por este estudo está relacionado à trajetória de formação profissional desde a graduação e ao interesse da pesquisadora pela temática, em razão de sua identificação com o tema e pela curiosidade em conhecer mais sobre o perfil e sobre a atuação profissional nesta área, quando percebeu que o tema das empresas como espaço de atuação era pouco explorado. Isso não significa dizer que existe um Serviço Social para cada espaço ocupacional, pois o Serviço Social é uma profissão que atua em vários espaços. Contudo, outras áreas de atuação eram mais enfatizadas, como por exemplo previdência social, assistência social e saúde, destacando a atuação nas instituições públicas ou na esfera pública estatal. Essa quase ausência do debate sobre o trabalho profissional no âmbito empresarial, fortaleceu o propósito de aprofundar os conhecimentos sobre esse espaço de inserção profissional, despertando a curiosidade em saber mais sobre o trabalho profissional no âmbito empresarial, principalmente conhecer o perfil teórico da produção do conhecimento apresentada nos eventos da profissão. O interesse pela temática levou ao ingresso no grupo de pesquisa *Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social (NUTSS)* do Departamento de Serviço Social da UnB, onde se encontrava em vias de desenvolvimento um dos projetos pesquisa (à época): “*Os Assistentes Sociais do Distrito Federal: uma análise do perfil profissional*”. E, um dos planos de trabalho aprovados pelo Programa de Iniciação Científica (ProIC/UnB)<sup>10</sup> era sobre “*Perfil e condições de trabalho dos assistentes sociais nas Empresas e Fundações empresariais do DF*”. Assim, por meio da experiência vivenciada no referido grupo e no projeto de pesquisa teve-se a oportunidade de desenvolver a base teórica do primeiro estudo sobre o tema e que foi decisivo para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “*Assistentes Sociais nas empresas: uma análise do perfil e da prática profissional no Distrito Federal*”<sup>11</sup>, apresentado em 2015 ao Departamento de Serviço Social – SER/UnB.

---

<sup>10</sup> Especificamente nos editais 2014/2015 do ProIC/CNPq/UnB.

<sup>11</sup> Trabalho orientado pela então professora e coordenadora do NUTSS, Dra. Daniela Neves.

A partir da análise dos dados do referido trabalho de conclusão de curso, viu-se a necessidade de aprofundar o debate, tendo como proposta inicial a ampliação do estudo com uma pesquisa de campo em diferentes unidades federativas. Todavia, não foi possível fazer um estudo mais incisivo sobre o trabalho profissional das assistentes sociais em empresas no Brasil, como por exemplo, entrevistar as assistentes sociais que atuam nestes espaços, por diversas condições, como o tempo e recursos financeiros. Identificar e entrevistar assistentes sociais que atuam nestes espaços ocupacionais, a fim de obter uma amostra de pesquisa significativa, seria uma dessas dificuldades, pois requer tempo e condições objetivas, como dinheiro para deslocamento, o que impediu a pesquisadora de ir a campo. Por isso, optou-se por uma pesquisa bibliográfica da produção do conhecimento do Serviço Social sobre o trabalho profissional em empresas.

A prática de pesquisa foi determinante para o interesse em estudar com mais profundidade a temática, uma vez que esta área de atuação é uma das áreas que manifesta de modo mais vívido o embate entre a relação capital e trabalho. Trata-se de um campo de disputa e de dupla vinculação do Serviço Social como profissão, como mostram os estudos pioneiros, feitos ou coordenados por Ana Elizabete Mota, nos livros *“O feitiço da Ajuda: determinações do serviço social na especificamente empresa”* e *“A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social”*. A autora afirma que, por um lado, o profissional tem um projeto sintonizado com os interesses da classe trabalhadora, mas por outro lado atende, também, aos interesses do capital. Por isso, ressalta que conhecer as reais necessidades da classe trabalhadora e problematizar as suas demandas é uma “condição para apreender as mediações que vinculam as ‘reais necessidades’ do processo de reestruturação produtiva com as exigências do mercado de trabalho profissional” (MOTA, 2010b). Esta, também, é uma das razões que fundamentam a relevância desta pesquisa, visto que requer olhares e análises permanentes sobre esta dupla vinculação, que desafia o cotidiano profissional do assistente social que trabalha nestes espaços, alinhada ao compromisso com o projeto ético político da profissão.

Nesse sentido, reforça-se a importância da análise dos trabalhos apresentados nos eventos da categoria sobre o trabalho profissional no âmbito empresarial. Conhecer o perfil destes trabalhos e refletir sobre o conteúdo neles apresentados, contribui para a formação profissional. Ainda, o processo social e histórico da profissão, aliado à produção teórica contribui para o fortalecimento do conhecimento teórico-metodológico,

ético-político e técnico-operativo, dimensões que consolidam o trabalho e a formação profissional.

## **CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS**

A orientação metodológica fundamental para esta dissertação depreende-se da perspectiva crítica do método materialista dialético e histórico. Tem-se a perspectiva de analisar o objeto nos marcos de uma totalidade social. Portanto, a adoção das categorias totalidade, contradição e mediação é condição indispensável para o desenvolvimento desta pesquisa. De acordo com Pereira (2019), nos estudos de Marx o homem é um produto da história inserido nas relações sociais, “ele parte da produção da vida concreta para desvelar a totalidade de relações diversas que compõem toda vida social e estabelece no plano ideal sua reprodução crítica” (PEREIRA, 2019, p. 8). Dessa forma, segundo a autora, não é possível conhecer o objeto pela experiência, ainda que seja de forma direta e imediata. A teoria social de Marx permite a leitura crítica da realidade social, uma vez que traz elementos que permitem pensar numa sociabilidade que não a capitalista. Portanto, as categorias fundamentais do método marxista permitem apreender o objeto na realidade, ou seja, “quando observadas imersas no movimento real e histórico da realidade, onde são estabelecidas mutuamente pela contradição e mediação da totalidade” (Pereira, 2019, p. 12).

Partindo do entendimento de que a realidade está em constante movimento, pois tudo se relaciona e tudo se transforma, as análises no presente trabalho são pautadas no método de Marx, ou seja, se valerá da abordagem materialista histórica e dialética, por entender que esta abordagem crítica, assentada nos fundamentos marxianos, possibilita a compreensão da realidade social a partir de uma perspectiva de totalidade social, explorando suas múltiplas determinações situadas historicamente no contexto das lutas de classes e de seus processos históricos contraditórios. Neste caso, a base constituinte da sociedade capitalista é a contradição entre capital e trabalho, no qual as ideologias assumem um papel fundamental enquanto mediações entre a sociedade e cada ser social individual. Por isso, desvelar sobre a relação conflituosa entre capital e trabalho é extremamente importante, para situar o objeto de estudo deste trabalho. Segundo Minayo (2009, p. 12), o método de pesquisa marxista “junta à proposta de analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais”.

Tendo em vista que, o objeto de análise dessa dissertação são os trabalhos apresentados nos eventos CBAS e ENPESS que tratam sobre o trabalho profissional em empresas, como produção do conhecimento do Serviço Social, compreende-se que a nível macro, a totalidade social na qual este objeto está inserido é revelada na sociabilidade capitalista. Como citado anteriormente, a base constituinte desta sociabilidade é a relação contraditória entre capital e trabalho (a superexploração deste), se expressando na particularidade da sociabilidade brasileira periférica formada numa economia de dependência<sup>12</sup>, e, conseqüentemente, no âmbito do Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, especificamente, no trabalho profissional em empresas capitalistas. Em outras palavras, as expressões da contradição inerente ao modo de produção capitalista, no âmbito do Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, reverberam de modo particular no trabalho profissional em empresas capitalistas. Tais expressões, se tornaram mais evidentes a partir das mediações feitas pelo capital para responder à crise estrutural, colocando em curso a reestruturação produtiva como parte de suas estratégias para “resolver” os problemas decorrentes da crise, impactando significativamente o mundo do trabalho, que no Brasil aparece fortemente a partir dos anos 1990. Então, para entender essa dinâmica tem-se como eixos norteadores as seguintes categorias: trabalho, capitalismo, reestruturação produtiva e produção de conhecimento.

Trata-se de um movimento dinâmico de realidade ou de um todo diverso em sua complexidade, na qual as mediações vão interligando cada eixo da realidade social e as contradições dão movimento à realidade, como destacado por Netto (2011a). Neste caso, na realidade brasileira busca-se analisar criticamente o objeto situado numa formação capitalista dependente, considerando os momentos históricos, numa economia de dependência pautada, conforme Carcanholo (2013), nos seguintes componentes: superexploração do trabalho, na troca desigual no âmbito do comércio internacional, juros e amortizações de dívidas, transferências de lucros e dividendos, pagamento de royalties etc., na alta concentração de renda e riqueza e no agravamento da questão social. São

---

<sup>12</sup>Utiliza-se este termo com base nas reflexões feitas por Marini (2008) e por Carcanholo (2013) a respeito da teoria marxista da dependência. Trata-se, segundo Carcanholo (2013) do “termo pelo qual ficou conhecida a versão que interpreta, com base na teoria de Marx sobre o modo de produção capitalista, na teoria clássica do imperialismo e em algumas outras obras pioneiras sobre a relação centro-periferia na economia mundial, a condição dependente das sociedades periféricas como um desdobramento próprio da lógica de funcionamento da economia capitalista mundial” (CARCANHOLO, 2013, p. 192). No entanto, para o autor precisa-se analisar o capital como categoria central, considerando a condição de dependência um fator decorrente do “desenvolvimento desigual e combinado das leis de funcionamento do capital, em distintas partes do mundo” (*Idem*, p. 194, grifos do autor).

elementos que condicionam as estruturas de dependência de acordo as particularidades de cada economia. No Brasil, as transformações se explicitam com mais força a partir dos anos 1990 e são intensificadas pelos avanços do processo de reestruturação produtiva, que teve seus primeiros impulsos na década anterior quando as empresas capitalistas passaram a adotar, ainda que de modo restrito, novos padrões organizacionais e tecnológicos e novas formas de organização social do trabalho, conforme Antunes (2014a). Dito isto, as empresas capitalistas são espaços de atuação do Serviço Social e o trabalho profissional, expressa uma prestação de serviços às empresas. Neste contexto, as relações entre empresa e empregado são mediadas pelo Serviço Social. Além disso, há que se considerar o fato de que as assistentes sociais também são trabalhadoras assalariadas nestes espaços.

Compreender como se constitui essa relação contraditória e suas mediações é parte do desafio deste trabalho, tendo em vista que a produção de conhecimento sobre essa temática pode mostrar através do perfil a materialização do fazer profissional ou por quais caminhos têm sido trilhados este fazer, quais os principais assuntos discutidos nos textos e como se revelam as respostas profissionais. Considerando ainda, que este é um espaço de atuação historicamente de dupla vinculação do Serviço Social, a profissão é demandada pelas empresas, mas em que medida aparecem, na produção do conhecimento apresentada nos eventos, as contribuições do modo de produzir da profissão para modo de produzir da empresa. O alcance da essência do objeto se dará, conforme posto por Netto (2011a), a partir da captura de sua estrutura e dinâmica, por intermédio de procedimentos analíticos, que operando sua síntese, proporcionarão à pesquisadora sua reprodução no plano do seu pensamento. O método materialista histórico dialético, pode viabilizar aspirações de reproduzir no plano ideal a essência do objeto que se pretende analisar. Por isso, compreender as particularidades do processo de reestruturação produtiva no cenário brasileiro é fundamental, pois implica mudanças no sistema produtivo e na organização das empresas, refletindo no trabalho profissional de assistentes sociais e na produção do conhecimento do Serviço Social no Brasil. Além disso, este método permite apreensões idealizadas e concretas sobre objeto de estudo, pois “um bom método será sempre aquele, que permitindo uma construção correta dos dados, ajude a refletir sobre a dinâmica da teoria” (MINAYO e SANCHES, 1993 p.239).

Nesta dissertação, um dos pontos de partida é o processo de reestruturação produtiva que vem sendo implementada pelo modo de produção capitalista para responder à crise estrutural intensificada após 1973 e os seus impactos no mundo do

trabalho, considerando especificamente a implementação na particularidade brasileira a partir dos anos 1990 e seus reflexos no Serviço Social. As reflexões feitas por Antunes (2014a), demonstram que os processos de reestruturação produtiva do capital são intensificados na particularidade brasileira a partir dos anos 1990 e, no âmbito do Serviço Social, esta década marca grandes avanços e crescimento para a categoria. A categoria avança quando passa a formalizar suas preocupações com os fundamentos da profissão, isso se expressa, por exemplo, na atualização do Código de Ética Profissional em 1993 e a partir da regulamentação da profissão, com a promulgação da Lei nº 8.662 em junho de 1993, além da revisão curricular que resultou na aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. Dito isto, nesta pesquisa buscou-se, no primeiro momento, resultados que mostre as informações gerais (tais como, por exemplo, tema<sup>13</sup>, formação e vínculo profissional, tipo de pesquisa, autoria, região geográfica das produções, eixo temático, dentre outros) a respeito dos trabalhos apresentados nos CBASs a partir dos anos 2001 e dos ENPESSs a partir dos anos 2006, como parte que compõe a produção do conhecimento sobre o trabalho profissional no âmbito empresarial.

Ao mesmo tempo essa demarcação histórica funda-se no pressuposto de que é a partir dos anos de 1990 que o Brasil adere à ideologia neoliberal como saída para a grave crise estrutural do capital e que, conseqüentemente, passou a experimentar os efeitos de um avassalador processo de reestruturação produtiva que trouxe importantes mudanças para o mercado de trabalho brasileiro. É uma década marcada pelo avanço neoliberal com ênfase na contrarreforma do Estado que colocou para a profissão muitos desafios, sendo um deles a implementação das diretrizes curriculares. Conforme informações do sítio da ABEPSS, o currículo<sup>14</sup> no formato de Diretrizes Curriculares é constituído por três núcleos fundamentais que articulados constituem a formação profissional, são eles:

---

<sup>13</sup> Neste item, buscou-se identificar os principais assuntos abordados nos textos. Dessa forma, identificou-se que os principais assuntos presentes nos textos perpassam pelos seguintes temas: Consultoria; Gestão Social de Programas e RH; Saúde do Trabalhador; Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social; Meio Ambiente e Serviço Social; Serviço Social e Programa Qualidade de Vida; Qualificação Profissional; Produção do Conhecimento, Trabalho Profissional; Condições e Espaços de Trabalho; Reestruturação Produtiva; Gênero, Raça e Diversidade Sexual.

<sup>14</sup> Conforme a ABEPSS (1996) “Em 20 de dezembro de 1996 foi promulgada a LDB (Lei 9394 ) tornando oportuno o processo de normatização e definição de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social no espírito da nova Lei. Diretrizes estas que estabeleçam um patamar comum, assegurando, ao mesmo tempo, a flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino em Serviço Social, de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade. Os novos perfis assumidos pela questão social frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação do profissional, alteram o espaço ocupacional do assistente social, exigindo que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados”. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf).



núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social; núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e, núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Esse formato foi resultado de amplo debate no seio da categoria encaminhado pela ABEPSS para aprovação pelo Conselho Nacional de Educação – CNE. No entanto, o processo de aprovação, ocorrido em 2001, aprovou o currículo, mas fez significativas alterações na proposta original apresentada pela associação. Então, é a partir dos anos 2001 que o currículo foi aprovado pelo CNE. Como o propósito dessa dissertação é analisar a produção do conhecimento sobre a temática, por meio dos trabalhos apresentados nos dois principais eventos da categoria, optou-se por fazer um recorte temporal a partir da virada do século. Portanto, a análise contemplará os trabalhos apresentados no período pós aprovação das Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social. Porém, se trata de dois eventos abrangentes da categoria, que acontecem em períodos diferentes. Os CBASs, realizados pelo conjunto CFESS, CRESS do estado onde ocorre o evento, ABEPSS e ENESSO, acontecem a cada triênio reunindo assistentes sociais, docentes e discentes do Brasil. Já os ENPESSs, realizados pela ABEPSS, acontecem a cada biênio, reunindo pesquisadores, profissionais e professores de Serviço Social. Foi feita a análise dos Anais cujos trabalhos foram apresentados nos congressos do CBAS que aconteceram durante o período de 2001 a 2019 e dos Anais dos encontros do ENPESSs que aconteceram durante 2006 a 2018<sup>15</sup>.

No segundo momento, analisa-se as informações qualitativamente, tendo em vista que, não se busca apenas quantificar, mas também compreender e analisar a realidade social em que circunscreve o objeto em questão, entendendo, segundo Setúbal (2013), a necessidade de um olhar sistemático da realidade na pesquisa e na produção científica. Nesse sentido, é por meio das múltiplas expressões que a pesquisa qualitativa proporciona a compreensão real do objeto, como destacado por Minayo (2010), ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores. Para tal, é necessário compreendê-lo situado na sociabilidade capitalista.

---

<sup>15</sup>Ressalta-se que, não foi possível analisar os cadernos dos eventos do ENPESS que aconteceram nos anos 2002 e 2004, pois o primeiro foi feito de forma impressa e não foi encontrada tal versão nas imediações de Brasília, pois nem a na sede do CFESS, da ABEPSS e CRES-DF tinham essa versão. O segundo, foi encontrada a versão do caderno em formato multimídia CD-ROM, mas a mídia estava danificada. Ao entrar em contato com o CFESS, CRESS-DF e ABEPSS para tentar encontrar a essa versão de 2004 obteve-se a resposta de que não tinham disponíveis. Infelizmente, com a inundação, ocorrida em abril de 2019, da sede da ABEPSS localizada em Brasília, não foi possível recuperar o arquivo multimídia referente ao caderno de 2004.

Contudo, continua sendo impossível a existência do capitalismo sem crises e para dar respostas e superar crise após crise o sistema produtivo precisa reorganizar o modo de produção, acompanhadas de transformações que tem impacto direto na organização do trabalho. Uma dessas respostas, como já dito neste trabalho, tem sido o processo constante de reestruturação produtiva, transformando significativamente o mundo do trabalho, atingindo também as esferas econômica, social e política. O capitalismo, como já foi dito, é fundamentado nas relações contraditórias e paradoxais entre capital e trabalho e Serviço Social, por ser uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, também se insere nestas relações, sofrendo seus impactos. Assim sendo, o método materialista histórico e dialético nos permite analisar o Serviço Social e a produção do conhecimento sobre o trabalho profissional em empresas a partir dos trabalhos apresentados nos eventos, compreendendo e identificando o perfil teórico presente nestes trabalhos, de modo que possa ressaltar os projetos societários e profissionais presentes nas produções e no interior da profissão no âmbito empresarial.

Quanto às técnicas de pesquisa, o procedimento metodológico básico desse estudo foi a pesquisa bibliográfica. De acordo com Lima e Miotto (2007, p. 40), a pesquisa bibliográfica “possibilita um amplo alcance de informações”. No entanto, é necessário a adoção de critérios que delimitem o universo de estudo. Para alcançar o objetivo geral e os objetivos específicos, nesta pesquisa, o universo de estudo é a produção de conhecimento sobre o trabalho profissional em empresas, na qual são analisados os Anais dos principais eventos do Serviço Social, sendo este o parâmetro temático dessa dissertação. Portanto, as principais fontes consultadas foram os Anais do CBAS e do ENPESS, com ênfase nos trabalhos que tratam sobre a temática. A cronologia de publicações compreende os Anais dos CBASs que aconteceram nos anos de 2001 até o ano de 2019, totalizando sete eventos ocorridos durante um período de dezenove anos. Já no que concerne os ENPESSs, foram analisados os trabalhos dos eventos que aconteceram nos anos 2006 até o ano de 2018, totalizando sete eventos ocorridos durante um período de treze anos.

Os Anais analisados foram gravados em arquivos multimídia, especificamente, em CD-ROM, disponibilizados pelo CFESS e ABEPSS. Os trabalhos são apresentados nos eventos nas formas de Comunicação Oral (CO) e Pôster (PO). Assim, foram priorizados aqueles que tratam do tema de estudo, analisando cada sessão temática de cada evento, com o foco nos seguintes descritores: O Serviço Social em Empresas; O Trabalho do Assistente Social em Empresas; Produção Teórica sobre o Serviço Social em

Empresas; Tendências teóricas da Produção do Conhecimento do Serviço Social sobre o Trabalho Profissional em Empresas; Produção do Conhecimento do Serviço Social sobre o espaço ocupacional empresarial; Reestruturação Produtiva e o Serviço Social em Empresas. O objetivo foi fazer a leitura dos resumos destes trabalhos para identificar se estavam em consonância com o que se pretendia identificar neste estudo. Portanto, foi feito o levantamento de 8.322 trabalhos apresentados em formato de CO e PO ao longo dos sete eventos dos CBASs analisados e 7.123 trabalhos apresentados ao longo dos sete eventos analisados dos ENPESSs. Do total destes trabalhos foram identificados 89 trabalhos que tratam sobre a temática estudada.

Foi elaborado um quadro com as informações gerais de cada trabalho, no qual foi traçado o perfil a partir da identidade de cada um, considerando os aspectos sobre título e ano de publicação do trabalho apresentado, autor, formação e vínculo profissional à época da publicação, região geográfica, tipo de pesquisa (sistematização do trabalho profissional, relato de experiência, pesquisa teórica, reflexões teóricas, resultados de projeto de pesquisa ou de projeto de extensão, doutorado, dissertação de mestrado, TCC, iniciação científica, reflexões estágio), eixo temático e tipo de apresentação (se poster ou comunicação oral). A segunda etapa foi feita a partir de uma ficha de mapeamento teórico-metodológico para cada texto, na qual buscou-se destacar a identificação do texto, o tema central do texto, ideias principais e principais referências utilizadas.

Com o intuito de responder aos questionamentos feitos neste trabalho o mesmo encontra-se dividido em três capítulos. O primeiro, intitulado “*Capitalismo, Reestruturação Produtiva e suas Particularidades no Brasil*” traz breves apontamentos sobre o capitalismo, o trabalho e a reestruturação produtiva, ressaltando a importância da compreensão deste sistema e destas categorias, com ênfase nos seus impactos e suas implicações no trabalho das assistentes sociais nas empresas capitalistas. Portanto, ênfase especial será conferida à categoria trabalho no contexto da reestruturação produtiva na particularidade brasileira a fim de identificar mudanças significativas na organização empresarial e suas imbricações no trabalho desenvolvido pelas assistentes no âmbito das empresas capitalistas.

O segundo capítulo tem como título “*Condições Históricas e Sociais para o Desenvolvimento do Serviço Social em Empresas Capitalistas*”. Neste capítulo, aborda-se as condições socio históricas para o desenvolvimento do Serviço Social. Discorre-se sobre alguns marcos históricos do Serviço Social destacando o significado histórico e social e as condições para sua institucionalização, assim como o processo que culminou

no surgimento no âmbito empresarial. Versa ainda sobre as implicações da reestruturação produtiva para o Serviço Social e de como a profissão tem sido demandada nestes espaços na virada do século, destacando suas principais características e reflexos na produção do conhecimento, enfatizando as requisições e as estratégias de atuação neste espaço bem como pontuando a produção existente sobre a temática.

No terceiro capítulo, sob o título “*O Serviço Social em Empresas Capitalistas: análise da produção do conhecimento nos CBASs e ENPESSs*”, apresenta-se os resultados da pesquisa, situando o leitor sobre as produções do conhecimento apresentadas nos dois principais eventos científicos do Serviço Social brasileiro, com ênfase no trabalho profissional das assistentes sociais nas empresas capitalistas. Buscou-se trazer uma análise das informações gerais que constitui o perfil dos textos (eixo temático, tipo de pesquisa, perfil dos trabalhos, perfil regional e profissional das autoras, etc.). Buscou-se também apresentar o mapeamento teórico-metodológico dos trabalhos, destacando a identificação do texto, tema central do texto, objetivo do texto, referencial teórico e principais ideias e conceitos adotados no texto e as contribuições do texto para o debate sobre trabalho de serviço social nas empresas.

## **1. CAPITALISMO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SUAS PARTICULARIDADES NO BRASIL**

Este capítulo traz breves apontamentos sobre o capitalismo, trabalho e reestruturação produtiva, ressaltando a importância da compreensão deste sistema e destas categorias, com ênfase nos seus impactos e suas implicações no trabalho das assistentes sociais nas empresas capitalistas. Portanto, ênfase especial será conferida à categoria trabalho no contexto da reestruturação produtiva no país a fim de identificar mudanças significativas na organização empresarial e suas imbricações no trabalho desenvolvido pelas assistentes no âmbito das empresas capitalistas.

### **1.1 O trabalho no capitalismo e os aspectos de seu modo de produção**

O capitalismo vem se consolidando e evoluindo globalmente nas diferentes formações sociais como modo de produção desde o final do século XIV. Contudo, a história mostra que o seu surgimento antecede este período, cujas características podem ser evidenciadas nos séculos anteriores, precisamente no período de transição da vida econômica, social e política dos feudos para as cidades, com o declínio do feudalismo. Uma vez que, as bases do feudalismo foram desestruturadas, ou seja, entra em crise, conforme Netto e Braz (2011), expandiu-se o mercantilismo e o absolutismo, criando condições para o surgimento dos primeiros sinais do capitalismo no século XV na Inglaterra, que se expandiu pela maior parte da Europa, cujo triunfo vai ocorrer após decadência do sistema feudalista. Para os autores, “o processo de crise do feudalismo é, igualmente, o solo histórico do movimento que conduzirá ao *mundo moderno* – a Revolução Burguesa” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 81, grifos dos autores).

Compreendendo os limites de uma dissertação e a densidade do assunto, não se pretende aprofundar sobre as bases estruturantes do capitalismo, nem tampouco discorrer sobre o seu movimento e comando, mas fazer algumas colocações pontuais sobre o seu surgimento, com ênfase nos seus estágios e sua dinâmica de funcionamento. Dessa maneira, parte-se da teoria social de Marx, que em seus estudos se debruça sobre o movimento real e objetivo da sociedade burguesa capitalista. Em suas pesquisas, Marx (2013), ao desvelar sobre a lógica da dinâmica da sociedade burguesa, trouxe contribuições que permitem entender a relação de dominação da classe burguesa sobre a classe proletária, além de proporcionar elementos que indicam os caminhos para

destituição desta relação de dominação de uma classe sobre a outra, por meio da organização proletária, tendo em vista a realização da emancipação humana.

Compreende-se o capitalismo, segundo Marx (2013), a partir da crítica marxiana à economia política<sup>16</sup>, como um sistema produtivo construído a partir de condições históricas e econômicas, tendo como características fundamentais a divisão da formação social entre duas classes, a dos que tinham demais e os que não tinham nada (burguesia e proletariado). A riqueza socialmente produzida é apropriada pelos capitalistas (propriedade privada), movimentada pela relação de troca e, principalmente, pela exploração/expropriação da força de trabalho, configurando-se uma sociedade produtora de mercadorias<sup>17</sup>. Consolida ainda, profundas transformações societárias que historicamente levaram à sua instauração e seu desenvolvimento de produção e reprodução, que contraditoriamente culminaram na sua consolidação como sistema produtivo vigente. Nas palavras de Yamamoto e Carvalho (2012, p. 36) a produção capitalista “expressa, portanto, uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção”.

O trabalho no capitalismo e sua centralidade nas relações sociais de produção e reprodução se apresenta como categoria fundante. Conforme Netto e Braz (2011, p. 39), é o trabalho que “torna possível a produção de qualquer bem, criando *valores* que constituem a riqueza social”. Para além disso, é crucial não só no que se refere à compreensão da economia, mas, também quanto ao modo de ser dos homens e da sociedade, como os autores ressaltam. Nesse sentido, parte-se da premissa de que a relação entre capital e trabalho é conflituosa e contraditória. Portanto, as transformações societárias ocorridas de uma forma geral, sobretudo nas relações de produção e

---

<sup>16</sup> De acordo com Braz e Netto (2011, p. 39, grifos dos autores), “o objetivo da Economia Política é o estudo das leis sociais que regulam a produção e a distribuição dos meios que permitem a satisfação das necessidades dos homens, historicamente determinadas. Tais meios – que, em seu conjunto, representam a *riqueza social* – asseguram aquela satisfação, sem a qual a sociedade não pode manter-se e reproduzir-se. Assim, pois, o objeto da Economia Política são as relações próprias à *atividade econômica*, que é o processo que envolve a produção e a distribuição de bens que satisfazem as necessidades individuais ou coletivas dos membros de uma sociedade”.

<sup>17</sup> Entende-se a mercadoria a partir das colocações de Netto e Braz (2011, p. 89, grifos dos autores), os quais a caracterizam como “um objeto externo ao homem, algo que, pelas suas propriedades, satisfaz uma necessidade humana qualquer, material ou espiritual – a sua utilidade, determinada pelas suas propriedades, faz dela um *valor de uso*”. Os autores se utilizam do referencial teórico de Marx, iniciando suas reflexões citando Marx (1983, I, 1: 45) “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias, e a mercadoria individual como sua forma elementar”

reprodução social<sup>18</sup>, tem sua origem nessa relação contraditória. Dialogando com os estudos de Marx, Netto e Braz (2011), destacam que para a sociedade subsistir, se reproduzir e satisfazer suas necessidades estabelece uma interação com a natureza, uma vez que as pessoas transformam as matérias naturais em produtos para atender estas necessidades. Os autores destacam que, ao longo do tempo, o trabalho foi se modificando passando a ter um duplo caráter. Para Marx (2013, 165), esse duplo caráter é representado nas mercadorias, que aparece como valor de uso e valor de troca e “o trabalho, na medida em que se expressa no valor, já não possui os mesmos traços que lhe cabem como produtor de valores de uso”. Trata-se de uma natureza dupla do trabalho contido na mercadoria, na qual o trabalho concreto se expressa no valor de uso e o trabalho abstrato se expressa no valor de troca decorrente do tempo socialmente necessário para produzir mercadoria. Esse processo, rompe com aquelas atividades naturais primárias, passando a exigir instrumentos, habilidades e conhecimentos que vão evoluindo para atender as novas necessidades. Diferentemente das atividades naturais, “o trabalho se especifica por uma *relação mediada* entre o seu sujeito (aqueles que o executam, homens em sociedade) e o seu objeto (as várias formas da natureza, orgânica e inorgânica)” (NETTO; BRAZ, p. 42, grifos dos autores). Entre a matéria natural e o sujeito há sempre um meio de trabalho que faz essa mediação. Portanto, de acordo com as necessidades esse sujeito é forçado a pensar. Conforme os autores, a criação de instrumentos de trabalho apresenta para o sujeito o problema dos meios e da finalidade, e conseqüentemente as escolhas, fazendo-o pensar. A definição de trabalho ora apresentada se refere ao que Marx (2013) define como trabalho concreto, ou seja, ao trabalho que serve para a transformação da natureza e produção de valor de uso, de objetos úteis à vida humana. Porém, segundo o autor, no capitalismo o trabalho deixa de ser apenas produtor de bens úteis e transforma-se em uma mercadoria especial, capaz de produzir outras mercadorias e valorizar o capital. À luz das reflexões feitas por Marx (2013), três categorias fundamentam o trabalho, que são o trabalho concreto, o trabalho abstrato e o trabalho produtivo.

De modo objetivo, tendo como base os estudos de Marx (2013), o/a trabalhador/a é o possuidor/a da força de trabalho da qual o capitalista depende para fazer produzir e reproduzir o capital. Nessa relação, o capitalista é o possuidor dos meios de produção e

---

<sup>18</sup> Essa afirmação é encontrada em Iamamoto e Carvalho (2012, p. 35-36). De acordo os autores, os homens, para produzir e reproduzir os meios de vida e de produção, estabelecem determinados vínculos e relações mútuas, dentro e por intermédio dos quais exercem uma ação transformadora da natureza, ou seja, realizam produção. Logo, ainda segundo os autores, a produção social não se trata de produção de objetos materiais, mas sim de relação social entre pessoas, entre classes sociais que personificam categorias econômicas.

paga, conseqüentemente, o valor pela compra da força de trabalho do/a trabalhador/ sob a forma de salário. Quanto aos/as trabalhadores/as, passam a vender sua força de trabalho por um valor específico, o salário, uma vez que contribuem para a produção das mercadorias, conforme a divisão social e técnica do trabalho. Essa condição igual do trabalho sob o capitalismo, Marx define como trabalho abstrato. Dessa maneira, estabelece-se uma relação de troca. Mas, o trabalhador é quem realmente produz e se reproduz, para além de mercadorias, não se reconhecendo no que ele mesmo produziu. O capitalismo, mesmo em seu estágio mais avançado de desenvolvimento, baseia-se na exploração da força de trabalho humana e na apropriação da riqueza que é socialmente produzida. Portanto, o objetivo central do capital é sempre o lucro e a acumulação, como aponta Marx em seus estudos sobre a Lei Geral da Acumulação Capitalista, em seu livro “*O Capital*”.

Conforme as análises de Marx (2013), a valorização da mercadoria<sup>19</sup> será dada de acordo com o tempo de trabalho que foi despendido para criá-la, mas apenas quando essa é comercializada e comparada com outras mercadorias pode-se dizer que ela adquiriu valor. Todavia, com o passar do tempo a mercadoria deixou de ter seu equivalente em outras mercadorias, surgindo assim o dinheiro que seria o chamado “equivalente universal (...) na qual as outras mercadorias expressam seu valor” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 89). Anteriormente ao capitalismo, as pessoas trocavam as suas mercadorias por outras que fossem de sua necessidade ou interesse, agora elas trocam por dinheiro. Este, por sua vez, pode ser utilizado para comprar outras coisas para além de mercadorias, como por exemplo, os serviços. Nessa relação a força de trabalho também é uma mercadoria. Na medida em que o homem exerce alguma atividade laborativa que serve apenas para satisfazer suas necessidades, esse trabalho tem incorporado apenas o valor de uso. Porém, quando esse mesmo homem passa a vender sua força de trabalho para outra pessoa, considerando a venda no modo de produção capitalista, sendo que esse comprador detém os meios de produção necessários para executar alguma tarefa, esse trabalho passa a ter também um valor de troca.

---

<sup>19</sup> De modo objetivo, com base nas análises de Marx (2013), pode se dizer que a mercadoria é algo externo ao indivíduo e, sendo assim, é utilizada para satisfazer as necessidades desse. Para Netto e Braz (2011), a mercadoria só se configura como tal quando pode ser reproduzida ou produzida mais de uma vez e para terceiros, ou seja, passada para a outra pessoa por meio da troca, segundo Marx (2013). Assim, considerando todas as ressalvas e suas peculiaridades, baseando-se nos escritos de Marx (2013), pode se dizer que a característica básica de uma mercadoria, é que ela incorpora os dois tipos de valores: de uso e de troca. Nessa lógica, destaca-se que o trabalho gasto necessário para a produção de determinado objeto é que definirá o seu valor.



Ao venderem sua força de trabalho, os trabalhadores o fazem por um período específico denominado jornada de trabalho e em troca recebem um salário que, em tese, deveria lhes garantir a sua própria reprodução e de sua família. Entretanto, tomando como base a visão marxista sobre salário, é preciso ir mais longe ao se dizer que este é apenas um valor pago pelo capitalista ao empregado em troca de sua força de trabalho, tomada como mercadoria. Nesse caso, o salário é equivalente de troca com a força de trabalho, ainda que seja abaixo do que realmente deveria ser. Porém, geralmente, o capitalista ao contratar a força de trabalho impõe uma jornada de trabalho superior ao tempo necessário para produzir mercadorias suficientes que, ao serem vendidas possam corresponder ao seu salário, às despesas necessárias para o processo produtivo se desenvolver e à obtenção de lucro, como mostra Marx (2013). No entanto, cabe ressaltar que a produção capitalista não se resume à simples produção de mercadorias ou à mera produção destas, é especialmente e fortemente produção de mais-valia<sup>20</sup>.

A criação dessa mais-valia no processo de trabalho se efetiva em sua forma absoluta ou relativa. A mais-valia absoluta é definida como aquela que é “produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho”(MARX, 2013, p. 431), já a mais-valia relativa é aquela que “decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho” (MARX, 2013, p. 431-432). Cabe ressaltar que o que compõe a jornada de trabalho é o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente (ou mais trabalho). A realização da mais-valia relativa ocorre de maneira que seja totalmente favorável ao capitalista, ou seja, mais trabalho e mais produção em menos tempo do que o socialmente necessário, não correspondente ao tempo que seria equivalente ao salário. Conforme Marini (2017), pode-se confundir mais-valia relativa e produtividade, essa última “constitui a condição por excelência da mais-valia relativa” (MARINI, 2017, p. 329), porém “uma maior capacidade produtiva do trabalho não assegura por si só um aumento da mais-valia relativa”, (MARINI, 2017, p.

---

<sup>20</sup> Considerando todas as ressalvas a respeito do processo que se cria e do que seria mais-valor ou mais-valia na dinâmica capitalista, pode-se dizer que para Marx (2013) tendo o capitalista comprado essa força por seu valor, vale dizer, pela quantidade de trabalho abstrato socialmente necessária para sua produção e reprodução, cria as condições do excedente, ao deixar que o trabalho morto (o valor da força da mercadoria força de trabalho) se transforme em trabalho vivo. A atividade do trabalhador se faz sob o comando do capital segundo suas leis, e o produto lhe pertence *de jure*. O mais-valor, ou mais-valia, resulta, pois, da transformação do valor de uma mercadoria que vem a ser pago depois que seu valor de uso, sob o comando do capital, recria o antigo valor de troca como uma substância capaz de aumentar por si mesma”, (MARX, 2013, p. 62). Mais adiante, o autor destaca que, “Esse incremento, ou excedente sobre o valor original, chamo de mais-valor (*surplus value*). O valor originalmente adiantado não se limita, assim, a conservar-se na circulação, mas nela modifica sua grandeza de valor, acrescenta a essa grandeza um mais-valor ou se valoriza. É esse movimento o transforma em capital” (*Idem*, p.170-171).

329). Nesse sentido, para que a produtividade encerre mais-valia ela precisa implicar em um menor valor da força de trabalho, em uma redução daquilo que se paga em termos de trabalho necessário, ou seja, o salário.

Ao analisar a sociedade burguesa como objeto central de estudo é que Marx aponta o trabalho como categoria central na construção do ser social. Quando compara a ação das abelhas e dos arquitetos<sup>21</sup>, Marx (2013) compreende o trabalho como atividade exclusivamente humana, ou seja, é o ato fundador da vida humana. Para o autor, em função de suas necessidades, somente os homens conseguem projetar idealmente o objetivo a ser alcançado, ou seja, eles podem agir teleologicamente, e isso o difere dos outros animais, que agem de modo instintivo para atender as suas necessidades. É essa prefiguração, nos termos de Netto e Braz (2011), ou prévia ideação, na perspectiva lukásciana, é imprescindível para a efetivação do trabalho e sua realização objetiva, ou, com base nos autores, quando aquela matéria natural é transformada pela ação material do sujeito. Por isso, para Marx (2013), no processo de desenvolvimento dos seres é o trabalho o responsável pela transformação humana. Para tal, de acordo com autores Netto e Braz (2011), é importante a linguagem articulada, que além de ser aprendida é uma condição para próprio o aprendizado e é por meio dela que o sujeito do trabalho se expressa.

Cabe destacar que o trabalho não surge, não se desenvolve e nem se realiza como uma atividade isolada, ou seja, individual, é sempre uma atividade coletiva. Quanto maior for o campo de alternativas para responder às suas novas necessidades, mais o ato do trabalho se desenvolve, expandindo sua capacidade de resposta, criando com esse movimento necessidades antes inexistentes. Segundo Netto e Braz (2011), o chamado ser social, quanto mais afastado da natureza, mais social ele se torna, e é por meio do trabalho coletivo que a humanidade se constituiu. Conforme a perspectiva marxiana e marxista, o trabalho dá origem a sociabilidade, tendo nela suas próprias mediações, das quais a interação com outros se faz necessária para todo ato do trabalho, e por isso é necessariamente um ato coletivo. Este novo tipo de ser, nos termos dos autores, é um ser que interage com seus pares buscando incessantemente respostas conscientes para sanar suas necessidades, dotado da capacidade de se reproduzir. Na perspectiva lukásciana, a

---

<sup>21</sup> “Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente” (MARX, 2013, p. 327).

sociabilidade é categoria desse novo ser que perpassa todas as dimensões embrionárias, sendo o trabalho base da dimensão originária do ser social.

Portanto, baseado em Netto e Braz (2011), a sociedade é antes de tudo o jeito de existir do ser social, ou seja, é para além de seus membros, em outras palavras é a sociedade juntamente com seus membros que constitui o ser social e deste se constituem. É importante ressaltar que este ser social conforme os autores, resulta de um longo processo histórico, que o homem sem se desconectar da sua base natural se transformou, por meio do trabalho, em algo diferente da natureza, transformação esta decorrente do próprio trabalho, tornando-os seres sociais, para além de seres naturais. Esse foi um processo histórico que, sendo o homem mediado pelo trabalho, produziu-se a si mesmo. Nesse sentido, pode-se dizer que a produção da vida material é também produção social. O ser social, tal como se conhece hoje, como destacam os autores, desenvolvido e articulado, se constitui como um ser peculiar e particular. O ser social se caracteriza pela sua capacidade teleológica de realizar atividades, de as concretizar material e idealmente, de se comunicar e se expressar através da linguagem articulada, capaz de refletir sobre si mesmo e sobre as atividades de modo consciente e autoconsciente, capaz de fazer escolhas concretas, além de ser capaz de “universalizar-se e sociabilizar-se” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 51). Além disso, essa visibilidade do ser social aqui exposto é destacada como algo relativamente recente, pois só se tornou possível por meio da consolidação dominante do modo de produção capitalista, especificamente no Ocidente, operando o mercado mundial.

Tendo em vista que, o trabalho é um ato coletivo e por assim ser, ele implica que os sujeitos estabeleçam relações de produção entre si. Mas para isso, o ser social precisa de desenvolver, ou seja, transcender suas objetivações, “o desenvolvimento do ser social implica o surgimento de uma racionalidade, de uma sensibilidade e de uma atividade que, sobre a base necessária do trabalho, criam objetivações”, (NETTO; BRAZ, 2011, p. 53), e o trabalho é uma destas, sendo uma espécie de modelo. Entretanto, os autores salientam que o ser social é mais que trabalho, ou seja, transcende o universo do trabalho, e para chegar a esse nível destacam a categoria denominada de práxis. Esta, por sua vez, tem o trabalho como seu modelo e envolve todas as objetivações humanas.

A categoria de práxis permite apreender a riqueza do ser social desenvolvido: verifica-se, na e pela práxis, como, para além das suas objetivações primárias, constituídas pelo trabalho, o ser social se projeta e se realiza nas objetivações materiais e ideais da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores – um *mundo social, humano* – enfim, em que a *espécie humana* se converte inteiramente em **gênero humano**. Na sua amplitude, a

categoria de práxis revela o homem como ser *criativo e autoprodutivo*: ser da práxis, o homem é produto e criação da sua auto-atividade, ele é o que (se) fez e (se) faz (NETTO; BRAZ, 2011, p. 54, grifos dos autores).

Todavia, Netto e Braz (2011) enfatizam o cuidado que se deve ter em relação aos produtos resultantes da práxis, sejam as obras ou valores, que fazem dos homens seres autoprodutores e criativos, que podem compor o bojo de objetivações que se mostram aos homens não como suas obras ou sua criação, ou seja, elas podem se apresentar com algo alheio, estranho ou até mesmo opressivo, na qual na relação real entre criador e criatura (homens e obras), a criatura pode dominar o criador sem que este o perceba. Esta forma de trabalho passa por um processo de alienação na sociedade capitalista, cuja transformação é um fenômeno histórico e transitório, uma vez que pode superar as condições históricas em pleno desenvolvimento. Nesse sentido,

[...] basicamente, a alienação é própria de sociedades onde têm vigência a *divisão do trabalho* e a *propriedade privada dos meios de produção fundamentais*, sociedades nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence, nas quais o trabalhador é *expropriado* – quer dizer, sociedades nas quais existem formas determinadas de *exploração do homem pelo homem*. (NETTO; BRAZ, 2011, p. 55, grifos dos autores).

As colocações feitas reforçam a centralidade da categoria trabalho e dão subsídios para a compressão a respeito do processo de produção e reprodução, ainda que de forma sucinta. Pode se dizer que, com base em Netto e Braz (2011), nestas relações, os sujeitos possuem papéis determinados em função da propriedade dos meios de produção na divisão social do trabalho. Esta propriedade é referente as relações técnicas de produção, como destacado pelos autores, que dependem das características do processo de trabalho, indica quem domina o trabalho e os meios de produção, podendo ser coletiva ou privada. São subordinadas às relações de produção e são estabelecidas, no que os autores chamam de propriedade coletiva, relações de cooperação. Conquanto, na propriedade privada as relações entre os indivíduos são de antagonismo. Os autores destacam que a produção de bens é realizada pelos meios de trabalho (instrumentos/ferramentas), pelos objetos de trabalho (matérias primas) e pela força de trabalho (energia humana). São estes elementos compõe as forças produtivas. Nesse sentido, a propriedade se expressa na sociabilidade burguesa como “propriedade privada dos meios de produção fundamentais”, que se divide em “dois grupos, com interesses antagônicos: os proprietários e os não-proprietários dos meios de produção – em síntese, na *propriedade está na raiz das classes sociais*” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 58, grifos dos autores).

Contudo, a sociedade burguesa capitalista, tal como analisada por Marx (2013) e Marx e Engels (1999), suprime os meios de produção da propriedade e da população, centralizando-os nas mãos de poucos, condicionando historicamente a existência de burguesias e seu domínio. Para Marx e Engels (1999, p. 30), “a propriedade privada atual, a propriedade burguesa, é a última e mais perfeita expressão do modo de produção e apropriação baseada nos antagonismos de classe, na exploração de uns pelos outros”. Porém, para os autores, a propriedade atual se move entre os termos capital e trabalho, sendo o primeiro uma força social que, transformado em propriedade comum, pertence a todos os membros da sociedade, ou seja, não é uma propriedade individual. É necessário desconstruir o caráter privado dado à propriedade, abolindo a individualidade burguesa, elevando a emancipação do proletariado por “uma associação onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos” (MARX; ENGELS, 1999, p. 44).

Isto posto, fica nítida a divisão da sociedade em classes e como o capitalismo foi se desenvolvendo. Na dinâmica sociedade capitalista, os/as trabalhadores/as acabam sendo submetidos às exigências do sistema produtivo, uma vez que são obrigados a vender sua força de trabalho para os patrões capitalistas, que são os possuidores dos meios produção. Expropriados<sup>22</sup>, os trabalhadores possuem uma única força de trabalho, convertendo-se em trabalhadores assalariados proletarizados, sendo condição básica do modo produtivo capitalista. Diante destas condições, pode-se dizer, a grosso modo, que uma força depende da outra para subsistir. Em suas colocações, Alves (2007) faz seguinte síntese a respeito da categoria trabalho:

A determinação mais geral da categoria *trabalho* como intercâmbio orgânico do homem com a Natureza em sua forma primordial, está pressuposta, como base histórico-ontológica, nas demais formas de trabalho humano historicamente determinadas. Por exemplo, no modo de produção capitalista, o *trabalho assalariado* e o *trabalho por conta própria* contém em si, a determinação ontológica do trabalho como intercâmbio orgânico do homem com a Natureza. Nesse caso, lidamos com o homem como *trabalhador coletivo* imerso no trabalho socializado em sua forma plena (ALVES, 2007, p. 75, grifos do autor).

No entanto, as condições para se chegar ao trabalho assalariado (a força de trabalho transformada em mercadoria) decorrem do capital comercial no período inicial do capitalismo, no qual os homens do campo foram obrigados a se deslocar para as

---

<sup>22</sup> De acordo com Fontes (2011, p. 45) “as expropriações contemporâneas tornaram-se agressivas e potencialmente ilimitadas, ao converter características humanas, sociais ou elementos da natureza em potenciais mercadorias cujo acesso somente é possível através da compra, por meio do mercado”.

idades, expropriando-se de suas terras e dos meios de produção, submetendo-se ao trabalho assalariado. (MARX, 1996; HARVEY, 2005a). Como mostrado por Marx em seus estudos, esse cenário possibilitou o surgimento da manufatura, que seria uma forma “mais avançada” e organizada da produção com relação ao trabalho artesanal, na qual, no período inicial, a habilidade manual do/a trabalhador/a era um fator fundamental na produção, pois comandava o processo de trabalho. Ainda assim, esse processo se mostrou insuficiente para a expansão do capital, exigindo a substituição do trabalho manual por máquinas. Houve resistência dos/as trabalhadores/as, porém não se impediu o surgimento da indústria mecanizada e da classe operária, sendo obrigados a se ajustar ao ritmo da máquina. Como exemplos tem-se o movimento cartista e o ludista, que colocaram em evidência a questão do trabalho e suas condições.

O modo de produção tem suas determinações históricas e “em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produções existentes” (MARX, 2008, p. 47), as quais podem condicionar o surgimento de um novo modo de produção. Marx (2009), em *A Miséria da Filosofia*, no seu embate com o pensador Proudhon<sup>23</sup>, ressalta que

[...] as categorias econômicas são expressões teóricas, abstrações das relações sociais de produção. O sr. Proudhon, qual um filósofo autêntico, tomando as coisas ao inverso, vê nas relações reais as encarnações desses princípios, dessas categorias que, como nos diz ainda o filósofo sr. Proudhon, estariam adormecidas no seio da “razão impessoal da humanidade” [...] Mas o que ele não compreendeu é que essas relações sociais determinadas são também produzidas pelos homens, como os tecidos de algodão, linho, etc. As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar a sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. O moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor dá-nos a sociedade com o capitalista industrial [...]. Assim, essas ideias, essas categorias são tão pouco eternas quanto às relações que exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios (Marx, 2009, p. 125).

Isso significa dizer que, o surgimento de um novo modo de produção não exclui elementos de modos de produções anteriores, ainda que este se torne hegemônico em uma

---

<sup>23</sup>Foi um pensador com ligação à pequena burguesia francesa. Seus escritos exerceram forte influência sobre o operariado naquele período e naquele país. Foi considerado, como um dos fundadores do anarquismo. Ele já era um pensador reconhecido quando Karl Marx chegou à Paris. Os dois são protagonistas das divergências dentro do próprio socialismo. Para José Paulo Netto, o enfrentamento entre Marx e Proudhon “assinala tanto a diferenciação político-ideológica (sic), crucial e qualitativa, entre duas perspectivas socialistas – a reformista e a revolucionária –, quanto, simultaneamente, o embasamento da teoria social moderna” (NETTO, 2009, p. 11). Marx (2009), tem como foco responder às indagações e reflexões feitas por Proudhon, em seu livro *Sistema das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria*.

determinada formação econômico-social<sup>24</sup> ou formação social. Todavia, como destacado por Marx (2008, p. 266) “em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e sua influência sobre as outras. É uma iluminação universal em que atuam todas as cores, e às quais modifica em sua particularidade”. Trata-se, portanto, da hegemonia.

O modo de produção se apresenta com superioridade e funciona com suas leis gerais próprias, ou seja, emerge como sistema produtivo que tem em vista o lucro e a acumulação de riquezas em detrimento da superexploração da força de trabalho humana. Pode-se dizer que tanto o modo de produção quanto a formação social precisam ser compreendidos como constituintes da realidade concreta, sendo o modo de produção evidenciado como uma totalidade que se particulariza em distintas formações econômico-sociais. Conforme Netto e Braz (2011), a diferença entre modo de produção e formação social é visível no modo de produção capitalista hegemônico contemporâneo, uma vez que se constitui de leis gerais próprias que o definem enquanto tal. Todavia, se intensificam de formas distintas para cada formação social, a exemplo do capitalismo que se desenvolve em formações sociais periférico-dependentes, como é o caso brasileiro, que

---

<sup>24</sup> O conceito de formação econômico-social, ora utilizado foi inspirado a partir das reflexões feitas por Mollhoff (2019), que utilizando-se de algumas bibliografias, inspiradas nos escritos de Marx, trouxe um norte sobre o conceito de formação social. Não há consenso na utilização de tal conceito dentro da produção bibliográfica da matriz marxiana ou da tradição marxista, há, inclusive, um intenso debate a respeito e são apropriados em diferentes níveis. Alguns teóricos utilizam equivocadamente formação econômico-social e modo de produção como sinônimos. Parte-se da compreensão que o conceito de formação econômico-social é diferente do conceito de modo de produção. Santos (2012, p. 51), ao discorrer sobre o assunto a partir das matrizes marxianas e da tradição marxista, trata estes conceitos como categorias. A autora parte de uma concepção ontológico-social da categoria modo de produção e enfatiza que “modo de produção” é “muito mais que um ‘modelo’ ou ‘instrumento de análise’ e de interpretação de uma determinada realidade social”. A autora destaca que, a “concepção ontológico-social desta categoria tem, nas mediações próprias de sua gênese, a incessante tarefa humana de responder às necessidades, criando, por sua vez, outras tantas necessidades e respostas. Esse processo, que transforma continuamente as potencialidades humanas, além das forças produtivas/relações de produção é, portanto, repleto de mediações histórico-concretas que devem estar no centro da constituição das categorias” (SANTOS, 2012, p. 52). Althusser (1967), denomina formação econômico-social como formação social. O autor entende o modo de produção como um conceito teórico sem existência na realidade concreta, à medida que a formação social é a efetivação desse conceito na realidade concreta. Para o autor “o conceito de *modo de produção* é um conceito teórico, e que se refere ao modo de produção em geral, que não é um objeto *existente no sentido estrito*, mas que é indispensável para o conhecimento de toda a formação social” (ALTHUSSER, 1967, p.68-69, grifo do autor). Pode-se, por assim dizer, que o modo de produção determina as dimensões estruturantes de qualquer formação econômico-social ou formação social, contudo, considerando as peculiaridades de cada realidade, esse modo se particulariza e se desdobra de formas diferenciadas, constituindo-se formações sociais individualizadas historicamente e espacialmente determinadas. Este texto propõe utilizar-se do conceito de formação social, que nas palavras de Netto e Braz (2011, p. 62-63, grifos originais dos autores), “empregase a expressão *formação econômico-social* (ou simplesmente, *formação social*) para designar a estrutura econômico-social específica de uma sociedade determinada, em que um modo de produção dominante pode coexistir com formas precedentes (e mesmo, com formas que prenunciam elementos a se desenvolverem posteriormente)”.

ainda que funcione sob as leis mais gerais do modo de produção capitalista, assume características muito distintas do capitalismo presente nas formações centrais.

Cabe ressaltar que ao analisar o surgimento e o desenvolvimento do capitalismo não se pode fazê-lo pensando seus processos a partir de uma uniformidade globalizada. Pelo contrário, o capitalismo vai emergir nas diferentes formações sociais de acordo com a realidade de cada formação. Porém, entre os estudiosos do capitalismo da tradição teórica que vem de Marx, tais como Lênin (1977), Mandel (1982), Harvey (2005a, 2005b) e Netto (2011b), há um ponto de consenso de que a versão inicial do capitalismo, denominada de versão “clássica”, nascida na Inglaterra e que se expande por parte da Europa, possibilitou que alguns destes estudiosos concordassem que o capitalismo tem pelo menos três fases ou distintos estágios de desenvolvimento ou regimes de produção em determinados períodos históricos. Seriam elas: a fase pré-capitalista que é a do Capitalismo Comercial ou Mercantil (século XV ao XVIII), que compreende o período de acumulação primitiva e do avanço da produção mercantil; a do Capitalismo Concorrencial ou Industrial (séculos XVIII e XIX), que compreende o período de instituição e consolidação das indústrias; e, a fase do Capitalismo Monopolista ou Financeiro ou Imperialista (a partir do século XX), que compreende os monopólios e o capital financeiro. É equivocado pensar que as formas de desenvolvimento do capitalismo nas diferentes formações sociais do globo de maneira homogênea. Diferenciar esses estágios é crucial para entender como se deu consolidação do estágio imperialista e dos monopólios, principalmente para analisar a formação social brasileira, o que não é possível fazer considerando os limites de uma dissertação de mestrado.

Nesta dissertação, a centralidade está no estágio imperialista, a partir das reflexões feitas por David Harvey (2005a). Para este autor, o capitalismo ainda vive sob as bases do estágio imperialista<sup>25</sup>, porém, este já estaria vivendo a sua terceira fase, ou seja,

---

<sup>25</sup> David Harvey (2005a) sobre o que ele chama de imperialismo capitalista: “defino aqui a variedade especial dele chamada “imperialismo capitalista” como uma fusão contraditória entre “a política do Estado e do império” (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e “os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo” (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia). Com a primeira expressão desejo acentuar as estratégias políticas, diplomáticas e militares invocadas e usadas por um Estado (ou por algum conjunto de Estados que funcionam como bloco de poder político) em sua luta para afirmar seus interesses e realizar suas metas no mundo mais amplo. Com esta última expressão, concentro-me nas maneiras pelas quais o fluxo do poder econômico atravessa e percorre um espaço contínuo, na direção de entidades territoriais (tais como Estados ou blocos regionais de poder) ou em afastamento delas mediante as práticas cotidianas da produção, da troca, do comércio, dos fluxos de capitais, das transferências monetárias, da migração do trabalho, da



posterior aquela denominada de fase “clássica” e aos “anos dourados” do capital, ao que o autor denomina de “novo” imperialismo. O imperialismo, segundo Lênin (1977), surge no final do século XIX quando “os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica” (LÊNIN, 1977, p.8). Já para Mandel (1985) o nascimento do imperialismo ocorre precisamente no ano de 1890.

O capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes. (LÊNIN,1977, p.43).

A centralidade dos monopólios nesse estágio do capitalismo, como apontada por Lênin (1977) e por Netto (2011b), fez com que os autores optassem por utilizar o conceito de capitalismo monopolista, pois o monopólio “uma vez que foi constituído controla milhares de milhões, penetra de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra ‘particularidade’”, diz Lênin (1977, p. 26). Sumariamente, os monopólios se expressam na concentração e centralização de capital nas mãos de poucas empresas, cujo mercado e a economia mundial giram em torno dos interesses destas poucas empresas, pertencentes a outros poucos países.

A exploração geográfica é um ponto importante destacado por Lênin e Harvey em suas reflexões, pois a busca pela aquisição das colônias, como uma das práticas imperialistas. Para Lênin (1977), a partilha do mundo nasce do próprio movimento do capitalismo, uma vez que “a posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio do Estado”, (LÊNIN,1977, p. 35). O autor ressalta que essa busca por territórios e matérias-primas é um processo recorrente na história. Porém, a particularidade da política colonial nessa fase monopólica é o fato de o sucesso do monopólio depender da posse de colônias, e para o capital financeiro “não são apenas as fontes de matérias-primas já descobertas que têm importância, mas também as possíveis, pois a técnica avança, nos nossos dias, com uma rapidez incrível, e as terras hoje não aproveitáveis podem tornar-se amanhã

---

transferência de tecnologia, da especulação com moedas, dos fluxos de informação, dos impulsos culturais e assim por diante. (HARVEY, 2005a, p. 31-32).

terras úteis” (LÊNIN, 1977, p. 40). As práticas imperialistas são importantes para se entender, posteriormente, a particularidade brasileira.

Às práticas imperialistas, do ponto de vista da lógica capitalista, referem-se tipicamente à exploração das condições geográficas desiguais sob as quais ocorre a acumulação do capital, aproveitando-se igualmente do que chamo de as "assimetrias" inevitavelmente advindas das relações espaciais de troca. Estas últimas se expressam em trocas não-leais e desiguais, em forças monopolistas espacialmente articuladas, em práticas extorsivas vinculadas com fluxos de capital restritos e na extração de rendas monopolistas. [...] A riqueza e o bem-estar de territórios particulares aumentam à custa de outros territórios. As condições geográficas desiguais não advêm apenas dos padrões desiguais da dotação de recursos naturais e vantagens de localização; elas são também, o que é mais relevante, produzidas pelas maneiras desiguais em que a própria riqueza e o próprio poder se tornam altamente concentrados em certos lugares como decorrência de relações assimétricas de troca. [...]. Uma das tarefas essenciais do Estado é tentar preservar o padrão de assimetrias espaciais de troca que seja vantajoso para ele. Se, por exemplo, as forças norte-americanas abrem mercados de capitais em todo o mundo por meio das operações do FMI e da OMC, a causa é que são esperadas vantagens específicas advindas disso para as instituições financeiras dos Estados Unidos. Em suma, o Estado é a entidade política, o corpo político mais capacitado para orquestrar esses processos. É provável que a incapacidade de fazê-lo resulte na diminuição da riqueza e do poder de Estado. (HARVEY, 2005a, p. 35).

O imperialismo, para Lênin (1977), constitui uma nova etapa de desenvolvimento capitalista com a explícita predominância dos monopólios e do capital financeiro, resultante da combinação de distintas formas de capital, dando força ao processo de globalização. A exemplo, tem-se as expansões de grandes potências, principalmente das instituições financeiras norte-americanas, como citadas por Harvey (2005a). Segundo Casanova (2005, p. 66), os Estados Unidos juntamente com a Europa e Japão se uniram e formaram um conjunto liderado pelos EUA, que “promoveram uma política de endividamento interno e externo dos governos que enfrentavam uma crise fiscal crescente”, sendo os governos de países dependentes suas principais vítimas, como o governo brasileiro. Isso tem um impacto significativo no universo do trabalho e na introdução da reestruturação produtiva no país.

A combinação entre o domínio das grandes potências e o avanço da reestruturação produtiva na era da acumulação flexível, em evidência as evoluções tecnológicas da informação e comunicação ou TICs nos termos de Antunes (2018), modificaram o mercado e a configuração do trabalho no capitalismo na contemporaneidade. Para muitos no início da era do trabalho on-line, digital, era informacional, mas para o capital global se trata da descoberta de um novo maquinário, no qual “mundo do labor superava enfim sua dimensão de sofrimento” (ANTUNES, 2018, p.24). Entretanto, os autores Antunes e Alves (2004) advertem para a necessidade de uma concepção ampliada

do trabalho que seja capaz de dar conta da totalidade dos assalariados (homens e mulheres) que vendem sua força de trabalho, inclusive os trabalhadores manuais diretos, e que incorpore a totalidade do trabalho social e do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário, pois “como todo trabalho produtivo é assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção contemporânea de classe trabalhadora deve incorporar a totalidade dos(as) trabalhadores(as) assalariados(as)” (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 9). De acordo com os referidos autores, integram a esta concepção o núcleo central do proletariado industrial; os trabalhadores produtivos que participam diretamente do processo de criação de mais-valia e da valorização do capital; ela abrange também os trabalhadores improdutivos, cujos trabalhos não criam diretamente mais-valia (utilizados como serviço para uso público ou para uso do capitalista); os trabalhadores improdutivos, criadores de antivalor no processo de trabalho (e que experimentam situações aproximadas com aquelas vivenciadas pelo conjunto dos trabalhadores produtivos); o proletariado rural (os assalariados das regiões agroindustriais); os trabalhadores precarizados, modernos, fabril e de serviços, caracterizados pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precário; e, a totalidade dos trabalhadores desempregados.

Os autores Antunes e Alves (2004) ao analisarem as mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital, destacam que o envolvimento operário no fordismo/taylorismo se dava por meio da racionalização total do operariado à lógica do capital, ainda que fosse meramente formal. No fordismo, se tratava de instaurar uma sociedade racionalizada, tentativa falha, uma vez que não conseguiu agregar as variáveis psicológicas do comportamento do/a trabalhador/a à racionalidade da produção capitalista. No toyotismo essa racionalização foi feita através de mecanismos de comprometimento dos operários. Na era dos avanços tecnológicos de informação e comunicação, Antunes (2018) alerta que, o que se tem presenciado é uma combinação do receituário taylorista do trabalho com a praticidade do envolvimento e da manipulação herdada do toyotismo, pois é possível identificar a preservação do despotismo do taylorismo e o fazer de tudo um pouco no trabalho (polivalência) do toyotismo, mantendo o ritmo de aceleração da exploração para manter a acumulação.

Com a revolução tecnológica da informação e comunicação, as novas modalidades de trabalho aparecem carregadas de traços de instabilidade e insegurança, características das atuais relações trabalhistas no capitalismo. Antunes (2018), cita como exemplo o mais novo sonho do empresariado global a partir da experiência britânica do

contrato zero (*zero hour contract*), que nada mais é do que uma forma de trabalho sem contrato, sem estabelecimento de jornada trabalho a ser cumprida e sem direitos assegurados, no qual os/as trabalhadores/as devem estar conectados (*on-line*) para atender intermitentemente uma vez que surge demanda. De acordo com o autor “as corporações se aproveitam: expande-se a ‘pejotização’, ‘uberização’, amplia-se a florescendo uma nova modalidade de trabalho: o escravo digital. Tudo isso para disfarçar o assalariamento” (ANTUNES, 2018, p. 29). A organização e a natureza das relações de trabalho são transformadas em virtude da utilização das novas TICs, que segundo o autor, são cada vez mais evidenciadas com as proposições e avanços da chamada Indústria 4.0 e o consecutivo aumento da automação e da inteligência artificial.

O termo “pejotização”, empregado pelo autor, se refere à falsa impressão de “trabalho autônomo” dada à pessoa jurídica (PJ) tendo em vista a camuflagem das relações de assalariamento efetivas que ainda existe, burlando os direitos trabalhistas. No que se refere a “uberrização”, é um termo derivado da plataforma de transportes Uber e se trata das relações de trabalho individualizadas e invisíveis, cujo o assalariamento e exploração são cada vez mais omissas. As configurações dessas novas formas de trabalho são generalizadas e propagadas no seio de trabalhadores/as da periferia que, infelizmente, trilham numa jornada instável, insegura, sem identidade profissional e legalmente desprotegidas. Lamentavelmente, essa tendência e expansão dos aplicativos tem sido alimentada pelas corporações globais e foram intensificadas no atual contexto da pandemia decorrente da Covid-19. Contudo, antes de adentrar nessa fase mais recente do capitalismo é preciso falar sobre as mudanças no modo de produção a partir dos modelos do fordismo, taylorismo e toytismo, como serão abordados no próximo item.

## **1.2 Considerações sobre os modelos de produção capitalista: traços históricos do fordismo aos aspectos da reestruturação produtiva**

Seguindo uma ordem cronológica, analisa-se o capitalismo e as mudanças no modo de produção a partir do fordismo para então chegar-se aos aspectos históricos da reestruturação produtiva. Segundo Harvey (2008, p. 120), pode-se afirmar que a data simbólica do fordismo se deu em 1914, “quando Henry Ford introduziu o seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha de montagem automática de carros”. O autor ressalta que a implementação do fordismo foi muito além disso. A grosso modo, Ford era inteligente, tinha tino para inovações tecnológicas e

organização nos negócios, mas faltava algo para alavancar a produtividade, precisava “mexer” nos processos de trabalho para tal. É aí que entra a figura de Frederick Winslow Taylor, pensador e escritor da obra *“Os Princípios da Administração Científica”*, o que demonstrava como a produtividade poderia ser radicalmente aumentada através da combinação de movimentos de processos de trabalho e organização das tarefas de trabalho (separação entre gerência, concepção, controle e execução). O que difere Ford de Taylor, é que no modelo de Ford a produção é focada em massa o que significa consumo em massa, “um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerencia do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista”, (HARVEY, 2008, p. 121). Já o modelo de Taylor tem como princípio a produção sob demanda, ou seja, a partir da demanda do cliente, evitando acúmulo de estoques e desperdício.

Com a introdução sofisticada da tecnologia nas máquinas a classe trabalhadora precisou adaptar-se cada vez mais e tal processo modificou a situação dos trabalhadores, uma vez que saíram do campo da habilidade para a capacidade de cumprir tarefas rotineiras e repetitivas. Os avanços tecnológicos permitiram chegar à fase da organização do processo de trabalho industrial no capitalismo monopolista. Se antes, no sistema fabril, houve a separação do trabalho manual e intelectual no processo de trabalho, no período dos monopólios os processos de trabalho passaram a ser organizados por uma administração científica, na qual o capitalista passou a ter controle de cada fase e atividade do processo de trabalho. Esse método foi encabeçado por Taylor que reorganizou o processo de trabalho, no final do século XIX. O método foi denominado como taylorismo, seu criador era um engenheiro norte-americano que desenvolveu um novo modelo de organização da produção baseado na eficiência do trabalho. Contudo, foi Henry Ford, o criador do fordismo, que deu aplicabilidade ao modelo taylorista, renovando o sistema de produção industrial, conforme Harvey (2008).

O taylorismo-fordismo, como ficou conhecido, segundo Praun (2016), vem com uma proposta de extrair tanto dos homens como das máquinas maior e melhor rendimento possível, convertendo a atividade especializada, que anteriormente era desenvolvida pelo operariado, “em cadências de gestos simplificados e repetitivos que manipulam peças padronizadamente” (PRAUN, 2016, p. 28).

Entendemos o fordismo fundamentalmente como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos

elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; [...] pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. Menos do que um modelo de organização societal, que abrangeria igualmente todas as esferas da sociedade, compreendemos o fordismo como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século (ANTUNES, 2000, p. 25).

Marcado pela sua rigidez e padronização, o modelo fordista-taylorista revolucionou a indústria automobilística. Apesar da assertiva na junção dos modelos, havia distinções entre estes e o êxito do fordismo não se deu de forma imediata. Harvey (2008), dialogando com as reflexões feitas pelo pensador italiano Antônio Gramsci, em seus *“Cadernos dos Cárceres”*, destaca as implicações dos novos métodos de trabalho para criar um “novo tipo de trabalhador”, um “novo tipo de homem”, mas os métodos de trabalho na visão gramsciana são indissociáveis “de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida” (GRASMC I *apud* HARVEY, 2008, p. 121). Em suas reflexões sobre a particularidade estadunidense, David Harvey (2008) destaca que Ford acreditava que com simples aplicações adequadas do poder corporativo poderia se chegar a um novo tipo de sociedade, quando trouxe aquela proposta de jornada de trabalho de oito horas e cinco dólares para recompensar trabalhadores/as da linha automática de montagem de carros. Ford falhou ao presumir que os/as trabalhadores/as soubessem gastar o dinheiro recebido, uma vez que o objetivo era dar tempo e lazer para que pudessem consumir os produtos produzidos. Isso não significa dizer que tinham condições para consumir mesmo com a elevação da renda, ou seja, não teriam acesso aos bens produzidos, a fim de garantir um novo tipo de trabalhador, vejam o que Ford fez:

[...] em 1916, Ford enviou um exército de assistentes sociais aos lares dos trabalhadores “privilegiados” (em larga medida imigrantes) para ter certeza que o “novo homem” da produção de massa tinha o tipo certo de probidade moral, de vida familiar e de capacidade de consumo prudente (isto é, não alcoólico) e “racional” para corresponder às necessidades e expectativas da corporação. A experiência não durou muito tempo, mas sua própria existência foi um sinal presciente dos profundos problemas sociais, psicológicos e políticos que o fordismo iria trazer (HARVEY, 2008, p. 122).

O fordismo se desenvolveu nas primeiras décadas do século XX, contudo os seus métodos só seriam adotados no segundo pós-guerra. Como não há desenvolvimento lógico ou estabilidade perfeita, muito menos no sistema capitalista de produção, esse modelo de produção também teve seus altos e baixos. David Harvey mostra que a história

do estabelecimento do sistema fordista é longa e complicada, pois “dependeu de uma miríade de decisões individuais, corporativas, institucionais e estatais, muitas delas escolhas políticas feitas ao acaso ou respostas improvisadas às tendências de crise do capitalismo” (HARVEY, 2008, p. 122-123), principalmente no período da Grande Depressão dos anos 1930<sup>26</sup>.

A partir das contribuições de Netto e Braz (2011), parte-se do entendimento de que o modo de produção capitalista não existe sem crises<sup>27</sup>, na verdade vive à sombra destas, pois está fadada a quebra e “ressureição”, uma vez que “não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 167). Entre conflitos e confrontos, entre guerras e pós-guerras, entre classes, capital e trabalho, o capitalismo tem predominado até os dias atuais. Historicamente, as transformações societárias acontecem, principalmente, em tempos de crises econômicas, pois depois da apropriação e “consolidação do comando da produção pelo capital, a história, real e concreta, do desenvolvimento do capitalismo, (...) é a história de uma sucessão de crises econômicas” (NETTO; BRAZ, 2011, p.166). Em suma, as mudanças ou transformações, que tendem a levar às crises do sistema capitalista, aparecem de formas diferentes nas nações ou nas nações-Estados, conforme destaca Harvey (2008), e são derivadas de vários fatores, seja de divergências políticas, práticas ideológicas, seja intelectuais, de conflito de interesses econômicos ou até mesmo oriundas de desastres naturais ou sanitários, dentre outros.

A história mostra que as transformações societárias têm impacto mundial e são provenientes de grandes evoluções, seja de grandes saltos tecnológicos, seja de mudanças na produção e, conseqüentemente, na economia, dentre outros fatores. Também podem ter imbricações e levar ao estágio de crise. Contudo, para Netto e Braz (2011, p. 168) “as crises próprias do modo de produção capitalista são inteiramente diferentes” das crises pré-capitalistas. No ciclo econômico, destacam que entre uma crise e outra, distinguem-se quatro fases: a crise, a depressão, a retomada e o auge<sup>28</sup>. Estas fases, mostram as contradições das crises e do próprio sistema capitalista, uma vez que as crises não

---

<sup>26</sup> Entre os anos 1929-1932, emergiu uma das maiores crises econômicas já enfrentadas, cujas conseqüências foram devastadoras que abriu o século XX e ficou conhecida como o período da Grande Depressão ou período depressivo. Como afirma Netto (2012, p. 416), essa crise “não teve por espaço apenas uma região geopolítica determinada: ela envolveu o globo; durou em torno de dezesseis anos e só foi ultrapassada no segundo pós-guerra”.

<sup>27</sup> Parte do texto contido neste parágrafo contém trechos do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Assistentes Sociais nas empresas: uma análise do perfil e da prática profissional no Distrito Federal”, apresentado pela estudante pesquisadora em 2015 no Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB). Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/11641>>.

<sup>28</sup> Tais fases são mais aprofundadas no livro dos autores NETTO e BRAZ (2011).

acontecem do nada e podem ocorrer, por exemplo, de um “incidente econômico ou político qualquer (a falência de uma grande empresa, um escândalo financeiro, a falta repentina de matéria-prima essencial, a queda de um governo)” (NETTO; BRAZ 2011, p. 169).

Nos termos marxianos, entende-se as crises capitalistas como expressão das contradições e a possibilidade de retomada e o auge da reprodução desse sistema, principalmente, ao considerar o fato de que o capitalismo se reproduz em ciclos e que as crises correspondem a um dos momentos desse ciclo, trata-se de um movimento cíclico do modo de produção capitalista. Para Carcanholo (2010, p. 1), “é da natureza do capitalismo funcionar em ciclos”, compreendendo que no processo de acumulação do capital esse movimento circular se dá entre momentos de crescimento e recessão, e esses por sua vez dão lugar novamente ao crescimento. A respeito do porquê desses ciclos, Carcanholo (2010) afirma que:

[...] os processos de acumulação de capital desenvolvem as contradições do capitalismo a um ponto tal que as crises são a forma que esse mesmo modo de produção encontra para, ao mesmo tempo, manifestar o momento de irrupção dessas contradições e o restabelecimento da unidade entre a produção e a apropriação do valor (CARCANHOLO, 2010, p.1).

Retomando ao fordismo, é durante os seus anos expansionistas, os chamados “anos gloriosos”, que compreendem o período que vai do pós-Segunda Guerra Mundial em 1945 até o final dos anos de 1960, que o fordismo ganha maturidade. Até então, a Europa, por meio da Inglaterra, desde o início do capitalismo vinha exercendo sua influência sobre a economia mundial. Embora as guerras tenham um caráter destrutivo das forças produtivas, é no período pós-guerra que se instituiu um novo centro hegemônico, os Estados Unidos da América, que se mostraram como o único país capaz de ir para embate, do ponto de vista econômico, com a hegemonia europeia. A consolidação dessa hegemonia, transportando-se ao longo do século XX, veio antes do fim da Segunda Guerra Mundial, no ano de 1944 com o chamado acordo de Bretton Woods<sup>29</sup>. A moeda americana, o dólar, foi instituída como padrão monetário internacional

---

<sup>29</sup> Trata-se de um acordo que contém uma série de disposições acertadas por cerca de 45 países aliados em julho de 1944. O concerto de nações, nome do evento em questão, ocorreu na cidade norte-americana Bretton Woods, que deu nome ao acordo, no estado de New Hampshire. O objetivo central deste encontro seria definir os parâmetros que iriam reger a economia mundial pós Segunda Guerra. Esse acordo foi favorável para os Estados Unidos. Surgira dali um sistema financeiro que deu controle aos EUA de boa parte da economia mundial bem como de todo o seu sistema de distribuição de capitais. O país norte-americano passara a ditar as diretrizes das finanças mundiais. O que consolidou essa hegemonia foi a transformação do dólar como moeda forte do setor financeiro mundial e fator de referência para as moedas dos outros 44 signatários de Bretton Woods.



a partir desse acordo e do poder econômico conquistado pelos Estados Unidos. As instituições internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que passaram a guiar a dinâmica da economia mundial, surgiram a partir de Bretton Woods.

Segundo os estudos de Harvey (2008, 2005a, 2005b), esta mudança no eixo hegemônico da política econômica mundial trouxe reorientação, no que diz respeito ao direcionamento teórico-político norteador do capitalismo, que até então, eram orientadas pelo liberalismo. O fordismo precisava de um mecanismo político e, por isso, o keynesianismo<sup>30</sup> se apresenta como o ideal. Assim, a política econômica do liberalismo, dá lugar à política keynesiana. Neste período, a economia capitalista precisava de mudanças para retomar as taxas de acumulação, como um direcionamento teórico-político e um novo direcionamento na esfera produtiva. Foi assim que a produção por demanda deu lugar a produção fordista em grande escala. Tais transformações permitem afirmar que o modo de produção capitalista nos países centrais, em sua fase dos “anos dourados”, teve como eixo hegemônico norteador o modelo fordista-keynesiano. Este modelo, baseado nos estudos de Behring e Boschetti (2011), vai se expressar nas bases de produção por meio do consumo e da acumulação da produção em massa para o consumo de massas (fordismo). Por outro lado, o keynesianismo representou a efetivação da ideia do pleno emprego, a consolidação do *welfare state* e das políticas sociais como via para a promoção dos direitos sociais, a intervenção estatal na esfera do mercado, dentre outras estratégias. A intervenção estatal foi uma das ideias trazidas por Keynes, sendo imprescindível para que a hegemonia do Estado liberal desse lugar a do Estado Social<sup>31</sup>, que se deu de forma paulatina. Keynes não acreditava na defesa liberal da capacidade autorreguladora do mercado em manter equilibradas a oferta e a demanda, como ressaltado por Pereira-Pereira-Pereira (2009), para ele “tal equilíbrio somente seria assegurado se um agente externo ao mercado regulasse variáveis chaves do processo

---

<sup>30</sup> Nome empregado ao conjunto de teorias e medidas propostas pelo economista britânico John Maynard Keynes e seus seguidores. Keynes defendeu a intervenção econômica no mercado livre capitalista, com o objetivo principal de garantir o pleno emprego e manter o controle da inflação. Para Behring e Boschetti (2011, p. 71) “as proposições de Keynes estavam sintonizadas com a experiência do *New Deal* americano, e inspiraram especialmente as saídas europeias da crise, sendo que ambas tem um ponto em comum: a sustentação pública de um conjunto de medidas anticrise ou anticíclicas, tendo em vista amortecer as crises cíclicas de superprodução, superacumulação e subconsumo, ensejadas a partir da lógica do capital”.

<sup>31</sup> Nos termos de Boschetti (2016, p. 28), entende-se por Estado Social “(...)o Estado que no capitalismo tardio, assume importante papel na regulação das relações econômicas e sociais, tendo por base a constituição de um sistema de proteção social de natureza capitalista, assentado em políticas sociais destinadas a assegurar trabalho, educação, previdência, habitação, transporte e assistência social”.

econômico. Esse *agente* seria o Estado”, (PEREIRA-PEREIRA, 2009, p. 91). Por isso, a eclosão de proposições de contrarreformas do estado se expandiu no globo.

Para Behring e Boschetti (2011), no período após a crise de 1929-1932 e, sobretudo, o período pós Segunda Guerra Mundial, o sistema capitalista tardio ou maduro, foi permeado de características das políticas de viés keynesiano. Há a expansão, a partir de “um intenso processo de monopolização do capital, pela intervenção do Estado na economia e no livre movimento do mercado, constituindo-se oligopólios privados (empresas) e estatais (empresas e fundações públicas)” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 83). Cabe ressaltar que o Estado Social teve suas especificidades em cada formação econômico-social capitalista. Por exemplo, o modelo fordista-keynesiano, que retomou a acumulação nos centros capitalistas, acima de tudo na Europa ocidental, quase atingiu a situação do pleno emprego dos fatores de produção, gerou postos de emprego praticamente para brancos e homens, bem como a ampliação e universalização dos direitos sociais.

Querendo ou não, para Boschetti (2012) isso possibilitou “a melhoria das condições de vida, certa redução das desigualdades sociais e certa socialização do fundo público” (BOSCHETTI, 2012, p.758). Um exemplo disso, foi a instituição de uma política salarial proposta nos países de capitalismo central, como uma de suas estratégias no período do fordismo-keynesiano, que mantinha os trabalhadores com amplo poder de compra. Houve o aumento da produção proporcional ao consumo, supondo que o consumo conteria a ocorrência de uma superprodução. Segundo Harvey (2008), foram contidas as tendências às crises naquele período, os padrões de vida foram elevados, a democracia de massa fora preservada e a ameaça de guerras intercapitalistas tornadas remota. Esse alinhamento do fordismo com o keynesianismo, resultou em uma expansão capitalista internacional e na descolonização de inúmeras nações. Harvey (2008, p. 119) compartilha da visão que o longo período de expansão do período pós-guerra (1945-1973) “teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, e de que esse conjunto pode com razão ser chamado de fordista-keynesiano”.

Por meio das inovações tecnológicas introduzidas pelas linhas de montagem nas indústrias, o keynesianismo-fordista conseguiu reduzir os custos da produção, elevando os níveis de produtividade. Assim, o rendimento do trabalho também foi alcançado. Porém, tal processo não seria possível sem os acordos coletivos com trabalhadores e sem a contenção das superproduções, ou seja, com redução das jornadas de trabalho e a

garantia de consumo do que viria a ser produzido. Esse procedimento é crucial para restaurar a economia. Por isso, nesse movimento, e nesse contexto, a intervenção do Estado foi dada como alternativa para a contensão da crise, como destacado por Behring e Boschetti (2011, p. 86) "o fordismo, então, foi bem mais que uma mudança técnica, com a introdução da linha de montagem e da eletricidade: foi também uma forma de regulação das relações sociais, em condições políticas determinadas".

Tendo como base os escritos de Harvey (2008) e Martins (2006), no período pós Segunda Guerra as políticas keynesianas de pleno emprego e o modelo de desenvolvimento industrial fordista expandiram pelos países de capitalismo avançado, se estendendo, posteriormente, para países da periferia do capitalismo (chamado fordismo periférico) ou dependentes. Este período marca a consolidação e o amadurecimento do padrão tecnológico oriundo da segunda revolução industrial, de difusão de técnicas científicas de administração da produção e do trabalho taylorista, e do padrão de consumo norte-americano. Destaca-se a década de 1970, e determinados fenômenos ocorridos neste período, tais como o declínio da produtividade, elevados índices de inflação com baixo crescimento econômico, aumento do déficit orçamentário de vários países, a crise do petróleo e o fim da manutenção das taxas fixas de câmbio, para elucidar sucintamente como os paradigmas fordistas foram abalados. Conforme Netto e Braz (2011, p. 166), o desenvolvimento do capitalismo é a “história de uma sucessão de crises econômicas”, cujas respostas, forjadas por frações burguesas no contexto de luta de classes, têm conseguido assegurar seu projeto hegemônico de acumulação capitalista. Assim, o período do final dos anos 1960 ao início dos anos 1970 marcou uma dessas crises econômicas já enfrentadas pelo capital, que foi caracterizada por Mészáros (2009, 2011) como uma crise estrutural do modo de produção capitalista e foi sentida, principalmente, nos países de capitalismo avançado, visto que desestabilizou o capitalismo de tal forma que ameaçou sua continuidade. Segundo Mészáros (2009, p. 41) “à medida que os sintomas de crise se multiplicam e sua severidade é agravada, parece muito mais plausível que o conjunto do sistema esteja se aproximando de certos *limites estruturais* do capital”. No atual momento histórico, a crise, segundo o autor, torna-se estrutural porque coloca em risco “a sobrevivência contínua da estrutura global” (MÉSZÁROS, 2011, p. 797). Esse caráter estrutural, advém prioritariamente do fato de que com essa crise o ciclo de reprodução do capital se desloca “da *produção genuinamente orientada para o consumo destrutivo*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 678, grifos do autor). A crise estrutural se configurou

no cenário global como um risco ao capital na medida em que sua expansão se refreava e induzia à organização da classe trabalhadora, uma vez que desemprego era crescente.

As principais consequências dessa crise do capital foram a quebra dos mercados imobiliários, o aumento do preço do petróleo e o impedimento da exportação deste para o Ocidente, o que atingiu, principalmente, as grandes economias do mundo e acabou levando ao colapso do sistema fordista-keynesiano<sup>32</sup> a partir de então. Segundo Harvey (2008, p. 137), "a forte deflação de 1973-1975 indicou que as finanças do Estado estavam muito além dos recursos, criando uma profunda crise fiscal e de legitimação", causada por índices exacerbados de inflação, levando há um processo de estagnação e recessão, cuja causa mais uma vez é deflagrada por um processo de superprodução. Neste período, a instabilidade econômica tornou obsoleta a rigidez do modelo fordista ao modo de produção capitalista, diante da crise instalada. Dessa forma, foi preciso buscar formas de superação do contexto em que se encontrava a economia mundial, bem como da organização do trabalho e da própria produção. Era preciso mudar as próprias relações de produção e, conseqüentemente, as relações sociais. É nesse contexto que a hegemonia do modelo fordista foi sendo substituída paulatinamente por medidas que visavam uma reorganização e reestruturação do modo de produção, afim de reestabelecer o ciclo econômico, como destaca Antunes (2000).

Cabe ressaltar, o papel fundamental dos sindicatos, sobretudo, no pós-guerra (HARVEY, 2008). Os sindicatos tiveram um papel fundamental, uma vez que a organização dos/as trabalhadores/as em sindicatos fortes e combativos resultou em conquistas de benefícios sociais. Havia, nesse período, uma espécie de pacto entre as classes, que havia conferido a instituição e a ampliação de direitos para a classe trabalhadora. Contudo, segundo Antunes (2009b), no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 houve a eclosão das revoltas dos/as trabalhadores/as ou *operário-massa*, como

---

<sup>32</sup> De acordo com Harvey (2008), de modo mais geral, a evidência da incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo, era eminente. "Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho [...]. A rigidez dos compromissos do Estado foi se intensificando à medida que programas de assistência (seguridade social, direitos de pensão etc.) aumentavam sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos. O único instrumento de resposta flexível estava na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável. E, assim, começou a onda inflacionária que acabaria por afundar a expansão do pós-guerra". (HARVEY, 2008, p. 135-136).

denomina o autor, uma parcela hegemônica do proletariado da era taylorista/fordista que atuava no universo concentrado no espaço produtivo.

Antunes (2009b) dialogando com as reflexões de Alan Bihl (1991) afirma que os/as trabalhadores/as, tendo perdido sua identidade cultural dos ofícios da produção (era artesanal e manufatureira), foram obrigados/as a se ressocializar, “quer pela parcelização da indústria taylorista/fordista, pela perda da destreza anterior ou ainda pela desqualificação repetitiva de suas atividades, além das formas de sociabilização ocorridas fora do espaço da fábrica” (ANTUNES, 2009b p. 42-43). Em decorrência, a forma como se constituía a sociabilidade capitalista naquele período fez com que emergisse um novo proletariado/classe trabalhadora, que marcada pela massificação, “ofereceu as bases para a construção de uma nova identidade e de uma nova forma de consciência de classe” (ANTUNES, 2009b p. 43). Esse novo *operário-massa* ou trabalhador-proletariado configurou um grupo organizado e combativo, que teve um papel extremamente importante no final dos anos 1960, cujos movimentos tinham como pauta central a luta pelo controle social da produção. Houve aí uma revolta do *operário-massa* contra os métodos tayloristas e fordistas de produção uma vez que esse modelo expropriava de forma intensificada esses trabalhadores e estes, por sua vez, não tinham qualquer participação na organização do processo de trabalho. Birlh (1991, p. 65) citado por Antunes (2009b, p. 44), vai dizer que:

O boicote e a resistência ao trabalho despótico, taylorizado e fordizado assumiam modos diferenciados. Desde as formas individualizadas do absenteísmo, da fuga do trabalho, do turnover, da busca da condição de trabalho não operário, até as formas coletivas de ação visando a conquista do poder sobre o processo de trabalho, por meio de greves parciais, operações de zelo (marcados pelo “cuidado” especial com o maquinário, que diminuía o tempo/ritmo de produção), contestações da divisão hierárquica do trabalho e do despotismo fabril emanado pelos quadros da gerência, formação de conselhos, propostas de controle autogestionárias, chegando inclusive à recusa do controle do capital e à defesa do controle social da produção e do poder operário.

As lutas de classes, especialmente, a luta organizada da classe trabalhadora vai se constituir como um dos elementos detonadores da crise naquele período, uma vez que impossibilitou a permanência do ciclo expansionista do capital. Para Antunes (2009b, p. 44), houve uma interação entre elementos constitutivos dessa crise capitalista:

[...]além do esgotamento econômico do ciclo de acumulação (manifestação contingente da crise estrutural do capital), as lutas de classes ocorridas ao final dos anos 60 e início dos 70 solapavam pela base o domínio do capital e afloravam as possibilidades de uma hegemonia (ou uma contra-hegemonia) oriunda do mundo do trabalho. A confluência e as múltiplas determinações de

reciprocidade entre esses dois elementos centrais (o estancamento econômico e a intensificação das lutas de classes) tiveram, portanto, papel central na crise dos fins dos anos 60 e inícios dos 70.

A fim de superar essa crise, o capital colocou em curso várias estratégias, com o objetivo de restaurar sua hegemonia e, para tal, se serviu dos pressupostos da ideologia neoliberal. A ideologia neoliberal parte do pressuposto de que o regulador social é o mercado e não o Estado. No keynesianismo, o Estado é o principal promotor do “bem-estar social”, já o neoliberalismo “sustenta que o bem social é maximizado se se maximizam o alcance e a frequência das transações do mercado” (HARVEY, 2011, p. 13). São evidenciadas a participação substancial do mercado, embora o Estado ainda exerça um papel atuante no que seria as demandas sociais. Porém, as ações tem um caráter mais focalizado, com uma tendência à utilização da política social como forma de controle, vigilância e punição. A consolidação dessa ideologia se deu por meio de algumas ações, tais como: a liberalização econômica, as privatizações de instituições estatais, a desregulação financeira e amplos cortes orçamentários na área dos chamados gastos sociais, dentre outras. Essas ações permitiram que o neoliberalismo pudesse restaurar a “elite econômica” (HARVEY, 2011, p.27), assim como se instituir como ideologia hegemônica do capitalismo em sua nova fase. Sob a égide do projeto neoliberal e seus princípios norteadores, a esfera produtiva foi se reconfigurando, colocando em curso estratégias para superar a crise estrutural, e uma delas é reestruturação produtiva, que já vinha sendo colocada em curso ao longo dos aspectos históricos até aqui descritos. Para Antunes (2009b), o enfrentamento desta crise foi feito apenas em sua superfície, reestruturando sem mexer nos pilares do modo de produção capitalista.

Segundo Alves (2007), o aparato conceitual do neoliberalismo é constituído com base em algumas teorias, as principais são: a teoria do capital humano, a ideologia da empregabilidade, empreendedorismo, conceitos de flexibilidade, adaptabilidade, protagonismo, motivação, capacitação, inovação, participação, competência, não acomodação, multifuncionalidade e polivalência, pois o “discurso toyotista da produção e do produtivismo (ou do empreendedorismo universal) impregna a sociabilidade social reduzida à esfera da circulação de homens-mercadorias” (ALVES, 2007, p. 169). Outro exemplo, é a política social, na sua ativação no Estado neoliberal-neoconservador, se utiliza dos mesmos fundamentos e aparatos. O neoliberalismo se apresenta como o único receituário do capitalismo para alcançar os resultados esperados na saída da crise do

capitalismo e passou a ordenar o seu funcionamento nessa nova fase. Conforme Alves (2007, p. 250),

[...] as políticas neoliberais e o complexo midiático-cultural que sustenta a hegemonia neoliberal instituíram um poderoso mecanismo de produção da consciência e de construção de um novo consentimento social às necessidades da produção orgânica do capital centradas no toyotismo, que atinge e seduz ganhadores e perdedores, incluídos e excluídos. As novas habilidades cognitivas e comportamentais possuem significação contraditória. Por um lado, expressam a exigência orgânica da produção de mercadorias, com suas novas qualificações adequadas à lógica do toyotismo, com suas novas exigências de subsunção real do trabalho ao capital. Por outro lado, expressam habilidades humanas exigidas pela nova base técnica de produção do sistema orgânico do capital, buscando ser compatíveis com um novo sistema de máquinas complexas, produto do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social.

A reestruturação produtiva empregada pelo capital tinha como o objetivo central modificar as bases produtivas do capitalismo para voltar a acumular, colocada em curso a partir da década de 1970 em função da crise estrutural e do desmoronamento do fordismo/taylorismo no contexto industrial de produção e acumulação. Com o enfraquecimento do fordismo-taylorismo, na medida em que já respondiam à valorização do capital, um novo modelo foi instituído, o chamado toyotismo, baseado na produção por demanda e na flexibilidade dos processos de trabalho. Esse novo modelo desencadeia mudanças radicais no que se refere ao tipo de força de trabalho necessária à sua efetivação, ressignificando as exigências para o/a trabalhador/a.

Emergia a partir daí um novo padrão de crescimento, fruto do resultado de lutas de classes fortemente desfavorável para distintas frações da classe trabalhadora e marcado por ondas longas recessivas, como mostra Mandel (1990), denominado por alguns autores como toyotismo ou ohnismo, caracterizando o modo de “acumulação flexível” na reestruturação produtiva, como chama Antunes (2000) e que Harvey (2008) vai chamar de “novo imperialismo” ou acumulação por espoliação<sup>33</sup>. A reestruturação produtiva do capital é compreendida como uma das estratégias do capital frente a sua crise estrutural. Cabe ressaltar que outras estratégias como o neoliberalismo, financeirização do capital e as propostas de (contra)reforma do Estado, compõem o bojo dos fenômenos sociais ou

---

<sup>33</sup> Acumulação por espoliação é o termo utilizado por Harvey (2005a) para renomear o arsenal ou os processos pelos quais se dava a acumulação primitiva descrita por Marx. Harvey (2005a) refletindo sobre os escritos de Marx, vai apontar que o processo de “acumulação interminável de capital”, configurando histórica e geograficamente o capitalismo, combinado contraditoriamente a lógica econômica, aos processos moleculares de acumulação e as estratégias políticas, diplomáticas e militares vai dar origem ao que ele denomina de “acumulação por espoliação”. Em suma, para Harvey vai identificar esses processos de acumulação primitiva afirmando que estes continuam acontecendo no processo de expansão do capital. Há um debate crítico sobre esse conceito teorizado por Harvey (2005a) feito por Fontes (2010).

dos processos de transformação societária que estão profundamente articulados como respostas e estratégias no enfrentamento da crise do capital. O Brasil, por exemplo, foi um país que adotou algumas destas estratégias, como as propostas de contrarreforma do Estado de bases neoliberais, cuja reestruturação produtiva tem suas particularidades.

Ainda, de acordo com as reflexões feitas por Antunes (2009b), a reestruturação produtiva tem como características a intensificação do trabalho com implementação do *just in time*, a introdução de tecnologia computadorizada e, conseqüentemente, uma exigência de qualificação e habilitação profissional. A conjuntura do mercado e suas demandas, exigia a introdução de processos flexíveis nas forças produtivas e para atender às novas necessidades produtivas exigiu-se trabalhadores/as polivalentes/multifuncionais que pudessem se adequar em qualquer função. Isso culminou na intensificação do trabalho para a classe trabalhadora, absorvendo objetividade e subjetividade desses sujeitos, como destaca Antunes (2009a) e Alves (2011). Para o capital, essa intensificação permitiu a elevação da taxa de mais-valia, ainda que com um número defasado de trabalhadores/as. A captura da subjetividade<sup>34</sup>, segundo Antunes (2009b), refletiu na perda da noção de coletividade por parte dos sujeitos, que vai sendo substituída pelo individualismo cada vez mais acentuado, gerando um contingente de trabalhadores/as individualizados e que tem como objetivo apenas a permanência no mercado de trabalho, levando a um enfraquecimento da consciência de classe.

O quadro crítico, a partir dos anos 70, expresso de modo contingente como crise do padrão de acumulação taylorista/fordista já era expressão de uma crise estrutural do capital que se estendeu até os dias atuais e fez com que, entre tantas outras conseqüências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, visando recuperar do seu ciclo reprodutivo e, ao mesmo tempo, repor seu projeto de dominação societal, abalado pela confrontação e conflitualidade do trabalho, que, como vimos, questionaram alguns dos pilares da sociabilidade do capital e de seus mecanismos de controle social. (ANTUNES, 2009b, p. 49).

---

<sup>34</sup> A captura da subjetividade do trabalhador ocorre no toyotismo, de acordo com Alves (2007, p.186) “através da recomposição da linha produtiva, com seus vários protocolos organizacionais (e institucionais), procura “capturar” mente e corpo do trabalhador, operário ou empregado, integrando suas iniciativas afetivas-intelectuais nos objetivos da produção de mercadorias”. Sobre a natureza da expressão “captura” da subjetividade do trabalho, o autor utiliza para caracterizar o nexos essencial do modo de organização toyotista do trabalho capitalista. No que se refere ao processo de captura da subjetividade do trabalho vivo o autor destaca que se trata de “um processo intrinsecamente contraditório, constituído por um jogo de simulações, articulando mecanismos de coerção e de consentimento, que se interage com uma teia de manipulação que perpassa não apenas o local de trabalho, mas as instâncias da reprodução social” (idem p. 188). Dilacera todas as dimensões da vida do trabalhador. No Toyotismo a “captura” da subjetividade “pressupõe um complexo de inovação sócio-metabólicas que, por um lado, estende a produção (e o discurso do produtivismo do capital) para a totalidade social e, por outro lado, reduz a vida social à lógica neoprodutivista do toyotismo. Este é o movimento contraditório de constituição da nova hegemonia toyotista” (idem, p. 190).



Para conter a crise, o capital deflagrou várias mudanças no processo produtivo, como destacado por Antunes (2009b), constituindo formas de acumulação flexível, de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao taylorismo/fordismo. As transformações ocorridas no mundo do trabalho, conforme Antunes (2009b), fazem parte do processo de reestruturação produtiva em prol do desenvolvimento capitalista, abarcando mudanças nas forças produtivas do capital que tem reflexos em todo o globo. A reestruturação produtiva reflete na classe trabalhadora, reconfigurando, tornando-a cada vez mais heterogênea e multifacetada, alterando a “objetividade (e subjetividade) do mundo do trabalho”, (ALVES, 2007, p. 155). Além disso, vai reorganizar as empresas que por meio da flexibilização dos processos de trabalho, exigem um/a profissional qualificado e polivalente.

Na análise realizada por Alves (2007) sobre as dimensões da reestruturação produtiva, o processo de reestruturação capitalista ocorre no centro dinâmico do sistema mundial do capital, com ênfase nos EUA, Europa Ocidental e Japão. Para o autor, é no seio da III Revolução Industrial, impulsionada pela revolução tecnológica da microeletrônica e da precarização do mundo do trabalho, que surge o que denomina como “o novo complexo de reestruturação produtiva que atinge o mundo do trabalho organizado” (ALVES, 2007, p. 155). O que o autor demonstra que o modo de produção capitalista industrial se desenvolve a partir de intensos processos a reestruturação produtiva, portanto não é um fenômeno recente. Por exemplo, as inovações dos fordistas-tayloristas marcaram os processos de reestruturação no século XX, alterando a morfologia da produção mercadorias em vários setores da indústria e dos serviços, significativamente nos processos de trabalho. Neste período, o autor destaca o fordismo e taylorismo como as principais ideologias organizadas<sup>35</sup> da produção capitalista, se expressando como modelos produtivos alternativos no processo de racionalização do trabalho capitalista naquele século, cuja introdução se deu de forma lenta, desigual e combinada, atingindo diferenciadamente cada país e região bem como nos setores e empresas da indústria ou de serviços. Portanto, o toyotismo, como novo complexo de reestruturação produtiva, “é tão-somente mais um elemento compositivo do longo processo de racionalização da produção capitalista e de manipulação do trabalho vivo que teve origem com o fordismo taylorismo”, (ALVES, 2007, p. 156). Ainda, segundo o autor, o toyotismo é baseado em

---

<sup>35</sup> Alves (2007, p. 156), utiliza a expressão “ideologia orgânica”, procurando “salientar a amplitude de valores e regras de gestão da produção e de manipulação do trabalho vivo que sustentam uma série de inovações organizacionais, inovações tecnológicas e inovações sócio-metabólicas”.

protocolos organizacionais, se expressando em uma variedade de valores e regras de gestão, que afetam todas as esferas de "empreendimentos capitalistas", inclusive na administração pública, articulados em um regime de acumulação orientado pelo princípio da flexibilidade.

Cabe destacar que, o toyotismo nasce no Japão em 1950, mas é no decorrer da década de 1980 que ganha impulso, adquirindo dimensão universal para a produção capitalista, se expressando de acordo com as particularidades regionais, nacionais, nos setores e empresas. Para o Alves (2007), os empreendimentos capitalistas no toyotismo se baseia na produção fluida (adoção de dispositivos organizacionais – *just-in-time/kanban, kaizen* – requerendo um envolvimento proativo do/a empregado/a, flexível e difusa), na produção flexível (flexibilidade na contratação salarial, do perfil profissional ou das novas máquinas de base microeletrônica e informacional, novas formas de pagamento e remuneração) e na produção difusa (ampliação da terceirização e das redes de empreendimentos subcontratados, em torno da firma central, empresa em rede). Além disso, são exemplos do novo modelo de produção os tipos de Programas de Gerenciamento pela Qualidade Total, tendo em vista a organização da produção em grupos de trabalho (*team work*) e as novas técnicas de manipulação gerencial (trabalhador/a colaborador/a). Portanto, “na indústria, onde o sistema toyota de produção se originou, ou nos bancos e empresas capitalistas de serviços, o toyotismo busca se tornar um “senso comum” da produção de valor” (ALVES, 2007, p. 159). É importante ressaltar que o toyotismo<sup>36</sup> não surgiu no novo regime de acumulação flexível, mas se desenvolveu neste momento, se adequando sob a mundialização do capital à nova estrutura de concorrência capitalista. É, também, no espírito do toyotismo que se destaca a necessidade do sindicalismo de participação e do Círculo de Controle de Qualidade-CCQ, reorganizando a linha de montagem e introduzindo uma nova forma de gestão da força de trabalho.

A reestruturação produtiva, baseada na flexibilidade, modifica os processos e as formas de contrato de trabalho. Estas são substituídas, em grande escala, por formas de

---

<sup>36</sup> De acordo com Alves (2007, p. 161), “o valor ontológico do toyotismo para o capital não se vincula apenas à sua morfologia intrínseca adequada a mercados restritos, mas a ser ele (o toyotismo) o resultado de um processo de luta de classes. O toyotismo é a expressão plena de uma ofensiva ideológica (e material) do capital na produção. Ele é um dispositivo organizacional e ideológico cuja “*intentio recta*” é buscar debilitar (e anular) ou “negar”, o caráter antagonístico do trabalho vivo no seio da produção do capital. Por isso, a construção do toyotismo é resultado sócio-histórico de um processo de intensa luta de classes, onde ocorreram importantes derrotas operárias, que tornaram possível a introdução de uma nova organização social da produção. Este é o exemplo do país capitalista de origem do toyotismo, o Japão”.

trabalho precárias, das quais não existem vínculos trabalhistas que garantam a proteção do/a trabalhador/a, como é o caso do trabalho temporário, por exemplo. Um dos impactos da crise estrutural do capital é o crescimento elevado do nível de desemprego que permanece como uma característica da nova fase de acumulação do capital. Isso gera pânico em meio a classe trabalhadora, uma vez que existe um exército industrial de reserva<sup>37</sup> à disposição do capital e os empregados temem pela substituição a qualquer hora no processo produtivo.

A organização dos/as trabalhadores/as é minada com o elevado nível de desemprego, que por seu turno beneficia o capitalista ao repor a mais-valia, tendo em vista que “através do medo do desemprego o trabalhador assalariado consente maior nível de exploração da sua força de trabalho e renuncia a direitos sociais e trabalhistas, por exemplo” (ALVES, 2007, p. 197). Na acumulação flexível, sob o espectro do toytismo, surge uma nova ideologia do capital, que camufla suas contradições sociais por meio do auto empreendedorismo (que é o colaborador da empresa toyotista), cuja ideologia é pautada na abolição do regime salarial, rumo ao “mundo da produção constituído apenas por empresas individuais de prestação de serviços individuais” (ALVES, 2007, p. 170). Nesse sentido, a nova empresa capitalista estabelece em torno de si uma rede de subcontratações (a terceirização aparece como um dos componentes da organização toyotista), crescendo a massa de trabalhadores/as auto-empresendedores/as colaboradores/as externos, substitutos temporários, autônomos/as, terceirizados/as e uma infinidade complexa de ocupações de prestação de serviços às indústrias, reforçando as formas precarizadas de contratação de trabalho, modificando e revelando o novo perfil de trabalhadores/as e modificando o perfil dos/as trabalhadores/as no capitalismo contemporâneo. Dessa forma, segundo o autor, nas empresas reguladas sob a ótica toyotista trabalhadores/as passam a ser colaboradores ou até mesmo clientes no local de trabalho, pois passa-se a ideia de que são pessoas supostamente livres e igualmente e juridicamente iguais. Para Alves (2007), o toyotismo traz uma nova linguagem que tem como ideologia orgânica a mitologia do trabalho estranhado<sup>38</sup>. O crescimento constante

---

<sup>37</sup> O exército industrial de reserva, conforme Marx (2013, p. 858), corresponde à população trabalhadora excedente, que “é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superexploração se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional”.

<sup>38</sup> Com base nos manuscritos econômico-filosóficos de Marx (2004), o trabalho estranhado se configura na materialização da externalização da natureza humana no capitalismo. Ou seja, se revela na ação ou estado

das inovações tecnológicas e organizacionais compõe o que o autor denomina de uma reestruturação sócio-reprodutiva. Embora, a instância produtiva tenha apresentado uma sociedade do trabalho mais social, no modo de produção capitalista, cuja produção é destrutiva, essa sociedade é uma sociedade do trabalho estranhado, uma vez que "o tempo de vida social tende a ser dilacerado pelo tempo de trabalho (ALVES, 2007, p. 172).

Na reestruturação da esfera produtiva, fundada no toyotismo, as exigências para o/a trabalhador/a foram ressignificadas. Tanto este, quanto a população, precisaram se “adequar” para atender às novas requisições produtivas, sendo obrigados/as a ampliar e qualificar suas capacidades, ou seja, seus saberes na esfera produtivas, para não perder seus postos de trabalho e se sujeitar a postos de natureza instável e temporário. A produção é centralizada no estoque mínimo, onde o *just in time* garante o melhor aproveitamento e o *kaban* controla, como citado anteriormente, por meio de seu sistema de senha, a necessidade de reposição dos produtos. Para controlar esses sistemas, o/a trabalhador/a precisa de flexibilidade na operacionalização das várias máquinas, o que é chamado de polivalência, segundo Antunes (2000).

Nessa fase contemporânea do capitalismo, Alves (2007), destaca alguns elementos que mediam a captura da subjetividade do trabalho no processo de produção do capital sob o toyotismo. São utilizados artifícios para apreender trabalhadores, como os valores-fetiches que sedimentam os novos consentimentos, tais como as novas formas de pagamento, o trabalho em equipe e a constituição do precário mundo do trabalho que reforçam esta pelo capital. O autor cita como exemplo, no interior das grandes empresas, novos sistemas de pagamento como salário por antiguidade, os bônus de produtividade ou participação nos lucros e resultados (as chamadas PLRs adotadas por grandes empresas, por exemplo, a Caixa Econômica Federal no Brasil). O trabalho em equipe é incentivado, estimulado no processo de produção, é a pressão coletiva exercida pela equipe de trabalho, no qual “o carrasco dos trabalhadores é o próprio coletivo de trabalho constituído pelo capital” (ALVES, 2007, p. 196), aqui os supervisores e líderes exercem um papel fundamental no trabalho em equipe. Assolado pelo medo do desemprego, o

---

em que ser humano ou a sociedade permanecem ou se tornam alheios, estranhos, alienados aos produtos ou resultados das ações desenvolvidas à natureza em que vivem no capitalismo. Nas palavras de Marx (2004, p. 81), “a exteriorização [...] do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que o seu trabalho se torna um objeto, uma existência *externa* [...], mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe *for dele* [...], independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência [...] autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha”

trabalhador acaba consentindo a superexploração de sua força de trabalho, renunciando direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados.

Outra questão para a qual Alves (2007), chama atenção é que a reestruturação produtiva não se resume em inovações tecnológicas ou organizacionais. Para além disso, ela alcança as inovações geracionais do trabalho vivo decorrentes das mudanças nos coletivos compostos por trabalhadores/as de determinadas faixas etárias e experientes, principalmente aqueles com experiência de vida na luta e resistência de classes. O autor destaca o exemplo brasileiro a partir dos anos 1990, em que as empresas iniciaram uma forte reestruturação produtiva nos experientes coletivos de trabalho, um grande contingente daqueles/as trabalhadores/as experientes e que resistiram na luta de classes<sup>39</sup> da década anterior, foram forçados a sair por meio dos Programas de Demissão Voluntária (PDV) ou simplesmente por meio demissões sem justa causa. Para o autor, “o processo de reestruturação produtiva é, deste modo, um processo de reestruturação das gerações de trabalhadores que constituem os coletivos das empresas” (ALVES, 2007, p. 199). Ao reestruturar os antigos coletivos, a empresa passa a empregar a nova geração de jovens-recém-formados, principalmente em Administração de Empresas e em Economia, incorporando em seu coletivo de trabalho vivo subjetividades novas capturadas<sup>40</sup>.

Dessa forma, as grandes empresas buscam incessantemente a produção, visando sempre ampliar suas forças produtivas e, conseqüentemente, obter níveis elevados de produtividade. Para tanto, buscam, por exemplo, novas formas de produção usando mistificadas formas tecnológicas e de máquinas que aceleram a produção, tendo como consequência a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto<sup>41</sup>. O resultado disso, como pode ser apreendido nos estudos de Marx (2013), é o caráter contraditório e instável do capitalismo, ou seja, quanto maior for o grau de desenvolvimento das forças produtivas, maior é o quadro da pobreza, miséria e desemprego. Portanto, qualquer

---

<sup>39</sup> Alves (2007) destaca que este mecanismo é um dos aspectos do dispositivo da “captura” da subjetividade, que tem por objetivo “o esquecimento de experiências passadas, o apagar de memória de lutas e resistências e a construção ideo-política de um novo mundo de colaboração e de consentimento com os ideais empresariais. Por exemplo, instaura-se uma nova linguagem empresarial, onde o trabalhador deixa de ser chamado de “operário” e “empregado” e passa a ser ‘colaborador’” (ALVES, 2007, p. 199).

<sup>40</sup> Segundo Alves (2007, p. 201) “no caso do Brasil, é possível distinguir, a título de ilustração, três contingentes de trabalhadores que vivem diferentes temporalidades geracionais: o primeiro, de fins da década de 1970 até meados da década de 1980, que se incorpora no bojo do fordismo-taylorismo; o segundo, que se constitui em fins da década de 1980 e avança na década de 1990, com marcas do toyotismo inconcluso; e o último, que surge na década de 2000 e que são recrutados no espírito do toyotismo sistêmico”.

<sup>41</sup> Trata-se da substituição da mão de obra de seres humanos por máquinas. Para um estudo mais incisivo sobre o assunto ver “*O capital*”, de Marx (2013).

mudança no modo de produção capitalista afeta a totalidade da vida em sociedade, principalmente para aqueles que vivem do trabalho.

No capitalismo contemporâneo, continua em curso os traços da reestruturação produtiva, que para Antunes (2018), é marcada por novos contingentes de trabalhadores e trabalhadoras que ele denomina de novo proletariado da era digital, principalmente no setor de serviços, na agroindústria, na indústria e no setor informacional-digital (com particularidade diferenciadas nos vários países do Sul como os casos da China, da Índia, da Coreia, do Brasil, do México, da África do Sul). Com as chamadas TICs, houve uma expansão do trabalho no setor informacional-digital na chamada era digital. As TICs impulsionaram os trabalhos mais ou menos intermitentes, mais ou menos constantes, onde o trabalhador/a por meio do uso de celulares se conecta às mais distintas modalidades, o que Antunes (2018) vai chamar de escravidão digital. Nesse sentido, as características da reestruturação produtiva predominantes nas empresas têm em vista garantir seus lucros, pressionando os trabalhadores/as pela maximização de tempo, por altas taxas de produtividade, pela redução de custos e pela flexibilização dos contratos de trabalho. O autor enfatiza a modalidade de gestão por meio da terceirização como estratégia central no âmbito empresarial, cujas relações entre capital e trabalho são mascaradas em relações interempresas por meio de contratos por termo determinado e flexíveis, sendo que “a explosão de empresas terceirizadas tem sido um importante propulsor de mais-valor” (ANTUNES, 2018, p. 37).

O avanço das TICs é um elemento novo, que tem sido utilizado pelo capital para introduzir novas modalidades de trabalho e serviços (privatizados e mercadorizados), sendo esta uma das características da recente reestruturação produtiva. Antunes (2018), cita como exemplo as modalidades de trabalho inspiradas no *zero hour contact* do Reino Unido que tem se proliferado mundialmente, nas quais os contratos não têm determinação de horas e os trabalhadores/as das mais variadas especialidades ficam esperando uma chamada – conforme já referido. Nessa modalidade, há a expansão do trabalho *on-line* e dos aplicativos, que sem as formas convencionais de contrato de trabalho, esse trabalhador fica à disposição ininterruptamente, em contrapartida expande a precariedade do trabalho e a extinção de direitos, ficando os empreendedores e os novos trabalhadores oscilando “entre o desemprego completo e, na melhor das hipóteses, a disponibilidade para tentar obter o privilégio da servidão” (ANTUNES, 2018, p. 39). Os exemplos dessas novas modalidades são a “uberização” e a “pejotização”, que caracterizam essa situação de insegurança e zero contrato de trabalho que assegurem seus direitos, disfarçando uma

forma de superexploração de trabalho. Outro formato de trabalho é o chamado teletrabalho e *home office*, em que o funcionário trabalha fora do espaço empresarial, realizando atividades no ambiente doméstico, por exemplo. Esta modalidade ganhou força no atual contexto de pandemia decorrente da Covid-19, no qual estas formas de trabalho se misturam. Segundo Antunes (2020) a diferença entre teletrabalho e *home office* está nas formas de contratação. O teletrabalho seria o trabalho no qual a empresa ou órgão estabelece um contrato e condições de trabalho específicas, não sendo controlados pelo empregador a jornada de trabalho e nem são oferecidas gratificação ou remuneração adicional. Já a modalidade de *home office* é a atividade remota esporádica e eventual na qual o trabalhador trabalha nas mesmas condições anteriores existentes na empresa. O autor alerta que é preciso ter cuidado com as vantagens oferecidas pelo teletrabalho, tendo em vista que os direitos trabalhistas e a seguridade social (custeados pelas empresas) podem ser extinguidos, além de ter implicações na jornada de trabalho (tanto o produtivo quanto o reprodutivo), podendo ser duplicada e intensificada, além dos riscos de um trabalho sem convívio social e articulação coletiva.

Na era do capitalismo informacional, digital e flexível os processos de reestruturação produtiva não param de inovar o setor de produção e de serviços, nos quais o setor empresarial tem facilitado a engenharia de dominação capital ao adotar “sua trípole destrutiva em relação ao trabalho: a terceirização, a informalidade e a flexibilidade se tornaram partes inseparáveis do léxico da empresa corporativa” (ANTUNES, 2018, p. 42). Presencia-se, de acordo com o autor, a uberização do trabalho no universo empresarial, de trabalho *on-line* (em que não há separação entre o tempo de vida no trabalho e fora dele), que resulta num perfil laborativo que se sujeita às condições de trabalho e às necessidades das empresas com o advento da expansão do mundo digital, alimentando a nova era da escravidão digital e o aumento do contingente de intermitentes. Para o autor, isso se soma a denominada indústria 4.0<sup>42</sup>, que nascida na Alemanha, teve como objetivo inovar o mundo produtivo estruturado por meio das TICs, tendo em vista “a intensificação dos processos produtivos automatizados, em toda cadeia de valor, de modo que a logística empresarial seja toda controlada digitalmente” (ANTUNES, 2018,

---

<sup>42</sup> “Sua denominação, indústria 4.0, estampa, segundo seus formuladores, uma nova fase da automação industrial, que se diferencia da Revolução Industrial do século XVIII, do salto dado pela indústria automotiva do século XX e também da reestruturação produtiva que se desenvolveu a partir da década de 1970. A essas três fases anteriores sucederá uma nova, que consolidará, sempre segundo a propositura empresarial, a hegemonia informacional-digital no mundo produtivo, com os celulares, tablets, smartphones e assemelhados controlando, supervisionando e comandando essa nova etapa da ciberindústria do século XXI” (ANTUNES, 2018, p. 43).

p. 43). Essa modalidade de reestruturação tende a intensificar introdução do trabalho morto, dominado pelo maquinário digital, e reduzir o trabalho vivo, ao substituir as atividades manuais por ferramentas automatizadas. Além disso, tende a expandir os intermitentes globais em contrapartida com o avanço organizacional das TICs, que tende a eliminar o crescente contingente de força de trabalho.

Os aspectos sobre o trabalho no capitalismo e as considerações feitas sobre os modelos de produção, com ênfase nos aspectos históricos do fordismo à reestruturação produtiva, que foram aqui descritos de forma objetiva, de modo que não foi possível avançar em alguns elementos. Cada país experimentou as mudanças nas forças produtivas vivenciadas pelos países centrais ou de capitalismo avançado, como é o caso da Inglaterra, na Europa, de acordo com a sua realidade e especificidades. Contudo, tiveram impactos globais e seus reflexos foram sentidos de forma diferenciada nos países de economia dependente, como é o caso dos países da América Latina, especificamente o Brasil, inclusive em épocas diferentes. Nesse sentido, é importante discorrer brevemente sobre o capitalismo na particularidade brasileira, enfatizando os aspectos da recente reestruturação produtiva e a organização das empresas, visto que essas mudanças vão refletir no Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. O âmbito das empresas é um dos espaços sócio-ocupacionais de assistentes sociais e essas modificações vão impactar no trabalho profissional.

### **1.3 A recente reestruturação produtiva na particularidade brasileira e suas implicações na organização das empresas**

Antes de adentrar nas particularidades da reestruturação produtiva no Brasil, é preciso destacar sucintamente alguns marcos que demarcam a formação social brasileira. Assim, o território ocupado pelos povos originários (pessoas indígenas), tem em sua gênese uma formação originada da condição de Colônia de Portugal, especificamente no período de expansão marítima, segundo Santos (2012). Nestes tempos a colonização é marcada pelas atividades econômicas de exploração e exportação de artigos (matéria-prima) para atender os interesses comerciais do mercado europeu (metrópole). A princípio “os colonos portugueses vieram para ser dirigentes, empresários comerciais, mas não trabalhadores” (SANTOS, 2012, p. 56). Encontraram nas terras brasileiras solo fértil para produzir, mas como não tinham força de trabalho para explorar os recursos, Portugal se moveu rumo à comercialização do povo negro, solucionando os problemas de



escassez de mão-de-obra e trazendo à tona um negócio lusitano rentável durante um período de três séculos. A autora destaca que a escravidão no Brasil não tem relação com o modo de produção escravista, uma vez que esse tipo de força de trabalho foi utilizado na conjuntura do capitalismo de natureza comercial.

Conforme Santos (2012), é importante ressaltar que, o desenvolvimento histórico das atividades econômicas no território brasileiro apresenta duas características básicas: a diversidade regional e uma política de ocupação de acordo com a atividade lucrativa do momento. Santos (2012) baseando-se nas reflexões de Prado Junior (2004), pontua que para além dessa relação de ocupação do território e exploração econômica de suas potencialidades, uma visão afunilada da metrópole se restringia à extração da natureza que era abundante, o que levou à constituição de uma formação social que também tem como características as propriedades territoriais agrárias; a exploração e extermínio do povo indígena; a agricultura para fora da colônia, provocando fome e subnutrição local; a indiferença com a educação, uma vez que o pouco ensino que se tinha concentrava-se nas cidades grandes; a corrupção, sempre na fronteira entre os interesses públicos e privados entre a administração e os colonos.

Todavia, é na transição do capitalismo comercial para o industrial e a vinda da família real para o Brasil que se abriam possibilidades para uma autonomia econômica e política do país. Neste período a produção de café torna-se fator econômico, tornando-se posteriormente o principal produto de exportação do país. No entanto, o reconhecimento internacional da independência brasileira foi mediado pela Inglaterra que tinha interesses em consolidar um novo mercado e a quem o Brasil recorreu para pegar seu primeiro empréstimo para indenizar a coroa portuguesa, dando origem assim à impagável dívida externa, segundo Santos (2012). A formalização da independência ocorreu de forma conflituosa e tardia, devido à pressão inglesa pela extinção do tráfico do povo negro<sup>43</sup>, além disso houve conflitos militares e políticos, pois, as forças políticas tinham interesses econômicos e vaidades pessoais que estavam acima do interesse da nação.

---

<sup>43</sup>Segundo Santos (2012, p. 61), essa pressão foi feita tanto de forma diplomática quanto pela força, “quando foram decretadas leis que autorizavam a inspeção em alto-mar de navios suspeitos de tráfico, inclusive em mares brasileiros. [...] no Brasil, a aceitação dessa medida seria quase equivalente à abolição da escravatura, posto que a reposição de escravos acontecia, maciçamente, pela via do tráfico, dadas as precárias condições de sobrevivência e reprodução dos africanos como escravos. Esse era um problema econômico pra os dois lados da questão. Para o Brasil, por ter ancoradas no trabalho escravo todas as suas atividades produtivas [...]. Para Inglaterra, porque a manutenção do trabalho escravo retardava a expansão do mercado consumidor internacional, baseado na universalização do trabalho assalariado”.

A formação social do Brasil tem suas bases econômicas e políticas nas relações conflituosas entre a base social que apoiava o império e os atritos com o exército e com a burguesia do café paulista, ganhando força o republicanismo com sua ideologia de forma de governo entre estes diversos setores (burguesia do café paulista, os militares, passando pela igreja) que defendiam a ideia de um executivo forte, de modernização do país e maior autonomia no Estado. Santos (2012, p. 67) mostra que “a República não veio como um movimento de raízes populares e sim como uma solução de descontentamentos dos setores importantes para a economia e a política do país”. Devido à especulação e à superprodução cafeeira e os acordos e desacordos entre oligarquias e militares, a República causou transtornos de ordem financeira e política em seus primeiros anos. Porém, do ponto de vista econômico, conforme a autora, esse é um período significativo para a consolidação do capitalismo no Brasil (cuja predominância da economia era exportadora), abolindo-se o trabalho escravo e instituindo, de forma efetiva, o regime de trabalho assalariado. A autora destaca que esse momento histórico é marcado pelo crescimento dos investimentos capital financeiro internacional nos setores rentáveis do país, sendo este um dos primeiros efeitos do imperialismo na política econômica brasileira, deslocando as fontes credoras da Inglaterra para os Estados Unidos.

As primeiras décadas do século XX, tal como destaca Santos (2012), são marcadas por processos crescentes de urbanização, diversificando os estratos sociais e a produção econômica, além de conflitos políticos internos que culminaram na articulação do movimento que entra para história brasileira como a “Revolução de 1930” que deu posse a Getúlio Vargas<sup>44</sup>. Todavia, essa aliança não teve forças para propor um projeto alternativo ao da economia cafeeira. Porém, esse momento histórico do governo Vargas (1930-1945) consolida, conforme a autora, “o processo de substituição de importações de produtos manufaturados pelos da industrial nacional, dando início à segunda fase da constituição do capitalismo brasileiro, a da *industrialização restringida*” (SANTOS, 2012, p. 72, grifos da autora). Para Pochman (2016), o capital industrial em ascensão nas décadas de 1930 a 1970 coincidiu mais com a presença de governos autoritários de Getúlio Vargas (1930 – 1945) e da Ditadura Militar (1964 – 1985), geralmente acompanhados por importantes estatizações na economia. Assim, o governo Vargas é marcado por uma política industrialista e inaugura um discurso nacionalista voltado para

---

<sup>44</sup> Ressalta-se que foram destacados apenas alguns marcos da história da formação social brasileira, considerados importantes para compreender o objeto de estudo dessa dissertação, não sendo possível aprofundar nesse assunto tendo em vista os limites deste trabalho.

medidas de intervenção do Estado no centro econômico por meio da política trabalhista e de investimento na industrialização. Segundo o autor supracitado, a industrialização tardia na particularidade brasileira, compõe duas fases em ciclo do ponto de vista econômico, que seriam a restringida e a pesada. A fase restringida transcorreu no período entre as décadas de 1930 e 1950, quando o passado do Estado Mínimo e a política econômica do livre cambismo foram abandonados. A fase pesada foi realizada entre os anos 1955 e 1980, com o movimento de acirramento da competição capitalista o Brasil deu um salto da restringida industrialização para a fase pesada, “para tanto, dois grandes blocos de investimentos foram realizados: o Plano de Metas (1956 – 1960) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975 – 1979)” (POCHMAN, 2016, p. 88).

Os marcos destacados nos parágrafos anteriores mostram, sem aprofundamento, aspectos importantes da formação social brasileira. Portanto, o Brasil ingressou no capitalismo desde a chegada dos portugueses no país, mas seu desenvolvimento se deu lentamente em relação ao capitalismo internacional assim como a introdução dos processos de reestruturação produtiva. Para Antunes (2014b), o capitalismo brasileiro vivenciou de fato um processo de acumulação industrial a partir do getulismo. Segundo ele, com características estatais fortes e de feição nacionalista, a industrialização brasileira teve o seu primeiro salto nos anos 1930, o segundo salto na metade dos 1950 com o Juscelino Kubitschek e o terceiro experimentado a partir do golpe de 1964, quando os processos de aceleração da industrialização e internacionalização do Brasil foram fortemente colocados em curso pelo regime militar instaurado em 1º de abril daquele ano. Dessa maneira, o desenho produtivo brasileiro se estruturava por um lado para a produção de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos), tendo em vista um mercado interno restrito e seletivo; e por outro, continuava produzindo para exportar (produtos primários e industrializados). Em contrapartida, a dinâmica interna de acumulação industrial era sustentada por um processo de superexploração de trabalho (baixos salários, jornada de trabalho intensiva). Conforme Antunes (2014b, p. 13), o padrão de acumulação em curso desde JK, em evidência a ditadura militar, "vivenciou amplos movimentos de expansão, com altas taxas de acumulação, entre os quais a fase do "milagre econômico" (1968-1973). O país vivia, então sob o binômio ditadura e acumulação, arrocho e expansão".

Esse padrão de acumulação só começou a sofrer alterações em meados dos anos 1980, podendo se presenciar, ainda que genericamente, traços de mudanças organizacionais e tecnológicas no processo produtivo e nos serviços nacionais, mas ainda

se encontrava distante do processo de reestruturação produtiva de capital e do projeto neoliberal. Assim, as empresas passaram a adotar paulatinamente os novos padrões organizacionais e tecnológicos (informatização e sistema *just-in-time*), as novas formas de organização social do trabalho (produção baseada em *team work*, assentado nos programas de qualidade total). Foram implementados os métodos participativos tendo em vista o envolvimento dos trabalhadores/as com o planejamento das empresas e posteriormente um processo de reengenharia industrial e organizacional que ganhou força a partir dos anos 1990, intensificando os processos de reestruturação produtiva do capital no Brasil. Na realidade brasileira, a reestruturação produtiva possui características que mesclam elementos do fordismo com elementos das novas formas de acumulação flexível.

No estágio atual do capitalismo brasileiro, enormes enxugamentos da força de trabalho combinam-se com mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho. A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho, implantadas no espaço produtivo, estão em curso acentuado e presentes em grande intensidade, coexistindo com o fordismo, *que parece ainda preservado em vários ramos produtivos e de serviços* (ANTUNES, 2014b, p. 14, grifos do autor).

No Brasil foi estruturado, segundo Antunes (2014b), um fordismo periférico e subordinado que, combinado com os novos e expansivos processos produtivos da acumulação flexível e de padrões toyotistas, foram bem recebidas pelo setor produtivo nacional. Além disso, o capitalismo brasileiro tem como traços marcantes os fluxos do capital estrangeiro que são atraídos pelos baixos custos, ou seja, baixa remuneração da força de trabalho e, conseqüentemente, aumento da superexploração do trabalho decorrente da junção entre mecanismos informacionais e a exigência de uma força de trabalho capacitada, polivalente, multifuncional. Os dados do Ipea de 1996 mostram que os setores industriais que mais buscavam a chamada eficiência por meio da introdução das novas tecnologias eram o setor de informática, o petroquímico, mecânico, borracha, construção civil, metalúrgico, têxtil e químico. São setores produtivos que buscaram implementar o então Programa Brasileiro de Qualidade e de Produtividade (PBQP) do então Ministério da Tecnologia, pois o que importava para estas empresas era “a obtenção do Certificado de Qualidade de conformidade com as normas International Organization for Standardization [...] com vistas a facilitar o acesso ao mercado internacional e melhorar a competitividade no seu próprio mercado” (IPEA, 1996, p. 3).

A indústria automobilista<sup>45</sup> brasileira é um exemplo de empresas que adotaram intensos processos de reestruturação produtiva a partir da década de 1990, ao introduzir, por exemplo, por um lado os robôs e sistemas de montagens com altas inovações tecnológicas, e por outro, mudanças organizacionais, tais como subcontratação da força de trabalho e ampliação de redes fornecedoras. Porém, o processo de reestruturação produtiva foi impulsionado mesmo a partir de 1994 com a macroeconomia do Plano Real e o governo de Fernando Henrique Cardoso, que segundo Behring (2008, p. 155) se colocou como o articulador e intelectual orgânico da contrarreforma do Estado brasileiro, pois “tinha credenciais da luta democrática e vinha do núcleo econômico do país”. Para a autora a macroeconomia do Plano Real teve impactos desastrosos e decisivos tanto para o Estado quanto para as classes, houve para a burguesia “um deslocamento patrimonial dos capitais e uma inserção mais forte do capital estrangeiro, bem como a rearticulação política [...]. Para os trabalhadores [...] recrudescimento das condições de vida e trabalho, com ataque simultâneo aos direitos sociais” (BEHRING, 2008, p. 167). Além disso, veio acompanhada de intensos processos de privatização de empresas estatais inclusive, como destacado pela a autora, com interesses nas transnacionais brasileiras como Petrobrás, Vale do Rio Doce e do sistema Telebras/Embratel. Segundo Alves (2009), essas indicações estavam na agenda política que percorria a era neoliberal na particularidade brasileira, articulada aos interesses das grandes empresas privadas, que, por sua vez acompanhavam a ofensiva neoliberal no plano da gestão macroeconômica e reorganização patrimonial do Estado e tinham como estratégias a privatização das empresas estatais e abertura de reformas do Estado.

Na indústria, com os programas de qualidade total, sistemas *just-in-time* e *kaban*, a introdução de ganhos salariais relacionados à participação nos lucros e resultados (como as PLRs), alinhados ao projeto de expansão do neoliberalismo esse processo alavancou no país. No setor financeiro, os mais impactados foram os trabalhadores bancários em decorrência das mudanças dos processos de trabalho devido à implementação de tecnologias e de políticas organizacionais, como as políticas gerenciais e seus programas de qualidade total. Conseqüentemente, foram adotadas formas flexíveis de contratação da força de trabalho e implementação de mudanças que modificaram drasticamente o perfil

---

<sup>45</sup> Antunes (2014b, p. 16)), destaca que inclusive “as unidades produtivas mais antigas e tradicionais, como a Volkswagen, a Ford e a Mercedes-Benz, situadas no ABC paulista, também desenvolveram um forte programa de reestruturação, visando sua adequação aos novos imperativos do capital no que concerne aos níveis produtivos e tecnológicos e às formas de “envolvimento” da força de trabalho”.

do trabalhador neste setor, inclusive levando à diminuição dos postos de trabalho através dos PDVs. Sob tais condições, os trabalhadores bancários não viram outra alternativa que não entrar em greve em 2004.

O setor de calçados de Franca (SP), é destacado por Antunes (2014b) como um dos setores que também experimentou tais mudanças, nas quais várias empresas adotaram técnicas de gerenciamento da força de trabalho ao exigir uma força polivalente e multifuncional (intensificação e exploração), acarretando em redução de postos de trabalho. Além disso, este “vivenciou um intenso processo de terceirização por meio da ampliação do trabalho em domicílio, nas pequenas unidades produtivas” (ANTUNES, 2014b, p. 18). O autor ainda cita mudanças no setor têxtil e suas indústrias, que foram desorganizadas em decorrência da política de abertura econômica e de liberalização comercial, o que implicou em altos índices de desemprego e alto grau de terceirização da força de trabalho, sobretudo na indústria das confecções, onde as empresas utilizaram-na como tática para aumentar a produtividade com baixos custos<sup>46</sup>. Houve mudanças também nas empresas de telecomunicações, seja nos processos de trabalho, seja nos produtos ou nos serviços, dando início ao que o autor denomina de mercadorização da informação, citando como exemplo a Sercomtel (empresa estatal), que pela nova lógica gerencial, reduziu e remanejou significativamente parcela de assalariados através dos planos de aposentadorias e dos PDVs. O avanço das estratégias de terceirização e da automatização no setor das telecomunicações se revelou como um espaço de trabalho precarizado, principalmente com a incorporação das empresas de *call center* e *telemarketing*. Estes espaços também são marcados pela precarização, exploração e intensificação de ritmos de trabalho. O crescimento das empresas de terceirização, cuja força de trabalho é de perfil temporário, é uma das características da reestruturação produtiva no Brasil, além do precário trabalho informal<sup>47</sup> (seja os assalariados sem registros ou informais por conta própria), e das formas de empreendedorismo, cooperativismo e trabalho voluntário.

---

<sup>46</sup>Antunes (2014b, p. 19) destaca que essa estratégia deu origem à ampliação do trabalho em domicílio e ampliou às chamadas cooperativas de trabalho, sendo estas modalidades uma das “responsáveis por formas acentuadas de subcontratação e precarização da força de trabalho, pela redução significativa da remuneração da força de trabalho e pelo descumprimento dos direitos trabalhistas”

<sup>47</sup> A informalidade, segundo Antunes (2014b, p. 25), “em seus distintos modos de ser [...] supõe sempre a ruptura com os laços de contratação e de regulação da força de trabalho [...] sua vigência expressa formas de trabalho desprovido de direitos e, por isso, encontra clara similitude com a precarização”.

Isto posto, cabe destacar um dos aspectos da recente reestruturação produtiva na particularidade brasileira foi o fortalecimento do debate público dos problemas sociais sob a perspectiva da Responsabilidade Social das Empresas, por meio do desenvolvimento de projetos sociais. Por trás das estratégias de Responsabilidade Social, segundo Aguiar (2017, p. 29), há sempre um pano de fundo “estrutural e intencional marcado pelo intenso processo de globalização, capitalismo selvagem, competitividade, intensificação da inovação tecnológica, exigindo das empresas um diferencial de competitividade”. No entanto, para Simionatto e Pfeifer (2006) responsabilidade social empresarial é para além do desenvolvimento de projetos sociais.

Responsabilidade Social das Empresas tendo por eixo os fenômenos sociais mais amplos, isto é, inserida no âmbito de um novo esquema de atendimento às demandas sociais decorrente da reforma do Estado, este que é parte estruturante das medidas reformadoras do capital, implementadas na contemporaneidade. Sustentando-se na idéia de solidariedade, a intervenção social baseia-se em uma divisão de responsabilidades entre Estado, terceiro setor e mercado. É retirado do Estado o papel de principal responsável pela proteção social, num movimento que abre espaço para as empresas capitalistas se envolverem no enfrentamento da questão social, construindo em seu interior um espaço organizado de prestação de serviços sociais através das práticas de Responsabilidade Social empresarial (SIMIONATTO; PFEIFER, 2006, p. 8).

Conforme já demonstrado, o capitalismo brasileiro se desenvolveu tardiamente, e teve suas atividades econômicas construídas numa relação de subordinação ao capital estrangeiro, onde a exploração e exportação se constituem como características da formação social brasileira. Os aspectos da reestruturação produtiva no país mesclam elementos do fordismo com elementos das novas formas de acumulação flexível, ganhando impulso a partir de 1994 com a macroeconomia, nas quais as empresas foram reorganizadas para atender as novas demandas do capital em manter o ritmo acelerado da acumulação. No âmbito empresarial, foram adotados sistemas de qualidade total como os sistemas de montagens com altas inovações tecnológicas e mudanças organizacionais. Para os trabalhadores houve redução de postos de trabalhos, intensificação dos processos de trabalho, superexploração da força de trabalho e precarização. Dito isto, resta compreender como essas mudanças afetaram o trabalho das assistentes sociais que atuam nas empresas.

## **2 CONDIÇÕES HISTÓRICAS E SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NAS EMPRESAS CAPITALISTAS**

Neste capítulo, a ênfase está nas condições sócio-históricas para o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. Discorre-se sobre alguns marcos históricos do Serviço Social e o do processo que culminou no seu surgimento, especificamente no âmbito empresarial, além da relação entre o Serviço Social nas empresas e as implicações da reestruturação produtiva na profissão, buscando destacar os reflexos na produção do conhecimento. Destaca-se o significado histórico e social da profissão e as condições para sua institucionalização, posteriormente a discussão da realidade atual no âmbito específico do trabalho profissional em empresas, enfatizando as requisições e as estratégias de atuação neste espaço bem como pontuando a produção existente sobre a temática.

### **2.1 Aspectos históricos do Serviço Social e o significado social da profissão na particularidade brasileira**

Em uma das mais pertinentes contribuições à história do Serviço Social brasileiro, Iamamoto e Carvalho (2012), demonstram que as primeiras escolas de Serviço Social surgiram no Brasil, ao final da década de 1930, incentivadas pelo processo de industrialização e urbanização do país. Inicialmente, o curso tinha uma formação voltada para jovens mulheres e tinha seu trabalho referenciado nas teorias franco-belga e norte-americana (perspectivas funcionalistas), ou seja, na doutrina social da igreja católica com caráter conservador, cujas ações eram voltadas para as famílias, e a Questão Social era tratada neste período como caso de polícia. A profissão se institucionaliza nos anos 1940 e a partir de 1946, a primeira Escola de Serviço Social se agrega à recém-criada Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Na década seguinte, a profissão ganhou força e reconhecimento, o que levou a regulamentação do exercício profissional do Assistente Social em 1957, com a promulgação da Lei nº 3.252. A profissão chega aos anos 1960 incorporando no trabalho profissional o Serviço Social de Comunidade, baseado no modelo norte-americano, ultrapassando algumas fronteiras que até então delineavam a atuação profissional. É no decorrer da década de 1960 que “a profissão sofrerá suas mais acentuadas transformações, “modernizando-se” tanto o agente como o corpo teórico, métodos e técnicas por ele utilizados” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012,



p. 358). A profissão seguiu nesta perspectiva durante o período chamado desenvolvimentista, pautado numa proposta de expansão e crescimento econômico acelerado, que entra em crise no final da década, agitando o cenário político e influenciando as mobilizações sociais. É o calor desta agitação política e social que influenciará o Serviço Social e despertará para as discussões políticas no interior da categoria profissional. No entanto, de acordo com Netto (2011c), nos anos 1960 e início dos anos 1970, “no discurso e na ação governamentais há um claro componente de *validação e reforço* do que, noutro lugar, caracterizamos como Serviço Social ‘tradicional’” (NETTO, 2011, p. 117, grifos do autor).

Com o golpe militar de 1964 a sociedade brasileira experienciou um período de repressão. Segundo Abramides (2017), em 1968 o movimento estudantil do Serviço Social já debatia sobre a necessidade da construção de um projeto de formação profissional a partir da realidade brasileira. Segundo Netto (2011c), as transformações societárias ocorridas no cenário mundial e na particularidade brasileira, nas décadas de 1970 e 1980, exigiu mudanças não só no Serviço Social, mas principalmente para a classe trabalhadora. No caso brasileiro, nos anos 1970 a população vivenciava um cenário ainda governado sob o regime militar, ou nos termos de Netto (2011c), sob o regime autocrático burguês. Cabe ressaltar que a década de 1960 marcou o Serviço Social na América Latina, especialmente no Brasil, uma vez que foi nesta década que a profissão passou por uma renovação, quando entra em erosão o chamado Serviço Social “tradicional” e inicia-se o Movimento de Reconceituação, nos termos de Netto (2011c). É importante destacar que o Serviço Social “tradicional”, tal como formula o autor, no período do quadro econômico-social da chamada industrialização pesada, tinha como características uma intervenção sobre a questão social voltada para abordagens individuais e grupais. A profissão tinha vínculos com a igreja católica, o que influenciou a associação entre caridade, filantropia e Serviço Social. Sobre o Serviço Social tradicional Netto (2011c, p. 117) sugere que o entenda como “a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada” das assistentes sociais da época tinha um caráter corretivo (funcionalista) de comportamentos psicossociais indesejáveis na dinâmica capitalista. Segundo Iamamoto (2004), inicialmente o trabalho profissional tinha um caráter “humanitário”, legitimado pelo Estado e protegido pela igreja católica. Embora sua base interventiva fosse assistencial, nesse período passou a intervir na vida dos/das trabalhadores/as por meio do “enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho” (IAMAMOTO, 2004, p. 20). Para a autora,

este é um dos aspectos do conservadorismo profissional, no qual a profissão migra das ações de cunho caritativo tradicional para ações educativas junto aos problemas sociais tanto do trabalhador quanto de suas famílias (intervir na crise de formação moral, intelectual e social da família).

Com base nos estudos de Netto (2011c), o processo de renovação do Serviço Social brasileiro teve início no final dos anos 1950 com o desenvolvimento da indústria automotiva que passou a requisitar uma ação profissional com abordagem individual, grupal e de comunidade. Houve uma aproximação profissional no tocante às necessidades e características condizentes com as questões sociais na particularidade brasileira a partir da incorporação teórica e metodológica da abordagem comunitária no Serviço Social. Mas, foi no contexto da efervescência da sociedade civil dos anos 1960 que a profissão foi provocada a renovar-se rumo ao movimento de reconceituação. Este foi um período em que houve perdas para autocracia burguesa e para a sociedade civil, mas para a profissão apresentou crescimento e desenvolvimento do mercado de trabalho (demanda para assistentes sociais no quadro técnico no âmbito estatal, privado e filantrópico), uma vez que o Estado foi reorganizado e cuja política passa a ser de racionalização, por meio de planejamento e execução das políticas setoriais, como por exemplo o sistema previdenciário. O Serviço Social tradicional entra em crise com amadurecimento profissional e sua relação com profissionais de outras profissões, chegando ao rompimento com segmentos católicos conservadores e ingresso em grupos progressistas, participação do movimento estudantil nas escolas de Serviço Social e "referencial próprio de parte significativa das ciências sociais do período, imanada por dimensões críticas e nacional-populares" (NETTO, 2011c, p. 140). Até o início dos anos 1970, o discurso das ações governamentais continha elementos que ainda validavam e reforçavam o Serviço Social tradicional. O novo mercado passou a exigir novas formas de desempenho nas instituições estatais e privadas, requisitando uma postura profissional moderna e compatível com os novos padrões de exigências do mercado que demandaram mudanças nos mecanismos de formação de assistentes sociais, reverberando, paulatinamente nas escolas de Serviço Social.

De acordo com Netto (2011c) e Abramides (2017), em plena vigência da ditadura militar, emergia um movimento crítico no interior do Serviço Social latino-americano que se espalhou no Brasil, contribuindo para o desenvolvimento da profissão, colocando em curso um processo de renovação. A reconceituação do serviço social, movimento de alcance latino-americano, teve talvez o seu maior alcance no Brasil e

propunha um projeto de transformação, em contraponto ao projeto desenvolvimentista em curso na sociedade brasileira, o que Netto (2011c) define como sendo a primeira crise ideológica nas escolas de serviço social. O cenário era de profundas transformações sociais, principalmente diante dos êxitos da Revolução Cubana que se apresentava como influência para a toda América latina, em oposição ao capitalismo. Para Netto (2011c), a crise ideológica impactou nas Universidades e nas Escolas de Serviço Social, fazendo com que estudantes passassem a questionar a atuação e os fundamentos teóricos-metodológicos da profissão, tanto no Serviço Social brasileiro, como no latino-americano. Tanto os estudos de Netto (2011c) como os de Yamamoto (2004), indicam que a reconceitualização foi um movimento de alcance latino americano, que embora se manifestando de forma particular em cada país (Chile, Argentina, Peru, Uruguai, Brasil) e mesmo havendo disputa de projetos no movimento (entre grupo de cariz marxista e grupo de cariz conservador/positivista), apresentava como traço comum a busca de uma perspectiva crítica e de ruptura com o Serviço Social tradicional e conservador e a construção de uma nova identidade profissional, o que levou às primeiras aproximações com a tradição marxista. Assim, o movimento “se cria e se desenvolve a partir da identificação político-ideológica da profissão pelo capital e da negação de uma prática conservadora do Serviço Social, afirmando um compromisso político com a classe subalterna” (SILVA, 2017, p. 6). No entanto, o movimento foi interrompido pela repressão das ditaduras militares na América Latina, constituindo-se, segundo Netto (2011c), como um movimento inconcluso, mas que plantou o espírito renovador da reconceitualização, processado criticamente e alimentou o que houve de mais avançado no processo profissional latino-americano a partir de meados dos anos 1970. É importante destacar que sua interrupção aconteceu posteriormente ao que se denominou do Movimento, que foi em 1970, na Bolívia. Quando ele volta a Porto Alegre (de POA a POA), é que a profissão sente os principais impactos da ditadura e caminha para a sua inconclusividade.

No Brasil, o processo de renovação do Serviço Social, conforme Netto (2011c) ocorrerá em momentos distintos de acordo com a direção política adotada. O primeiro, diz respeito à segunda metade dos anos 1960, e trata da perspectiva Modernizadora, na qual o conservadorismo é retomado nos documentos de Araxá e Teresópolis. De acordo com Silva (2017) a perspectiva Modernizadora traz uma proposta de adequar o Serviço Social enquanto “instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento do capitalismo

monopolista, as exigências postas pelos processos sociopolíticos emergentes no pós-64” (SILVA, 2017, p. 7). O segundo momento ocorre em meados dos anos 1970 tendo como direção a perspectiva de Reatualização do Conservadorismo, recuperando a herança histórica e conservadora da profissão, repudiando os padrões positivistas e as referências ligadas ao pensamento crítico-dialético de raiz marxiana, se inspirando na fenomenologia e fundamentando-se na ajuda psicossocial. O terceiro e último momento, data de início dos anos 1980, e se refere ao que Netto (2011c) denomina de Intenção de Ruptura. Emergiu na estrutura universitária e consiste numa crítica veemente aos elementos tradicionais e aos aportes teóricos, metodológicos e ideológicos da profissão e tem em vista romper a herança do pensamento conservador e com os paradigmas de intervenção social a ele atrelados. A Intenção de Ruptura na perspectiva de Netto (2011c) contempla pelo menos em três fases distintas: o momento da emergência, o momento da dominância do marxismo acadêmico e o do espraiamento sobre a categoria profissional (Netto, 2011c, p. 261).

O início dos anos 1970, foi marcado pela “emergência de uma nova reflexão crítica sobre a educação brasileira”. As inquietações experimentadas nos anos 1970, face à crise da ditadura, culminaram numa grande movimentação no âmbito das escolas e das universidades nos anos 1980, colocando em evidência a necessidade tanto de transformação do perfil geral de ensino, quanto das práticas pedagógicas. Para além disso, “significativa é a emergência, configurada na entrada dos anos oitenta, de *um novo pensamento social de oposição*, explicitamente reclamando-se de esquerda”, (NETTO, 2011c, p. 103, grifos do autor). Esse processo contribuiu para que o Serviço Social, que fez parte desse novo momento no campo das Ciências Sociais e que já vinha se aproximando de uma perspectiva crítica, estreitasse os laços estabelecendo uma aproximação e um diálogo conflitante, porém, mais efetivo com a teoria social crítica de Marx. Essa nova fase tem no Método BH, elaborado pelos profissionais do Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG, uma alternativa ao tradicionalismo e vai além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo (NETTO, 2011c, 276). No entanto, é a publicação da obra de Iamamoto que de fato representa o resgate da inspiração marxiana no Serviço Social. Primeiro, a dissertação de mestrado sob o título “Legitimidade e crise do Serviço Social: um ensaio de interpretação sociológica da profissão” (1983) e depois, a publicação com Raul de Carvalho da obra “Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica”, que

recupera a dissertação supracitada e aprofunda o debate e a interlocução com a obra marxiana (Netto 2011c, pp.290-301).

Nesse período, o país vivenciava a efervescência da luta de classes no país, sob o protagonismo do sindicalismo que enfrentou a ditadura, tendo sua expressão na Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (Anampos), em 1978, e posteriormente na Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983, Abramides (2017). A investigação e a pesquisa científica até meados dos anos 1970, no espaço acadêmico e em alguns cursos de pós-graduação, eram focadas principalmente em temáticas voltadas para âmbito econômico-sociais, de acordo com Netto (2011c). No entanto, com a resistência democrática, protagonizada pela organização política da classe operária no final da década, este foco muda e “estas pesquisas são amplamente dinamizadas e passam a cobrir nomeadamente os fenômenos do ‘mundo do trabalho’” (NETTO, 2011c, p. 103). Essa mudança trouxe um avanço na produção do conhecimento e um progresso para a profissão, através da articulação entre a reflexão teórica e investigativa com os movimentos sociais, o que vai renovar sincronamente o interesse em discutir as temáticas sobre a história social e política do movimento operário, propagando-se estudos sobre parcelas da população denominadas de minorias.

Contudo, a interlocução do Serviço Social com uma perspectiva crítica não se deu de forma unívoca no seio da categoria e nem é totalmente hegemônica nos dias atuais, de modo que a tradição marxista não foi uma referência básica homogênea nos cursos de formação do Serviço Social, seja na Graduação ou na Pós-graduação, principalmente nas produções científicas do período. Nesse sentido, com base em Abramides (2019), após um período extensivo e exaustivo de disputas internas, principalmente no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o Serviço Social brasileiro consolida a teoria social marxiana como referencial teórico-metodológico norteador do trabalho e da ação profissional, que para Netto (1999) vai empregar um direcionamento teórico-político e metodológico para o trabalho profissional e a construção da produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro. Cabe ressaltar que o III CBAS realizado em 1979, conhecido como o “Congresso da Virada”, e os debates provenientes deste grande evento foram cruciais para o processo de consolidação da tradição teórica crítica como elemento norteador no que diz respeito à formação profissional. Segundo a ABEPSS<sup>48</sup>, os debates decorrentes do “Congresso da Virada”, contribuíram para as ações da formação profissional que

---

<sup>48</sup> Informações acessadas no *sítio* da ABEPSS. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>>. Acesso em: out. 2020.

passaram a ser direcionadas a partir desta teoria, o que deu elementos para a construção das bases do Currículo Mínimo de formação de 1982, amadurecido posteriormente nas atuais Diretrizes Curriculares da ABEPSS<sup>49</sup>.

A profissão foi se consolidando, tendo grandes conquistas teóricas e práticas, demarcando o universo profissional no final dos anos 1980, segundo o CFESS (2011). O direcionamento teórico-metodológico do Serviço Social a partir da teoria social marxiana vai permear não só no âmbito da formação acadêmica, mas também nos eventos da categoria profissional, tais como os congressos e seminários, refletindo concretamente na materialização do Código de Ética Profissional. Sem dúvidas, uma das maiores conquistas, ou expressão destas, foi a normatização do Código de Ética Profissional de 1986, resultado da organização e lutas da categoria para romper com o conservadorismo, que embora reconheça o pluralismo teórico-metodológico no interior da profissão, reafirma o fortalecimento de um Serviço Social crítico sob a orientação marxista como direção hegemônica para o projeto ético-político profissional. Construía-se ali um projeto profissional vinculado a um projeto social democrático, comprometido com os interesses da classe trabalhadora. Contudo, a sociedade brasileira vivenciava um processo de mudanças significativas, com destaque para a consagração da Constituição de 1988, exigindo mudanças no Código de Ética Profissional de 1986<sup>50</sup> e o amadurecimento do projeto profissional do Serviço Social.

Esse referencial marxista, segundo Netto (2011a), passa a imprimir uma direção que faz com que o Serviço Social brasileiro vá se definindo com uma concepção crítica, questionando inclusive sua própria inserção no mundo do trabalho, entendendo-se como especialização do trabalho coletivo. Esses questionamentos avançam nos anos 1990, direcionando o pensamento e as ações da profissão “em busca de sua ruptura com o histórico conservadorismo e do avanço da produção de conhecimento, nos quais a

---

<sup>49</sup> Com base no CFESS, se tratam das atuais Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, baseada no currículo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996 da antiga ABESS. Segundo o CFESS, foi uma Assembleia histórica, que aprovou um currículo carregado de inúmeros avanços para a profissão, seja do ponto de vista do amadurecimento da compreensão do significado social da profissão, seja do ponto de vista do aprofundamento com a apropriação de uma tradição teórica de leitura crítica da realidade como eixo norteador ou seja com as respostas da profissão frente às expressões da questão social face à conjuntura e no aguçar para o fortalecimento de um projeto profissional unido e articulado às demandas da classe trabalhadora. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>>. Acesso em: out. 2020.

<sup>50</sup>De acordo com o CFESS (2011, p. 20), “tratava-se de objetivar com mais rigor as implicações dos princípios conquistados e plasmados naquele documento, tanto para fundar mais adequadamente os seus parâmetros éticos quanto para permitir uma melhor instrumentalização deles na prática cotidiana do exercício profissional”.

tradição marxista aparece hegemonicamente como uma das referências básicas” (YAZBEK, 2000, p. 26). São essas referências que vão impulsionar as mudanças e o amadurecimento do projeto profissional. Nesse sentido, a bagagem acumulada pelo Serviço Social e o seu fortalecimento, fizeram com que a categoria profissional carecesse de uma nova regulamentação para atender não só às novas demandas como também às necessidades da categoria a partir dos reflexos do então cenário, criando-se uma nova Lei de regulamentação da profissão, que é a Lei nº 8.662 de 1993, revogando a Lei nº 3.252/57, embora que quem regulamenta a profissão é o Estado.

No mesmo ano em que foi promulgada a nova de lei regulamentação da profissão, foi instituído um novo Código de Ética Profissional, que é o vigente código de 1993, substituindo o de 1986. Conforme o CFESS (2011), o atual Código de Ética do Assistente Social expressa por meio de seus princípios fundamentais um projeto profissional compromissado com a democracia e com o acesso universal aos direitos sociais, civis e políticos. Além disso, ainda frisa a necessidade e a importância de um trabalho profissional orientado pelos princípios e direitos firmados na Constituição de 1988 e na legislação complementar referente às políticas sociais e aos direitos da população, além de proibir qualquer tipo de discriminação no atendimento profissional. Dito isto, destaca-se alguns marcos da profissão, ainda que sinteticamente, ocorridos nos 1980 e 1990, para elucidar as mudanças que transformaram o Serviço Social brasileiro, ampliando-se as pesquisas e produções do conhecimento na área.

Na década de 1980, como já foi dito, a profissão se debruça num processo de aprofundamento teórico com o intuito de resgatar suas bases no marxismo, possibilitando uma abertura para novos rumos na profissão. Este período marca a profissão por ter sido um momento introdutório da tradição marxista, cujas bases, atualmente, são vigorosamente assentadas em tal perspectiva. Posteriormente, ante as transformações societárias em curso, emerge a necessidade de construção de um projeto profissional, nomeadamente como projeto ético-político<sup>51</sup>, no qual a categoria manifestasse o compromisso com a construção de um novo projeto societário, em decorrência do alargamento exacerbado das desigualdades sociais, com diretrizes voltadas para a ampliação e garantia dos direitos sociais. Dessa maneira, ao se apoiar em bases marxistas a profissão deu um salto no pensar e no fazer profissional em seus diversos espaços de

---

<sup>51</sup> Fruto da articulação e participação coletiva das entidades de representação do serviço social brasileiro, Conjunto CFESS/CRESS, ENESSO e ABEPSS, e de diversos sujeitos profissionais nas suas inserções políticas e profissionais.

atuação. Segundo Iamamoto (2014, p. 50), a década supracitada “foi extremamente fértil na definição de rumos técnico-acadêmicos e políticos para o Serviço Social. Hoje existe um projeto profissional que aglutina segmentos significativos de assistentes sociais no país amplamente discutido e coletivamente construído ao longo das últimas décadas”. Segundo Netto (1999, p. 98), em suma, o projeto articula em si mesmo os seguintes elementos constitutivos: “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc.”

Ao chegar nos anos 1990, após grandes lutas e conflitos, mas com alguns avanços e conquistas Netto (1999), afirma que o cenário dos anos 1990 revela um Serviço Social sintonizado com o movimento das classes sociais, popularizando os seus espaços de discussão e construção política, bem como criando as condições necessárias para a hegemonia crítica do seu projeto ético-político entre a categoria profissional. O grande salto e conquista do Serviço Social nesse período expressa-se nas diretrizes norteadoras e que dão materialidade ao seu projeto profissional<sup>52</sup>, ou seja, o conteúdo próprio de suas bases jurídico-políticas, responsáveis pela orientação do exercício e da formação profissional das assistentes sociais, quais sejam: o Código de Ética Profissional da/o Assistente Social de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93) e as Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996.

Assim, como mostram Iamamoto e Carvalho (2012), a profissão afirma-se no Brasil mediante a progressiva ampliação do controle e ação estatal junto à sociedade civil, vinculando-se, também, a organizações patronais privadas, de cunho empresarial, com ações voltadas para as atividades produtivas e à prestação de serviços sociais à população. Dessa forma, “a profissão se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional, como um assalariado a serviço das mesmas”

---

<sup>52</sup> Nas duas décadas, anteriores aos anos 1990, o Serviço Social experimentou, no Brasil, um profundo processo de renovação. “Na intercorrência de mudanças ocorridas na sociedade brasileira com o próprio acúmulo profissional, o Serviço Social se desenvolveu teórica e praticamente, laicizou-se, diferenciou-se e, na entrada dos anos noventa, apresenta-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente. [...] De fato, construía-se um projeto profissional que, vinculado a um projeto social radicalmente democrático, redimensionava a inserção do Serviço Social na vida brasileira, compromissando-o com os interesses históricos da massa da população trabalhadora. O amadurecimento deste projeto profissional, mais as alterações ocorrentes na sociedade brasileira (com destaque para a ordenação jurídica consagrada na Constituição de 1988), passou a exigir uma melhor explicitação do sentido imanente do Código de 1986. Tratava-se de objetivar com mais rigor as implicações dos princípios conquistados e plasmados naquele documento, tanto para fundar mais adequadamente os seus parâmetros éticos quanto para permitir uma melhor instrumentalização deles na prática cotidiana do exercício profissional”. (CFESS, 2012, p. 19-20).



(IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 86). Por isso, os referidos autores ressaltam que para pensar a profissão nos processos das relações sociais é preciso pensá-la dependente das organizações institucionais a que se vincula, principalmente por tratar-se de um profissional envolvido na implementação de políticas sociais, que marcaram o significado social da profissão.

As relações e ações, acima mencionadas, principalmente com a vinculação com as políticas sociais, vão ampliar o campo de trabalho profissional, bem como estimular a profissionalização de assistentes sociais no país, modificando inclusive o perfil da população a qual o profissional vai intervir – neste caso, a população trabalhadora, cujas ações assistenciais estatais passaram a ser voltadas, também, para tal população. Nesse sentido, a fonte primordial que legitima a formação profissional do assistente social “não se choca com o crescente aproveitamento e cooptação desse agente pelo aparato do Estado e empresariado, que progressivamente vão atribuindo novas determinações à legitimação e à institucionalização do Serviço Social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 90).

O Serviço Social foi regulamentado como uma profissão liberal, conforme a portaria nº 35 de 19 de abril 1949 – pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que enquadra a profissão no rol de profissões liberais, posteriormente editada pela Lei 3252 de 27 de agosto de 1957, em seguida regulamentada pelo Decreto 994 de 15 de maio de 1962. Entretanto, essa condição de profissão liberal tem particularidades. De acordo Yazbek (2009, p.133) o Serviço Social não possui “autonomia no exercício de suas atividades, não dispondo do controle das condições materiais, organizacionais e técnicas para o desempenho de seu trabalho”. No entanto, possui algumas características que constituem as profissões liberais, como, por exemplo, dispõe de uma autonomia relativa “na condução do exercício profissional”, tornando-se “necessário estatutos legais e éticos que regulamentem socialmente essa atividade”, (IAMAMOTO, 2008, p. 214-15), e por isso tem suas ações orientadas por um Código de Ética. Entretanto, se trata de um código que expressa não só os aspectos normativos e deveres profissionais, mas também o significado social do trabalho profissional e a dinâmica com as quais se estabelecem as relações com o trabalho coletivo.

*O significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade. Ainda que a natureza qualitativa dessa especialização do trabalho se preserve nas várias inserções ocupacionais, o significado social de seu processamento não é idêntico nas diferentes condições em que se realiza esse trabalho porquanto envolvido em relações sociais distintas. Os empregadores determinam as necessidades*

sociais que o trabalho do assistente social deve responder; delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho; interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como os seus efeitos na reprodução das relações sociais. Eles impõem, ainda, exigências trabalhistas e ocupacionais aos seus empregados especializados e mediam as relações com o trabalho coletivo por eles articulado. É nesta condição de trabalhador assalariado que o assistente social se integra na organização do conjunto de trabalhadores afins, por meio de suas entidades representativas, e com a coletividade da classe trabalhadora. (IAMAMOTO, 2008, p. 215, grifos da autora).

Portanto, sobre os aspectos gerais do significado social da profissão, embora em seus primórdios a formação profissional do Serviço Social tenha sido influenciada ou referenciada nos princípios da Igreja católica, isso não significa dizer que o mesmo, como profissão, foi institucionalizado e regulamentado pela Igreja Católica. A regulamentação da profissão deu-se quando o Estado, por meio da criação de medidas para o enfrentamento da questão social, criou serviços sociais<sup>53</sup> e assistenciais públicos, sob a forma de políticas sociais, se apropriando do trabalho deste profissional, demandando uma intervenção junto às necessidades da classe dominada, ou seja, dos/as trabalhadores/as. Todavia, as características históricas das políticas sociais no Brasil, articuladas às imagens sociais que marcaram a profissão, são ainda vigentes, fragilizando a organização da categoria profissional. Porém, é por meio do reconhecimento, enquanto trabalhadora assalariada na divisão social e técnica do trabalho, que estas profissionais podem mudar essa realidade.

Para isso, as profissionais assistentes sociais precisam ter conhecimento das condições históricas e sociais que circunscrevem o trabalho profissional, além do domínio sobre as dimensões constitutivas do Serviço Social (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa), como destaca Iamamoto (2012), uma vez que elas são extremamente relevantes para o trabalho profissional, pois permitem apreender a realidade e pensar intervenção profissional de forma crítica, caminhando nos rumos para a efetivação do projeto ético político profissional. Segundo a autora, um dos maiores desafios enfrentados pelas profissionais no trabalho profissional é tornar esse projeto de fato guia efetivo “e consolidá-lo por meio de sua implementação efetiva. Para tanto, é necessário articular as dimensões ético-políticas, acadêmicas e legais que lhe atribuem sustentação com a realidade do trabalho profissional em que se materializa”, (IAMAMOTO, 2012, p. 44).

A década de 1990, constitui um período chave para a presente análise, especialmente a partir do ano 1993, pois o Serviço Social brasileiro avançou do ponto de

---

<sup>53</sup> Articulados à concepção de democracia e cidadania, nos marcos liberais sob a perspectiva de direitos sociais, configurando-se em políticas sociais.

vista teórico e político, principalmente com a aprovação do Código de Ética Profissional da/o Assistente Social de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93) e as Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996. Com estas novas diretrizes da ABEPSS, foi amplo o incentivo para produção teórica do Serviço Social, principalmente para os programas de Pós-graduação. Ao mesmo tempo foi nesse mesmo período que se deu a vinculação do Serviço Social no quadro funcional das empresas que passavam por programas de privatizações, fusões empresariais e enxugamento dos postos de trabalho, acarretando em profundas transformações nos processos de trabalho (AMARAL; CESAR, 2009) devido à reestruturação produtiva impulsionada no país. Os diversos setores empresariais incorporaram novos processos organizacionais e com essas mudanças passaram a apresentar novas demandas (ou velhas demandas reconfiguradas) para o profissional de Serviço Social, dentre as quais a exigência constante de qualificação profissional permanente e o desenvolvimento de novas competências e habilidades, tal qual se exigia do conjunto dos trabalhadores. O item a seguir tratará desse processo.

## **2.2 Implicações da reestruturação produtiva no Serviço Social**

Em sua obra histórica *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, publicada pela primeira vez em 1983, Iamamoto e Carvalho (2012) desenvolvem análise dos campos de atuação dos primeiros assistentes sociais brasileiros, formados nas Escolas de São Paulo e Rio de Janeiro a partir de 1938, quando se diplomou a primeira turma de assistentes sociais na PUC de São Paulo, com 13 mulheres, todas oriundas da burguesia ou das oligarquias predominantes à época no Brasil. Segundo os autores, as escolas católicas de Serviço Social do Rio de Janeiro (masculina e feminina) até 1947 “havia diplomado 40 assistentes sociais. As duas de São Paulo, 196 e o curso de trabalho social da Escola de Enfermagem Ana Nery 9, até 1949, não se possuindo o número exato dos formados pela Escola Técnica de Serviço Social, presumivelmente bastante reduzido” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p.191). A prevalência do exercício profissional das primeiras assistentes sociais ocorre nas seguintes instituições: Estado, Para-Estatal Autarquias, indústria e comércio e organizações internacionais. No entanto, em que pese a presença de assistentes sociais na indústria desde os primórdios da profissão no Brasil, até final dos anos 80, o maior empregador de assistentes sociais era o Estado, seja no nível federal, estadual ou municipal.

De maneira geral, a presença do Serviço Social nas empresas e a inserção do assistente social no quadro de funcionários/as ganhou maior espaço a partir da consolidação da indústria, com o advento do processo de reestruturação produtiva nos anos 1970 e 1980. No caso brasileiro, as mudanças no mundo do trabalho ocorridas neste período, conforme Antunes (2000), como os avanços da industrialização e da política no cenário mundial, mudaram a organização das empresas e estas passaram contratar mais assistentes sociais. A organização dos/as trabalhadores/as, sua presença expressiva como classe trabalhadora impulsionaram a atuação do Serviço Social empresarial (ANTUNES, 2000; ALVES, 2007; IAMAMOTO; CARVALHO, 2012). Esse chamado aos assistentes sociais ocorre em meio a profundas mudanças no mundo do trabalho e uma busca incessante para responder às crises do capital por meio de uma nova dinâmica de acumulação produtiva, com o fim único de consolidação de mercado globalizado e competitivo, como destacam Mota e Amaral (2010). As inflexões desse processo alteraram não só o mundo do trabalho, mas também as organizações, para as quais foram apresentadas novas condições de inserção no mercado de trabalho. Segundo as autoras, a reestruturação produtiva abala tanto a esfera da produção quanto as relações sociais, uma vez que, em meio às crises, “a reestruturação da produção e a reorganização dos mercados são iniciativas [...], que tem como exigência básica a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital” (MOTA; AMARAL, 2010, p. 27). Ainda, conforme as autoras, o conjunto de necessidades do processo de acumulação do capital, apresentadas como alternativas para o enfrentamento da crise econômica e social, determina a cultura do trabalho. As inflexões desse processo aparecem como demandas para as profissionais assistentes sociais no âmbito das empresas, pois, segundo as autoras, a necessidade real da reestruturação da produção são as novas formas de produção, gestão e consumo da força de trabalho, que articulados ao conjunto de inovações apresentadas nos processos de trabalho somam iniciativas que redefinem “as formas de subordinação do trabalho ao capital” (*Idem*, p. 36). Essas estratégias do capital evidenciam a necessidade de integração passiva dos/as trabalhadores à nova ordem do capital, como afirmam as autoras citadas. Trata-se de um processo que ultrapassa as relações na produção e o ambiente empresarial, visto que não afeta apenas o ambiente das empresas ou o trabalho profissional desenvolvido nas mesmas.

Mônica Cesar (2010), ao discutir o processo de reestruturação produtiva, afirma que o real cenário político desse processo no Brasil é a construção de um consentimento

passivo dos/as trabalhadores/as. Ruy Braga (1997) argumenta que as classes dominantes, pelas veias da reestruturação capitalista, recompõem ou retomam a subalternidade política dos/as trabalhadores/as. Segundo o autor, “se a hegemonia neoliberal corresponde à estratégia de ‘passivização’ ao nível do Estado, a atual reestruturação produtiva materializa a ofensiva ‘passivizadora’ do capital no âmbito das forças produtivas”, (BRAGA, 1997, p. 227). Esse controle imprime um novo perfil ao trabalhador, exige qualificações profissionais, transforma as formas de inserção e condições de trabalho, afetando também os mecanismos de proteção social. As empresas passam a exigir profissionais polivalentes e multifuncionais, como exemplifica Cesar (2010). Dentro dessas necessidades das empresas, cabe ao Serviço Social, além de “humanizar” a produção, “colaborar pedagogicamente na socialização de valores e comportamentos, que desaguem na integração dos trabalhadores às novas exigências da produtividade”, (CESAR, 2010, p. 124).

Consequentemente, a partir das transformações no mundo trabalho, especificamente na década de 1990 no Brasil, diante das novas demandas do trabalho e com a exigência de profissionais qualificados e flexíveis, houve uma significativa redução nos postos de trabalho no âmbito empresarial. Reitera-se que na particularidade brasileira as marcas da reestruturação produtiva são: “redução de postos de trabalho, desemprego do núcleo organizado da economia e a sua transformação em trabalhadores por conta própria, trabalhadores sem carteira assina, desempregados abertos, desempregados ocultos por trabalho precário, etc.” (MOTA; AMARAL, 2010, p. 35). A centralidade da reestruturação produtiva está na conformação de novas técnicas produtivas, de gestão e consumo da força de trabalho, pois se trata de uma necessidade real, subjacente ao conjunto de demandas profissionais impostas aos trabalhadores, como condição para a preservação de seus empregos. A fim de permanecer nos seus postos, as assistentes sociais também foram obrigadas a buscar alternativas para manter-se nas empresas, como por exemplo, as capacitações e inovações profissionais, de forma que pudessem corresponder às novas expectativas e demandas das empresas.

Segundo César, (2010), mediante as capacitações, as assistentes sociais passaram a destacar-se no ambiente empresarial em áreas como a gestão dos Recursos Humanos, por serem consideradas profissionais generalistas, interdisciplinares, consultoras e gestoras. Amaral e Cesar (2009), demonstram que nesse período houve o surgimento de várias frentes de trabalho para assistentes sociais nas empresas, das quais destacam: gestão de recursos humanos; programas participativos; desenvolvimento de equipes;

ambiência organizacional; qualidade de vida no trabalho, voluntariado; ação comunitária; certificação social; educação ambiental, entre outras. É importante destacar que os processos de reestruturação não afetam apenas o âmbito empresarial e às profissionais que atuam neste espaço sócio-ocupacional, embora sejam nas empresas que a produção de mercadorias se concretiza.

Todavia, conforme Mota e Amaral (2010), o trabalho profissional que intervém direta ou indiretamente nos processos de produção, gestão e consumo da força de trabalho também é afetado por estes processos. De acordo com as autoras, na busca pela ampliação da hegemonia nascida na fábrica, o capital requisita serviços voltados para intervenções sócio-institucionais que renove suas formas de controle e subordinação do trabalho ao capital. Portanto, tais intervenções são direcionadas para as "esferas de racionalização da produção, da intervenção estatal e do controle e recomposição política da subalternidade dos trabalhadores" (MOTA; AMARAL, 2010, p. 40), e é no seio destes campos interventivos que modificam as práticas sociais onde se insere o Serviço Social e o assistente social.

As implicações da reestruturação produtiva para o Serviço Social se expressam nas novas formas de trabalhos (condições e relações contratuais), no desemprego e na forma com qual estas situações se reverberam nas novas expressões da "questão social", objeto de intervenção profissional e que se referem, segundo Iamamoto (2014), ao conjunto de manifestações das desigualdades da sociedade capitalista madura, decorrentes da apropriação privada da riqueza que é socialmente produzida. Outra característica da reestruturação produtiva no Brasil que teve implicações para o Serviço Social foi o avanço do neoliberalismo no país a partir dos anos 1990, conforme Behring (2008), principalmente com o governo de FHC, cujas marcas mais expressivas foram altos índices de desemprego e as tentativas de reformas trabalhistas e previdenciária colocadas em curso (efetivadas no governo Lula). Ao mesmo tempo que, sob o discurso neoliberal da modernização, foi uma década na qual promoveu o renascimento de funções de trabalho respaldadas por contratos flexíveis e trabalhos informais, sob a ótica da política de controle e de gerência pautadas na eficiência, eficácia e no alcance de metas de produtividade, inclusive no serviço público brasileiro, viu-se a intensificação do trabalho e o alto índice de adoecimento dos/as trabalhadores/as. No e para o serviço social, tais processos intensificam e potencializam as expressões da questão social, ao mesmo tempo em que aumentam as demandas e a intensificação dos processos de trabalho com mais requisições e menos salário para as assistentes sociais. Ainda que seja o Estado

seu maior empregador, de acordo com Iamamoto (2014), as assistentes sociais não escapam das relações de trabalhos flexibilizadas.

Contudo, é importante destacar que o avanço da reestruturação produtiva também ampliou os campos de atuação das assistentes sociais, principalmente no campo da seguridade social, através da transferência da política de assistência para a sociedade civil e para as chamadas parcerias público-privadas que encorajaram o voluntariado e as instituições do terceiro setor, segundo Montañó (2010). A implementação, em 2004, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é um exemplo da ampliação de serviços ofertados e de possibilidades de intervenção profissional, ainda que os processos de trabalho sejam intensificados e precarizados. O campo da saúde também é um exemplo no qual houve um aumento na contratação de profissionais do Serviço Social, principalmente nos setores de planos e seguros de saúde da iniciativa privada, “que passam a contratar profissionais, assim como as mudanças nos programas da área da saúde mental e das drogas, afora a expansão de serviços de emergência e pronto atendimento” (MOTA, 2014, p. 696). No setor público, as assistentes sociais têm sido contratadas pela via da terceirização gestada pelas Organizações Sociais (OS). Aqui as empresas de seguros ganham impulso em detrimento da precariedade da prestação de serviços ofertados na saúde pública.

As empresas capitalistas foram as mais impactadas com os processos de reestruturação produtiva, tanto do ponto de vista da reorganização dos mecanismos de ampliação da produção quanto do ponto de vista dos processos de trabalho e da mudança do perfil profissional, como foi mostrado no item 1.3. No âmbito privado, foram citadas as mudanças nos setores da indústria como a automobilística e a têxtil, ou nos setores de informática como as empresas de *call center* e *telemarketing*. No âmbito das estatais, o setor bancário, o setor elétrico e o setor petroquímico, como as empresas Eletrobrás, Companhia Energética de Brasília – CEB e Petrobrás, também foram impactadas para atender às novas exigências do capital, ao incorporar os processos de reestruturação produtiva. Como pôde ser observado no mesmo item, as empresas implementaram programas e sistemas de qualidade total, ganhos salariais por meio das chamadas PLRs. O avanço das TICs expandiu o trabalho no setor informacional-digital, principalmente o trabalho *on-line*, que aumentou a modalidade de trabalho *home-office*. Além disso, surgiram contratos pela via da terceirização, provocando intensificação do trabalho, flexibilidade nos contratos de trabalho, desemprego e precarização do trabalho. São estes aspectos que marcam o universo do labor em tempos recentes de reestruturação produtiva.

O enfrentamento das expressões da questão social é mediado pela via das políticas sociais, que paradoxalmente têm sido cada vez mais reduzidas com a expansão dos processos de reestruturação produtiva e, conseqüentemente, dos espaços sócio-ocupacionais historicamente ocupados por assistentes sociais são alterados. Em contrapartida, outros espaços se apresentam como campo de atuação, recebendo novas demandas e requisições. O que mudam são os processos de intensificação e precarização do trabalho. Sobre as demandas do mercado de trabalho Netto (1996, p. 120) aponta que:

as transformações societárias incidentes na nossa sociedade certamente o estão modificando, seja pela redução da demanda de atividades antes significativas (ou porque as suas necessidades diminuíram e/ou foram transferidas as outros profissionais), seja pelo surgimento de atividades novas (e aqui reside o mais dinâmico movimento) [...] a demanda pela iniciativa privada se ampliou expressivamente. Por outro lado, a particularidade de que as transformações sociais se revestem numa sociedade como a nossa (a ordem tardo-burguesa periférica, a que aludi atrás) tende também a imbricar, no campo das atividades profissionais, as demandas "tradicionais" e as "novas", tornando o universo dos usuários do Serviço Social muito mais heterogêneo e complexo e exigindo dos assistentes sociais mais criatividade e eficácia operativa.

Isto posto, ressalta-se que as assistentes sociais, enquanto trabalhadoras assalariadas inseridas na divisão social e técnica do trabalho, em tempos de reestruturação produtiva estão sujeitas às mesmas condições de trabalho que os demais trabalhadores/as, como demonstrado por Raichelis (2011, p. 425) estão suscetíveis aos mesmos “constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados”, sendo requisitadas a executar um trabalho imediatista, burocrático, repetitivo. Atrelados à condição de assalariadas e dependendo das instituições nas quais estão inseridas, principalmente espaços reestruturados sob o prisma neoliberal, as profissionais ficam acuadas em relação às reflexões e atitudes críticas que coadunam com seu projeto ético-político profissional, sendo este um dos maiores desafios das assistentes sociais em tempos de reestruturação, principalmente no âmbito empresarial. Nesse sentido, busca-se no próximo item discorrer sobre o Serviço Social nas empresas e destacar seus principais desafios.

### **2.3 O Serviço Social nas empresas em tempos de reestruturação**

Antes de adentrar na especificidade do Serviço Social nas empresas é importante demarcar que, ao se referir à empresa, o que se entende por empresas, parte-se das considerações feitas pelo autor Infestas Gil (1993), em que a empresa é definida como um sistema social aberto com estruturas interdependentes e múltiplos fatores externos que se relacionam ou se articulam ao sistema global do qual faz parte. Já na perspectiva de Oliveira (2002), trata-se de um “conjunto sociocultural complexo, organizado para a



realização de serviços, fabricação de coisas, transformação ou extração de produtos da natureza” (OLIVEIRA, 2002, p. 251). Os autores consideram as empresas como complexas por serem um sistema social que envolve pessoas e heterogeneidades culturais, comportamentais, educacionais, formando um conjunto de habilidades próprias capazes de satisfazer necessidades individuais e coletivas. Cada uma tem suas particularidades e necessidades, mas em seu conjunto tem uma característica em comum que é racionalidade econômica. É nesse sentido que Infestas Gil (1993) afirma que a empresa se expressa com a finalidade de atender as demandas econômicas do consumo e se desenvolve assegurando a eficácia do ciclo produtivo, conforme acordos e regras do sistema econômico-social. Ou seja, o objetivo é eminentemente econômico, bem como suas funções.

Isto posto, o termo empresa capitalista empregado nesta dissertação é baseado nas reflexões feitas por Amaral e Cesar (2009), que ao analisar as mudanças nas empresas destacam que estas se modificam para responder à necessidade de integrar-se ao mercado competitivo e globalizado da nova dinâmica da acumulação. Nesse processo são observadas transformações na organização da produção, nos processos de trabalho e nas formas de intervenção estatal que as amparam. Além disso, entende-se como empresas capitalistas, a partir das colocações de Mota (2010a), como aquelas que representam institucionalmente o capital. Em outras palavras, aquelas privadas ou de economia mista que tem como fundamento o interesse e a expansão do capital, utilizando-se do Serviço Social como um dos mecanismos para manter a ordem capitalista. Isso não quer dizer que há uma convivência da profissão com as exigências do capital, mas que, segundo Mota (2010a p. 30), “a presença do assistente social numa empresa, antes de qualquer coisa, vem confirmar que a expansão do capital implica na criação de novas necessidades sociais”.

A história mostra que o Serviço Social relacionado ao campo do trabalho na realidade brasileira é síncrono ao processo de consolidação da industrialização, de acordo com Freire (2010), com a implementação das primeiras grandes indústrias estatais. Portanto, as primeiras empresas nas quais o Serviço Social foi inserido foram nas públicas ou estatais, cuja consolidação como campo de trabalho profissional ocorreu próximo dos anos 1950. Já no campo privado, essa inserção se deu forma tardia, coincidindo com o momento da concepção da assistência nas empresas como salário direto, como exemplificado pela autora. Já conforme Mota (2010b), inicialmente o profissional de Serviço Social é chamado a atuar detectando e mitigando, no âmbito empresarial, as

tensões oriundas da intensificação do processo de exploração da força de trabalho e do movimento de resistência dos trabalhadores aos novos ritmos produtivos, ou seja, a requisição da profissão foi intervir por meio dos serviços sociais frente aos problemas que interferissem no processo de produção (absenteísmo, acidentes de trabalho, alcoolismo, etc.), nos problemas do âmbito privado do trabalhador que afetassem o seu desempenho no trabalho e na sua permanência. As autoras Abreo e Fávares (2001, p. 46) afirmam que a inserção do Serviço Social no espaço empresarial “está intimamente relacionada ao nível de eficiência, racionalidade e produtividade imposto pelo processo de modernização do capital”, e, portanto, a profissão é inserida nestes espaços para vigiar e controlar a força de trabalho nas organizações.

Na organização das empresas, como bem demonstrou Antunes (2000), propagam-se intensamente elementos como: a flexibilização; a terceirização; a subcontratação; a criação de programas de qualidade total (CCQ); o incentivo à participação; o sindicalismo na empresa, entre outros. As empresas passam a investir significativamente na qualificação, no treinamento e na participação do/a trabalhador/a, que sai da condição de empregado/a para ser colaborador/a ou parceiro/a da empresa. Dessa forma, com base em Marx (2013), o estranhamento do trabalho, derivado desse sistema, se mostra fortemente intensificado e soberbo, visto que é a apropriação pelo capital do saber e do fazer do/a trabalhador/a que leva ao pensar e ao agir para o capital, como pode ser observado na lógica de acumulação flexível. Conforme mostrado por Antunes (2000) trata-se de um processo de trabalho corporificado que no fim reforça a alienação do trabalho e no qual o produto continua estranho e alheio ao produtor.

Essa reorganização das empresas e as novas exigências do mercado, segundo Iamamoto (2014), reconfiguraram as velhas demandas e trazem novas demandas para a profissão, fazendo crescer a atuação do Serviço Social na área de recursos humanos no âmbito empresarial, bem como na esfera da assessoria gerencial e na geração dos comportamentos produtivos indulgentes para a força de trabalho. A profissão é chamada a atuar na equipe interprofissional dos CCQs, nos programas de qualidade total voltados para aproximação entre gerência e trabalhadores sob a valorização do discurso da participação social e nos incentivos salariais a partir da meritocracia e das premiações. Para a autora, as demandas históricas que marcaram a entrada do Serviço Social em empresas continuam sendo a eliminação dos focos de tensões sociais, a de criar mecanismos para um comportamento produtivo da força de trabalho, a viabilização de benefícios sociais e atuação nas relações humanas na esfera do trabalho. De acordo com

Abreo e Fáfaro (2001, p. 48), para atender às demandas da empresa no quesito adequação comportamental do trabalhador “as ações profissionais se embasavam em construções teóricas emprestadas das Ciências Sociais, transformadas em técnicas e aplicadas às situações imediatas, legitimando assim suas funções”.

As estratégias empresariais são transformadas devido as mudanças ocorridas na organização da produção e do processo de trabalho, incorporando processos de reestruturação produtiva em alta escala. Para as autoras Abreo e Fávero (2001), uma dessas estratégias são as novas modalidades de gestão, como já foi dito neste trabalho, tendo em vista a utilização de novas políticas administrativas direcionadas para o controle de qualidade total do produto, da prestação de serviço e da força de trabalho. Por isso, a reengenharia organizacional, qualidade total, gerenciamento estratégico, gestão participativa e qualidade de vida aparecem no âmbito do discurso empresarial. A qualidade total e os CCQs são exemplos nos quais, com a sua expansão, constituem-se grupos de trabalhos incentivados pelo capital a inserir-se nas discussões sobre trabalho e desempenho, e que, em contrapartida, se beneficia com o aumento da produtividade e redução dos custos da empresa. Outra estratégia é a gerência de recursos humanos que se baseia na formação de um quadro funcional laboral minimamente eficiente, competente e polivalente, adaptável às inovações (qualificação constante) e, principalmente, que "vista a camisa" da empresa, ou seja, que se identifique com a proposta da empresa e suas metas.

Para alcançar esse objetivo as empresas adotam políticas e práticas como a implementação dos Programas de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), nos quais a função das assistentes sociais é monitorar o processo e a instrumentalização de ações gerenciais. A nova dinâmica empresarial vai exigir para o Serviço Social um perfil profissional requalificado e com uma atuação mais gerencial, multifuncional e polivalente, além de correr o risco e disputar com outros profissionais que tradicionalmente atuam na área, como é o caso dos psicólogos que atuam nestas políticas, uma vez que o Serviço Social é chamado a atuar na adaptação comportamental. O binômio demanda institucional e demanda profissional se trata de um imenso desafio para não perder espaço para outras profissões – esse talvez seja um dos grandes dilemas profissionais do século, porque é pela clareza profissional acerca dessa questão que lhe permite manter sintonia com preceitos éticos e com uma formação que efetivamente lhe inspire ao trabalho profissional socialmente comprometido. Porém, segundo as autoras, com o passar do tempo a incumbência de solucionar os conflitos colocados historicamente

para o Serviço Social na área de recursos humanos passa a abranger todas as categorias profissionais com a adoção de práticas de gestão. Nesse contexto, o Serviço Social assume um perfil de fortalecimento das chefias, cuja função é de assessoramento nas gerências. Observa-se uma mescla entre demandas tradicionais e atuais com mudanças apenas nas estratégias de competitividade adotadas pelas empresas, sendo este um dos maiores desafios do trabalho profissional atualmente no âmbito empresarial, que é atuar de acordo com as mudanças sem perder o seu espaço para outras profissões.

Assim, segundo Botão Gomes et. al (2019, p. 241), “o Serviço Social nas empresas permanece sendo uma necessidade social repleta de contradições do modo de produção capitalista”. Essa assertiva foi feita pelas autoras ao se debruçarem sobre os estudos existentes sobre essa temática, dentre os quais destacam: Freire (2010), Cesar (1998, 2010), Mota (1991), Mota e Amaral (1998), Botão Gomes (2010, 2015a, 2015b), Giampaoli (2012), Cardoso; Francisco (1998), Doherty (2015). As autoras apontam a importância do debate sobre o trabalho profissional nas empresas, haja vista que nestes espaços há uma gama de assuntos que agregam as discussões da categoria, tais como: saúde do trabalhador, recursos humanos, benefícios, responsabilidade social e ambiental, além de temas transversais ao cotidiano do trabalho. Ainda, segundo as autoras, em linhas gerais o trabalho profissional em empresas não se difere do trabalho profissional desenvolvido no mercado de trabalho, ou seja, nos demais espaços sócio-ocupacionais, há particularidades no âmbito empresarial que precisam ser consideradas. As autoras apontam que os principais papéis desempenhados pelas assistentes sociais nas empresas capitalistas na atualidade são: intermediação de conflitos entre capital-trabalho; busca de garantia de direitos dos trabalhadores através de políticas públicas ou do conjunto de serviços oferecidos pelas empresas contratantes; atuação para a melhoria da saúde e qualidade de vida dos trabalhadores; melhoria no ambiente de trabalho; negociação de demandas de interesse dos trabalhadores interferindo nas normas e processos institucionais; e, auxílio na organização de reivindicação da classe trabalhadora para o enfrentamento de diferentes expressões da “questão social”.

As autoras supracitadas ressaltam, ainda, que essas profissionais atuam em diversas áreas das empresas, vinculando-se às áreas da saúde do trabalhador, a programas de responsabilidade social, treinamentos e capacitações, benefícios, entre outros. Algumas destas atribuições podem ser distribuídas em diversos setores organizacionais. Outro ponto destacado pelas autoras é que, na atualidade, o Serviço Social neste espaço tem apresentado características diferentes daquelas tradicionais, como por exemplo,

trabalho terceirizado, serviço de ouvidoria e as consultorias, cuja predominância das atividades desenvolvidas no grupo pesquisado estão concentradas em “orientações e encaminhamentos dos trabalhadores para diferentes serviços e realização de programas e projetos” (BOTÃO GOMES et. al. 2019, p. 243).

Os dados da pesquisa realizada em 2014 pela pesquisadora e autora da presente dissertação (ANDRADE, 2015), sobre o perfil profissional de assistentes sociais nas empresas do DF, mostraram que o Serviço Social está inserido no organograma institucional nos seguintes setores: Saúde e Segurança do Trabalho, Gerência de Gestão de Pessoas, Superintendência de Gestão de Pessoas, Gerência de Recursos Humanos e Medicina do Trabalho e Qualidade de Vida. Estes setores demarcam as áreas em que historicamente o Serviço Social tem sido demandado. Porém, os dados enfatizam que a maior área é a da saúde. Pode-se inferir que a saúde do trabalhador tem voltado a ser pauta de intervenção das assistentes sociais. No entanto, quando analisadas de onde são oriundas as demandas, esses dados reafirmam a tendência ao redimensionamento do trabalho das assistentes sociais nestes espaços, pois esse dado mostra que o Serviço Social ainda não tem um lugar específico na estrutura organizacional das empresas.

Segundo Yamamoto (2009, p. 62), “as demandas mais representativas dirigidas ao Serviço Social passam pelo atendimento social, questões relativas a dificuldades financeiras, saúde, dependência química, relações no trabalho e administração de benefícios”. No que tange as principais atividades desenvolvidas pelas profissionais nas empresas do DF, elas são voltadas para: fornecimento de orientações/encaminhamentos relativos aos serviços e benefícios sociais existentes na comunidade (com 93%); prestar esclarecimento/orientação quanto aos direitos sociais, benefícios e serviços institucionais (com 93%); planejamento de programas e projetos sociais (com 93%); encaminhar providências, prestar orientações e acompanhamentos social aos usuários do Serviço Social (com 86%); gerência/coordenação de programas, projetos e serviços sociais (com 86%); supervisão a programas, projetos e serviços sociais (com 86%). Estes dados dialogam de forma muito próxima com as reflexões feitas por Botão Gomes et. al. (2019), uma vez que mostraram a prevalência de aspectos históricos que marcaram a profissão, especialmente nas empresas, pois as principais ações desenvolvidas pelas profissionais têm uma tendência à concentração em ações ou repasse ou prestação de informações aos usuários, além dos encaminhamentos. Todavia, ressalta-se que o trabalho profissional não se resume a tais tendências. Entretanto, por tratar-se de profissional que lida com as mais diversas expressões da questão social, cabe a este profissional, enquanto atribuição

profissional<sup>54</sup>, prestar esclarecimentos à população de modo que estes indivíduos tenham ciência de seus direitos sociais e, principalmente, saibam como acessá-los.

Outro dado interessante que a pesquisa demonstrou, foram as atividades nas quais são atribuídas às profissionais pelas empresas no âmbito de gerenciamento: gerência/coordenação de programas, projetos e serviços sociais (com 86%); supervisão a programas, projetos e serviços sociais (com 86%), principalmente associados à nomenclatura dos cargos. O desenvolvimento de atividades de planejamentos, coordenadoras e gerenciais tende à deflagração no reconhecimento de seus objetos de trabalho e “das funções exercidas como matéria e atribuições do assistente social, resvalando para um discurso desprofissionalizante, que podem desdobrar-se em um esvaziamento da reflexão profissional e numa crise de identidade quanto à profissão” (IAMAMOTO, 2012, p. 63). O empregador de assistente social, profissional liberal que vende sua força de trabalho, também define quais são as competências, expressas ou não em contrato. Embora seja ideal que este delimite as atribuições e competências profissionais, pois estas estão historicamente identificadas e regulamentadas pela Lei de Regulamentação da profissão. Outra tendência é pontuada por Oliveira (2007), quanto ao trabalho nas políticas de recursos humanos, é que o profissional atuando nessa área talvez tenda a atender fortemente os objetivos institucionais e “quanto melhor posicionamento na hierarquia empresarial mais distantes a assistente social fica dos objetivos profissionais do Serviço Social e do Código de Ética Profissional” (OLIVEIRA, 2007, p. 222). Isso pode ocorrer em função dos cargos, que acabam pondo a profissional numa situação de subalternidade e alienação, dificultando a defesa do Serviço Social crítico alinhado ao projeto ético-político da profissão.

---

<sup>54</sup> A Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8.662/1993) estabelece, em seu Artigo 4º, as competências do Assistente Social, quais sejam: I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - (Vetado); V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos sócio econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Ao fazer um prévio levantamento sobre a temática desta dissertação alguns temas são recorrentes: “*Responsabilidade Social das empresas: um desafio para o Serviço Social*”, produzido por Menegasso (2001) e publicado na Revista Katálysis, que aborda sistematicamente informações sobre a responsabilidade social, estratégia empresarial e investimento social; “*Serviço Social na empresa*” publicado pelas autoras Lima e Cosac (2005) na Revista Katálysis, cujo objetivo principal é apresentar os dados de um estudo sobre o trabalho de assistentes sociais na gestão de Recursos Humanos em empresas e no qual as autoras fazem um breve resumo sobre a requisição de assistentes sociais no âmbito empresarial; “*A Atuação do Assistente Social nas Ações de Responsabilidade Social desenvolvidas pelas Empresas em Mato Grosso*”, defendido por Santos (2008), que analisa a atuação profissional nas ações de responsabilidade social desenvolvidas pelas empresas na região; “*Serviço Social na Empresa: requisições para o trabalho profissional*”, defendida por Weizenmann (2010), cuja finalidade foi analisar as requisições decorrentes das transformações societárias postas ao trabalho dos assistentes sociais que atuam no âmbito empresarial; “*Contingências no Trabalho do Assistente Social em Empresas: o caso de consultorias empresariais*”, defendida por Giampaoli (2012), que desvela sobre a dinâmica do trabalho de assistentes sociais em consultorias empresariais, prestando serviço de forma terceirizada em empresas; “*Consultoria Empresarial: o Serviço Social posto à prova*”, defendida por Azevedo (2013), teve como finalidade apreender a consultoria empresarial de Serviço Social em face da reestruturação produtiva; dissertação de Roberta Silva (2013), cujo título “*Responsabilidade Social Empresarial no Brasil: um estudo sobre a produção acadêmica na área de conhecimento do Serviço Social, no período de 2000 a 2012*”, na qual a autora analisa o avanço do movimento da chamada responsabilidade social no Brasil à luz do conhecimento do Serviço Social; a dissertação “*A Gestão de Ações de Responsabilidade Social Empresarial e a interface com o Serviço Social*”, defendida por Tassiany Aguiar em 2017, cujo objetivo foi investigar e analisar os processos de gestão de ações de responsabilidade social empresarial que contam com a atuação de assistentes sociais nos seus quadros profissionais.

Nota-se que os temas sobre responsabilidade social empresarial e consultoria empresarial são os que mais aparecem nas produções. Tratam-se de duas áreas de atuação profissional no âmbito empresarial que tem se consolidado na contemporaneidade. Araújo (2010) destaca que a responsabilidade social tem sido consolidada como uma área

de atuação profissional no ambiente das empresas capitalistas, na medida em que estas empresas tem se apresentado como um novo agente social "constitutivo de uma sociedade civil solidária e integrante do terceiro setor" (ARAÚJO, 2010, p. 68). Para o autor as expressões mais comuns da responsabilidade social se dão no espaço filantrópico organizado pelos empresários nacionais e multinacionais que investem em ações civis e voluntárias, nas quais as assistentes sociais vão atuar nos projetos sociais.

Souza e Chaves (2017) ao analisarem a atuação de assistentes sociais em empresas, identificaram como novas demandas de responsabilidade social o atendimento 24 horas para situações de emergência, a consultoria empresarial e captação de recursos públicos de forma conjugada com a histórica demanda pelo trabalho profissional de acompanhamento. Já Botão Gomes (2019), analisou as consultorias, especialmente aquelas especializadas em programas de assistência ao empregado, às quais o Serviço Social tem se vinculado profissionalmente de forma precária, juntamente com outras profissões como psicologia, administração, economia e direito, prestando um atendimento “a empregados, principalmente por meio de telefone, podendo ser presencial, porém de modo pontual, fragmentado e individualizado, atendendo à lógica da acumulação flexível e de expropriação dos direitos dos trabalhadores” (BOTÃO GOMES, 2019, p. 234).

Segundo o CFESS (2020)<sup>55</sup>, em Ofício 56/2020 encaminhado aos CRESSs, algumas empresas que prestam consultoria organizacional à distância têm empregado assistentes sociais para o desempenho de atividades profissionais atravessadas pelas exigências de produtividade e lucratividade, de caráter externalizado e precarizado, sob a aparência de prestação de serviços com relativa autonomia. Além disso, esta modalidade de trabalho tem aumentado em território nacional, “ainda que contemplando competências e atribuições profissionais, apresenta implicações para a qualidade do exercício profissional dentro dos parâmetros técnicos e ético-políticos da profissão” (CFESS, 2020, p.4). Além dessas modalidades e demandas, Doher (2015) demonstra que a profissão tem sido chamada para atuar em gestões de segurança, meio ambiente e saúde; na saúde mental do trabalhador do âmbito empresarial; na ambiência organizacional; nas

---

<sup>55</sup> Nota CFESS manifesta – “Teletrabalho e Teleperícia: orientações para assistentes sociais”. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/teletrabalho-telepericia2020CFESS.pdf>. Acesso em mai. 2021.



questões sobre violência e assédio moral no trabalho; no atendimento a situações de emergências, mortes e lutos; em emergências e desastres; e, no campo socioambiental.

Se o universo das empresas e suas múltiplas faces tem colocado para o Serviço Social imensos desafios, tal fenômeno não é diferente nos demais espaços socioocupacionais, com tendência a piorar devido ao atual contexto de crise sanitária em decorrência da Pandemia do novo Coronavírus/Covid-19, colocando mais desafios para a profissão em todos os setores de atuação e mostrando o quão importante são as políticas sociais públicas para a população, mais do que a priorização das atividades comerciais. A Pandemia do novo Coronavírus/Covid-19 escancarou a desigualdade social, atingindo de forma diferente a população pobre e a periférica da particularidade brasileira. O Conselho Federal de Serviço Social apresentou manifestação pública sobre o tema através de Nota do CFESS Manifesta, publicada em 23 de março de 2020 sob o título “Os impactos do Coronavírus no trabalho do/a assistente social”. Nesta Nota, o CFESS alertou sobre o fato de que as recomendações de isolamento doméstico e higienização têm ocorrido junto com o desemprego, o subemprego, a ausência de moradia, de abastecimento de água, de saneamento básico, entre outras situações de privação e destituição, típicas da particularidade brasileira e que são objeto de preocupação enquanto questões de direitos humanos fundamentais.

O isolamento social intensificou e potencializou as modalidades de teletrabalho ou trabalho remoto. No entanto, o CFESS alerta que a automação progressiva tende a ser um processo irreversível, articulado às mudanças tecnológicas e às relações de trabalho. Contudo, algumas atividades não são alternativas recomendadas para o trabalho realizado pelo Serviço Social, como por exemplo: a avaliação social<sup>56</sup> para concessão de benefícios sociais, o estudo e o parecer social, que não devem compor o conjunto dos procedimentos que podem ser executados à distância. Algumas empresas capitalistas realizam atendimento por meio da modalidade de teletrabalho, como é o caso da Eletrobrás, Eletronorte-DF e a Empresa Optum, esta última, citada na referida Nota pelo CFESS. Além disso, as condições, incluindo a precarização e intensificação a partir da utilização das TICs, tendem a crescer substancialmente. Embora, o problema não é a tecnologia,

---

<sup>56</sup> Embora o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 10/2021, derivado da Medida Provisória nº 1023/2020, no final de maio, que permite a realização da avaliação social de forma remota.

mas a tecnologia sob relações sociais capitalistas. O teletrabalho já constava nas empresas, como por exemplo na empresa Eletronorte com sede no DF, cujo atendimento se dá por meio do denominado plantão social, nos quais as assistentes sociais ficam disponíveis por meio de telefones portáteis para atender às chamadas dos empregados. Para o CFESS (2020, p. 4) a defesa do teletrabalho “parece-nos algo que se soma à defesa da privatização dos serviços públicos, apreendido como algo eficaz a ser copiado das empresas privadas, em uma lógica gerencialista, sem se preocupar com os impactos sobre a qualidade do serviço prestado”.

Isto posto, o consenso no seio da categoria é de que em meio à atuação nos espaços sócio-ocupacionais, a profissional não pode perder de vista as dimensões investigativas e interpretativas como princípios norteadores do seu trabalho profissional, haja vista a importância que este aprimoramento intelectual tem para a afirmação profissional, tornando-se de grande relevância as contribuições que a produções do conhecimento tem para os debates no interior da categoria. Para tanto, é necessário conhecer mais a fundo essas produções. É com este propósito que o próximo capítulo se propõe a traçar o perfil destas produções.

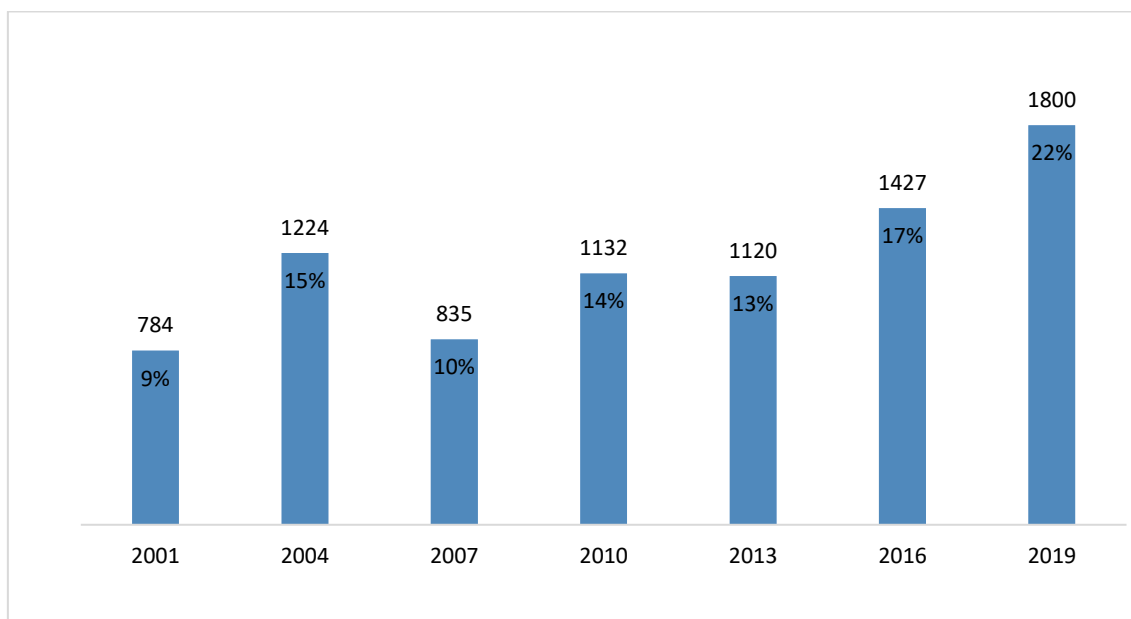
### **3 O SERVIÇO SOCIAL NAS EMPRESAS CAPITALISTAS: análise da produção conhecimento nos CBASs e ENPESSs.**

Neste capítulo, discorre-se sobre os resultados da pesquisa, situando o/a leitor/a sobre as produções do conhecimento apresentadas nos dois principais eventos científicos do Serviço Social brasileiro, com ênfase no trabalho profissional das assistentes sociais nas empresas capitalistas. Buscou-se trazer uma análise das informações gerais sobre os textos (eixo temático, tipo de pesquisa, perfil dos trabalhos, perfil regional e profissional das autoras e principais áreas de atuação no interior das empresas), ou seja, um perfil das produções nos eventos.

#### **3.1 Características gerais dos trabalhos apresentados nos CBASs e nos ENPESSs**

A produção do conhecimento analisada neste estudo refere-se aos trabalhos publicados nos anais dos dois principais eventos da categoria profissional, os CBASs e os ENPESSs. Foi realizado o levantamento dos trabalhos a partir das sessões temáticas de cada evento e selecionados aqueles que abordam, de alguma forma, a temática da pesquisa, qual seja o Serviço Social no espaço sócio ocupacional da Empresa capitalista. Na sequência, através do título do texto e da leitura dos resumos, foram elencados os trabalhos que se enquadram no tema de estudo, separando os textos e as sessões temáticas dos eventos nos quais estavam circunscritos. Assim, construiu-se um quadro para os eventos dos CBASs e outro para os eventos dos ENPESSs, nos quais constam as seguintes informações: número do evento, ano em que ocorreu, local aonde aconteceu, tema do evento, número de trabalhos por modalidade de apresentação (CO e PO) e as sessões temáticas de cada evento. Por alguma razão que não foi possível conhecer, no material do XV CBAS os trabalhos não estavam distribuídos conforme as sessões temáticas, não sendo possível a identificação dos trabalhos a partir das sessões. Portanto, neste evento específico, a sessão temática consta como “Não Informada”. Foram analisados os trabalhos apresentados nos CBASs durante os eventos que aconteceram no período de 2001 a 2019, conforme mostra o Gráfico1.

**Gráfico 1 – Valores nominais e Proporcionalidades de Trabalhos Apresentados por cada evento do CBAS**



Fonte: Elaboração própria. Dados coletados dos Anais dos CBASs, mar. 2021.

Ressalta-se que, os números de trabalhos são referentes àqueles que foram recomendados ou apresentados no evento, conforme os dados disponibilizados pelos organizadores dos mesmos. Isso porque constatou-se que alguns eventos traziam o número total de trabalhos inscritos que eram distribuídos entre não recomendado, recomendado e apresentados. No entanto, nem sempre o número de trabalhos inscritos correspondia ao total de trabalhos recomendados e apresentados, por isso nessa análise foram considerados apenas os trabalhos que foram recomendados, ou seja, aprovados pela comissão avaliadora e os apresentados, optando-se por utilizar a nomenclatura deste último.

A análise do gráfico 1 demonstra que houve um aumento de 6% de trabalhos apresentados em 2004, comparado ao ano de 2001. É um número significativo e que pode estar relacionado ao crescimento da categoria profissional. Entretanto, no ano de 2007, registra-se uma queda de 5% em relação à 2004, o que demonstra que o crescimento da categoria profissional não resultou em crescimento da produção do conhecimento e/ou dos estudos que tratam da intervenção profissional. Ao contrário, registra-se uma redução de apresentação de trabalho neste período. Esse evento foi objeto de muitos questionamentos pela categoria profissional e também por estudantes de graduação e pós-graduação em serviço social, tanto no que diz respeito a sua sede, Foz do Iguaçu -PR, quanto sobre o número limitado de inscrições destinadas aos estudantes de Serviço Social,

bem como sobre os valores das inscrições, considerados altos se comparados à média salarial das assistentes sociais à época<sup>57</sup>. A cidade de Foz do Iguaçu – PR, é um Centro de Atrações Turísticas e situa-se na tríplice fronteira Brasil, Argentina e Paraguai, o que a torna uma cidade de alto custo, tanto para o turismo, quanto para eventos, embora tais fatos não a tornem menos interessante como itinerário acadêmico. Tais questionamentos, motivaram o CFESS a publicar Nota de Esclarecimento em 03 de maio de 2007, a fim de apaziguar as insatisfações e esclarecer os processos de decisão dos eventos da categoria<sup>58</sup>. Talvez os elementos supracitados sejam uma pista podendo explicar o porquê da baixa adesão ao CBAS de 2007.

Nos anos de 2010 e 2013 verifica-se um aumento significativo da aprovação de trabalhos, se comparado a 2007. No entanto, o ano de 2010 apresenta um crescimento de 4% em relação a 2007, enquanto em 2013 tem-se um pequeno decréscimo, chegando a apenas 13%, o que perfaz uma diferença de apenas 3 pontos em relação ao CBAS de 2007. Destaca-se que em 2010 a categoria teve uma conquista importante que foi a aprovação do Projeto de Lei 152/2008, que estabelece a jornada semanal de 30h semanais sem redução salarial.

Em 2016 houve um aumento 4% de trabalhos apresentados, se comparado ao evento de 2013. O CBAS de 2016 foi o maior evento da categoria profissional até aquele período, com número recorde de inscrições, mais 4 mil inscritos. Ocorreu entre os dias 5 e 9 de setembro de 2016, no Centro de Convenções de Olinda (PE). Tendo como tema os “80 anos do Serviço Social no Brasil – a certeza na frente, a história na mão”, marcou mais uma vez a história do Serviço Social brasileiro com seu grito e posicionamento frente ao governo ilegítimo de Michel Temer, empossado logo após o afastamento da presidenta Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016; e aos retrocessos e atentados à democracia, aos direitos previdenciários e trabalhistas, a regressão política e social, foram objeto de amplos protestos e manifestações da categoria, pois o país mergulhava em um processo de aprofundamento de perda de direitos e de conquistas históricas da classe trabalhadora.

---

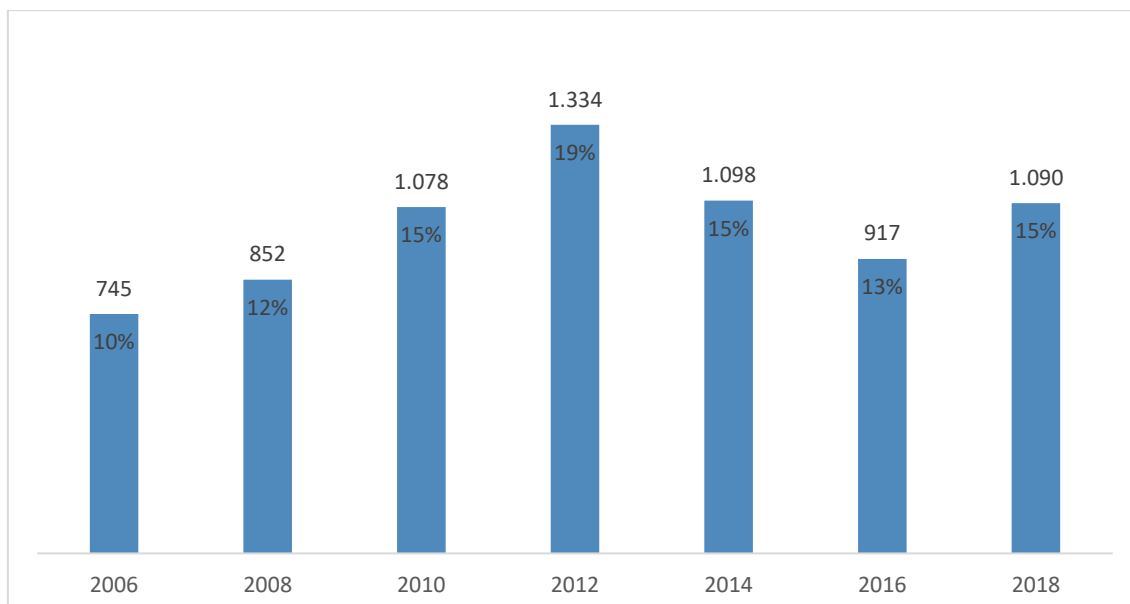
<sup>57</sup> Segundo o CFESS “ De acordo com dados do Salariômetro (2018) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), a média salarial da categoria é de R\$2.528,00, embora existam projetos de lei na Câmara dos Deputados reivindicando um piso em torno de R\$4.000,00. A jornada semanal de trabalho da assistente social deve ser de, no máximo, 30 horas, de acordo com a Lei 8.662/1993”. CFESS. Perguntas Frequentes. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/perguntas-frequentes>. Página consultada em: maio de 2021.

<sup>58</sup> A referida Nota se encontra ainda disponível para consulta em: <http://www.cfess.org.br/pdf/nota.esclarecimento.XII.cbases.IV.enss-maio2007.pdf>. Consulta em: maio de 2021.

O CBAS de 2019 foi o maior evento já ocorrido na história do Serviço Social brasileiro e contou com participação de quase 5 mil pessoas e um total de 1.800 trabalhos apresentados. Teve como tema “40 anos da Virada” e foi realizado em Brasília – DF, no Ginásio Nilson Nelson no período de 30 de outubro a 3 de novembro de 2019. Registra-se neste CBAS um aumento de 5% do número de trabalhos apresentados em relação ao mesmo evento realizado em 2016. Ressalta-se que, neste trabalho não foi possível reunir elementos ou argumentos que expliquem estas mudanças nas apresentações de trabalhos, mas pode se inferir que a resposta envolve condições da formação e do trabalho profissional na conjuntura de realização dos eventos. O total de trabalhos apresentados nos CBASs no período analisado (no decorrer de sete eventos, equivalente a dezoito anos) foi de 8.322 comunicações orais, deste número apenas 0,51% (43 trabalhos) dos textos abordam a temática do Serviço Social em empresas.

Já os trabalhos apresentados na forma de comunicação oral nos ENPESSs demarcam o período de 2006 a 2018, conforme o Gráfico 2. Como pode ser observado, em 2012 foi ano que teve maior índice de trabalhos apresentados com 19%, foi o ano em que a ABEPSS completou 66 anos.

**Gráfico 2 – Valores nominais e Proporcionalidades de Trabalhos Apresentados por cada evento do ENPESS**



Fonte: Elaboração própria. Dados coletados dos Anais dos ENPESSs, mar. 2021.

Nos trabalhos apresentados durante o período analisado nos ENPESSs (decorrer de sete encontros, equivalente a treze anos) foram identificados um total de 7.123

trabalhos, deste número apenas 0,64% (46 trabalhos) tratam sobre o tema. Então, foram apresentados em torno de 15.445 trabalhos durante o período analisado dos dois eventos, CBAS e ENPESS. Deste contingente, 0,57% (89 trabalhos) tratam de alguma forma sobre o Serviço Social em empresas.

Os trabalhos dos CBAS estão distribuídos entre as seguintes sessões temáticas: Trabalho e Formação Profissional (X CBAS); Trabalho, Direitos e Democracia (X CBAS); Relações de Trabalho e Serviço Social (X CBAS); Serviço Social e as Relações de Trabalho (XI CBAS); Projeto Ético Político e Formação Profissional (XII CBAS); Questão Social, Trabalho, Estado e Democracia (XII CBAS); Relações de Trabalho e Espaços Socio Ocupacionais (XII CBAS); Espaços Socio Ocupacionais, Relações e Condições de Trabalho (XIII CBAS); Fundamentos, Trabalho e Formação Profissional (XIV CBAS); Serviço Social, Fundamentos e Trabalho Profissional (XV CBAS); Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional (XVI CBAS)<sup>59</sup>. Como pode ser observado, de modo geral, os trabalhos estão distribuídos nas sessões temáticas que versam sobre Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional, bem como Questão Social, Trabalho e Democracia.

Nos ENPESS, os trabalhos foram identificados nas seguintes sessões temáticas: Fundamentos do Serviço Social (X ENPESS); Política Social (X ENPESS); Formação Profissional e Processo Interventivo do Serviço Social (X ENPESS); Questão Social e Trabalho (X ENPESS; XI ENPESS); Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade Sexual e Serviço Social (XII ENPESS); Política Social e Serviço Social (XII ENPESS; XIII ENPESS); Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social (XII

---

<sup>59</sup> É importante destacar que ao longo do período analisado o CBAS tem o CBAS tem reorganizado suas sessões temáticas de acordo com as conjunturas históricas. Essa reorganização é notória quando se compara as sessões temáticas de 2001 com as de 2019. Em 2001 as sessões foram: INFÂNCIA E JUVENTUDE; SEGURIDADE SOCIAL – SAÚDE; SEGURIDADE SOCIAL – PREVIDÊNCIA E GERAL; SEGURIDADE SOCIAL – ASSISTÊNCIA; QUESTÃO URBANA, MOVIMENTOS SOCIAIS E MEIO AMBIENTE; ÉTICA, POLÍTICA E DIREITOS HUMANOS; ETNIA, GÊNERO ORIENTAÇÃO SEXUAL; TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL; VELHICE E PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS; FAMÍLIA E SOCIEDADE; SERVIÇO SOCIAL E SISTEMA SÓCIO-JURÍDICO; SERVIÇO SOCIAL, CULTURA, EDUCAÇÃO E ARTE; RELAÇÕES DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL; TRABALHO, DIREITOS E DEMOCRACIA; QUESTÃO AGRÁRIA, MOVIMENTOS SOCIAIS E MEIO AMBIENTE. Já em 2019, as sessões foram: TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL; POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL; SERVIÇO SOCIAL, FUNDAMENTOS, FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL; MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL; ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL; QUESTÕES AGRÁRIA, URBANA, AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL; SERVIÇO SOCIAL, RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO/OPRESSÃO DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA, GERAÇÃO E SEXUALIDADES;

ENPESS; XIV ENPESS); Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional (XII ENPESS; XIV ENPESS); e, Trabalho, Questão Social e Serviço Social (XII ENPESS; XIII ENPESS; XIV ENPESS; XVI ENPESS). Nota-se que no ENPESS, os trabalhos estão distribuídos de forma dispersa em diferentes sessões temáticas, o que o diferencia do CBAS.

O CBAS é o principal evento científico da categoria profissional de Serviço Social que acontece a cada três anos e reúne profissionais, professores e estudantes de todo o Brasil. Desde seu III CBAS ocorrido em 1979, conhecido como “Congresso da Virada”, o Serviço Social se tornou uma profissão que assume, enquanto categoria, a defesa dos interesses históricos da classe trabalhadora e expressa publicamente a ruptura com o conservadorismo presente na profissão, de acordo com Abramides (2017). É um espaço de reflexão, de articulação de estratégias coletivas, de debate e organização política tendo como uma de suas finalidades o fortalecimento e o desenvolvimento da categoria, na busca por uma formação permanente e no enfrentamento dos desafios que são postos para a profissão.

Segundo o CFESS (2012), o III CBAS trouxe riquíssimas transformações para a profissão, tanto para o trabalho quanto para a formação profissional. Uma dessas mudanças foi a revisão dos conteúdos da formação profissional, além da adesão aos movimentos sociais e suas pautas reivindicatórias. Além disso, introduziu referenciais teórico-metodológicos e temáticas inspiradas no pensamento crítico oriundos de Marx, que dão embasamento teórico e um direcionamento social de coalisão com os interesses capitalistas, forjando uma nova cultura profissional, que se expressa na atuação política das entidades que representam a categoria profissional (CFESS-CRESS; ABEPSS; ENESSO), nos parâmetros jurídico-políticos normativos da formação e atuação das assistentes sociais (Códigos de Ética de 1986 e 1993; na lei de regulamentação da profissão 8662/93, nas Diretrizes Curriculares de 1982 e 1996) e, significativamente, numa produção teórica mais consolidada da área do Serviço Social. Geralmente tem uma programação organizada com plenárias centrais e simultâneas, espaços de apresentação de trabalhos e lançamento de livros. O quadro 1 mostra os eventos do CBAS que foram priorizados nessa dissertação.



**Quadro 1 – Eventos do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)**

CBAS	ANO	LOCAL	TEMA
X	2001	Rio de Janeiro – RJ	TRABALHO, DIREITOS E DEMOCRACIA
XI	2004	Fortaleza – CE	O SERVIÇO SOCIAL E A ESFERA PÚBLICA NO BRASIL: desafios de construir, afirmar e consolidar direitos
XII	2007	Foz do Iguaçu – PR	QUESTÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: OFENSIVA CAPITALISTA, RESISTÊNCIA DE CLASSE E SERVIÇO SOCIAL
XIII	2010	Brasília – DF	LUTAS SOCIAIS E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL: mediações e a consolidação do Projeto Ético Político Profissional
XIV	2013	Águas de Lindóia - SP	IMPACTOS DA CRISE DO CAPITAL NAS POLÍTICAS SOCIAIS E NO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL
XV	2016	Olinda – PE	80 ANOS DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL – A CERTEZA NA FRENTE, A HISTÓRIA NA MÃO
XVI	2019	Brasília – DF	40 ANOS DA “VIRADA” DO SERVIÇO SOCIAL

Fonte: Elaboração própria. Dados coletados dos Anais dos CBASs, mar. 2021

O ENPESS se tornou um dos principais e importantes eventos científicos da categoria na atualidade, sendo um espaço privilegiado para a comunicação dos resultados de pesquisas e produções acadêmicas. É um dos principais eventos promovidos pela ABEPSS, que acontece a cada dois anos, reunindo pesquisadoras, profissionais e estudantes de todo Brasil, inclusive de outras áreas de ensino que não o Serviço Social. Tem se tornado um espaço fundamental de articulação, de debate intelectual e político com o intercâmbio acadêmico e profissional. A ABEPSS (2016)<sup>60</sup>, destaca a importância grandiosa do evento ENPESS, pois é um evento de pesquisadoras de Serviço Social, cuja contribuição perpassa pela formação continuada, pela produção científica e técnica da área. Além disso, é um espaço de socialização de todos os tipos de trocas, seja de pesquisas, seja de experiências profissionais, de produção do conhecimento na área e, principalmente, para o fortalecimento da categoria e dos posicionamentos políticos da profissão. O ENPESS geralmente tem uma programação diferenciada, pois é constituída de Colóquios, Conferências, Mesas Redondas, apresentação de trabalhos, lançamentos de livros, dentre outras. O quadro 2 mostra os eventos do ENPESS que foram analisados nesse estudo.

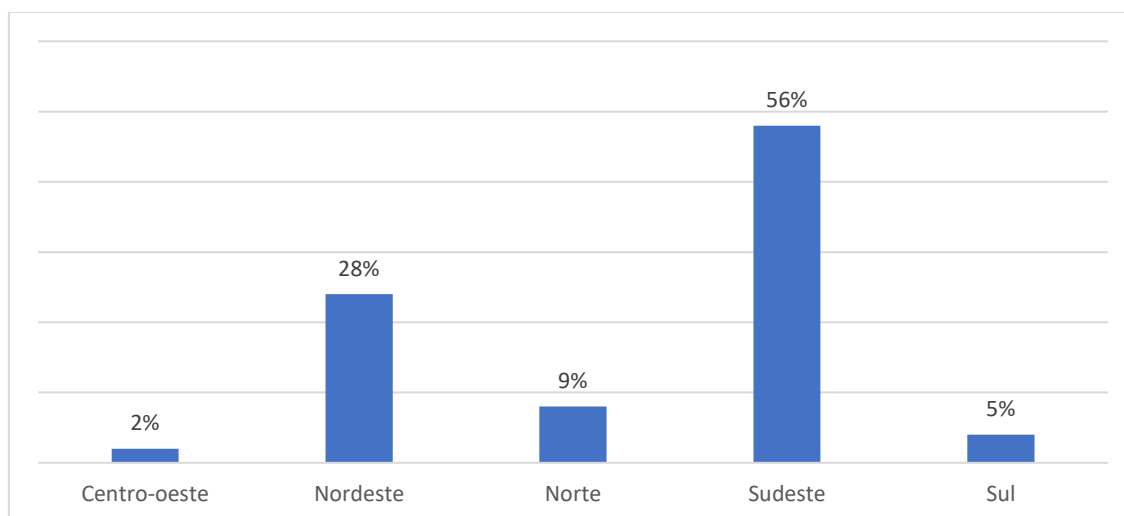
<sup>60</sup> Informações retiradas do sitio da ABEPSS: <http://www.abepss.org.br/enpess/apresentacao-enpess-27>. Acesso em: dez. 2020.

**Quadro 2 – Eventos do Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social (ENPESS)**

ENPESS	ANO	LOCAL	TEMA
X	2006	Recife – PE	CRISE CONTEMPORÂNEA, EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E EMANCIPAÇÃO HUMANA: questões e desafios do Serviço Social no Brasil
XI	2008	São Luís – MA	TRABALHO, POLÍTICAS SOCIAIS E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL: resistência e desafios
XII	2010	Rio de Janeiro – RJ	CRISE DO CAPITAL E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA REALIDADE BRASILEIRA: pesquisa para quê, para quem e como?
XIII	2012	Juiz de Fora – MG	SERVIÇO SOCIAL, ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E LUTAS SOCIAIS: o desenvolvimento em questão
XIV	2014	Natal – RN	LUTAS SOCIAIS E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: desafios para o Serviço Social no contexto da crise do capital
XV	2016	Ribeirão Preto – SP	20 Anos de Diretrizes Curriculares, 70 Anos de ABEPSS e 80 Anos de Serviço Social
XVI	2018	Vitória – ES	EM TEMPOS DE RADICALIZAÇÃO DO CAPITAL, LUTAS, RESISTÊNCIAS E SERVIÇO SOCIAL

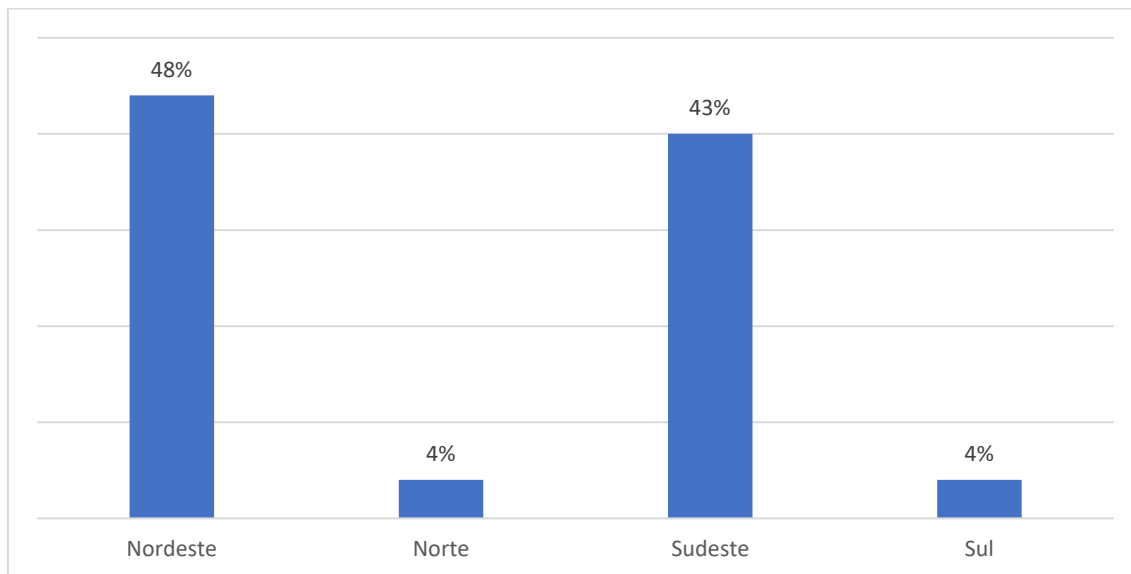
Fonte: Elaboração própria. Dados coletados dos Anais dos ENPESSs, mar. 2021

No segundo momento da pesquisa analisou-se as informações gerais dos trabalhos apresentados nos dois eventos. Para tal, foi elaborado um segundo quadro contendo as seguintes informações: nº do texto; título do trabalho; o tema ou assunto do texto; ano; autoria; formação; vínculo profissional; região geográfica; tipo de pesquisa sessão temática; e, tipo de apresentação. Dessa forma, foram identificados 89 trabalhos, havendo um equilíbrio entre os eventos, sendo 43 do CBAS e 46 do ENPESS oriundos das regiões geográficas informadas no Gráfico 3 e Gráfico 4.

**Gráfico 3 – Quantidade de Trabalhos Apresentados nos CBASs por região geográfica:**

Fonte: Elaboração própria. Dados coletados dos Anais dos CBAS, mar. 2021.

**Gráfico 4 – Quantidade de Trabalhos Apresentados nos ENPESSs por região geográfica:**



Fonte: Elaboração própria. Dados coletados dos Anais dos ENPESSs, mar. 2021.

Como pode ser observado nos gráficos 3 e 4, as regiões com maior concentração de trabalho são as regiões sudeste e nordeste. Nessas regiões concentram-se os maiores parques industriais do país. Na região sudeste concentra a produção industrial e agrícola, além de setores de comércio e serviços. Em São Paulo se encontra o principal parque industrial brasileiro como o setor automotivo (montadoras de automóveis, veículos de carga, máquinas agrícolas e aviões), além do setor agropecuário, nos quais se destacam a pecuária bovina e a indústria frigorífica exportadora e o cultivo de laranja. Além disso, nesta região concentram-se as sedes da maioria das grandes empresas estatais brasileiras, tais como Petrobrás e Eletrobrá, em cujos espaços ocupacionais se encontram, além de outros profissionais, as assistentes sociais. Na região nordeste também concentra grandes indústrias, tem uma econômica baseada no agronegócio, agropecuária e agricultura, além do extrativismo vegetal e mineral. No setor industrial existem inúmeras empresas instaladas pela região, tais como a Petrobras Distribuidora, a Shell do Brasil e a Bunge Alimento<sup>61</sup>.

A respeito das características do perfil autoral<sup>62</sup>, identificou-se a predominância feminina na escrita dos trabalhos nos dois eventos. São mulheres com formação em

<sup>61</sup> Informações retiradas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

<sup>62</sup> Ressalta-se que, as informações a respeito da formação das autoras não tinham nos textos e para obtê-las foi realizada consulta na plataforma *Lattes* do CNPq, pesquisando por meio do currículo *lattes*.

Serviço Social, além de duas nos eventos do ENPESS com formação nas áreas de economia e pedagogia. Sobre o vínculo profissional, foi possível identificar que no CBASs a maioria tinha vínculo profissional como Assistentes Sociais, seguida de Professoras e Estudantes. No caso dos ENPESS, esse quadro se inverte, pois a predominância é dos Estudantes, seguida das Professoras e depois das Assistentes Sociais. Pelas características dos eventos, era esperado que no CBAS o número de profissionais com vínculo como Assistentes Sociais fosse maior do que no ENPESS. Por outro lado, é interessante observar a predominância dos Estudantes nos ENPESS, isso mostra um interesse e engajamento de estudantes ao participarem destes eventos e a importância deste momento de socialização do conhecimento para formação continuada.

Outro dado são os Tipos de Pesquisas a que se referem os textos, ou seja, de onde são oriundas as produções apresentadas nos trabalhos dos eventos: reflexões teóricas, resultados de pesquisa (teórica e empírica) ou de sistematização do trabalho profissional. É sabido que estes trabalhos são frutos de reflexões ou pesquisas feitas por estas profissionais, estudantes e professoras. Nesse sentido, delimitou-se os tipos de pesquisa a partir da leitura dos resumos dos trabalhos. É importante destacar que, compreende-se Sistematização do Trabalho Profissional à luz das reflexões feitas por Almeida (2009) sobre sistematização da prática em Serviço Social. Conforme, o autor a sistematização da prática se refere a um esforço crítico e de natureza teórica “sobre a condução da atividade profissional, constituindo-se como um esforço problematizador sobre suas diferentes dimensões em relação às expressões cotidianas da realidade social, mediatizadas [...] sobretudo pelas disputas societárias” (ALMEIDA, 2009, p. 4-5).

Portanto, os textos foram distribuídos nos Tipos de Pesquisa da seguinte forma: na Sistematização do Trabalho Profissional foram classificados os textos que falavam do cotidiano profissional, demandas, relato de experiência e que fizessem reflexões sobre o trabalho profissional no âmbito das empresas capitalistas; nas Reflexões Teóricas foram classificados os textos que se auto intitulavam como reflexões teóricas; e, no Resultado de Pesquisa foram encaixados os textos que eram frutos de resultados de projeto de pesquisa ou de projeto de extensão, projeto de tese de doutorado ou sistematização dos dados empíricos destas, projeto de dissertação de mestrado ou sistematização dos dados, resultados de pesquisa de TCC, resultados de iniciação científica e reflexões de estágio.

Do ponto de vista quantitativo, no CBASs identificou-se que do total de 43 trabalhos apresentados, 11 eram resultado de Sistematização do Trabalho Profissional,

seguidos de 11 Resultados de Reflexão Teórica e 21 trabalhos são oriundos de Resultado de Pesquisa (teórica e empírica). Nos ENPESSs, 41 textos são oriundos de Resultado de Pesquisa, 3 de Reflexões Teóricas e 2 de Sistematização do Trabalho Profissional. Tratam-se de trabalhos nas formas de Comunicação Oral e Pôster. Com exceção dos CBAS de 2016 e 2019 em que todas as comunicações foram apresentadas no formato Pôster, não foi possível especificar o quantitativo de cada forma de apresentação, pois alguns Anais não tinham essa especificação.

Os dados acima reforçam a importância da pesquisa para o trabalho profissional. Segundo Guerra (2009), a pesquisa é uma garantia do estatuto de maioria intelectual da profissão e é no cotidiano profissional, ao cumprir suas atribuições e competências sócio-profissionais “que se realizar permanentemente a pesquisa das condições e relações sob as quais o exercício profissional se realiza, dos objetos de intervenção, das condições e relações de vida, trabalho e resistência dos sujeitos sociais que recebem os serviços” (GUERRA, 2009, p. 703). As reflexões feitas por Setúbal (2013) mostraram que a preocupação com a produção de pesquisa está no interior da profissão, uma preocupação voltada para produções de pesquisa que dê conta das exigências derivadas da reorganização da nova sociedade do trabalho e que ofereça respostas às demandas sociais e um agir profissional comprometido com as mudanças sociais. Para Setúbal (2013, p. 184), a “produção do conhecimento no Serviço Social está devidamente situada na ordem do dia a dia da profissão”. Além disso, de acordo com Guerra (2009), a formação tem projeto de formação de profissionais capazes de desvendar as dimensões constitutivas da questão social. Além do mais, que compreenda o significado e funcionalidade das ações instrumentais a este parâmetro por meio da “pesquisa, a fim de identificar e construir estratégias que venham a orientar e instrumentalizar a ação profissional, permitindo não apenas o atendimento das demandas imediatas e/ou consolidadas, mas sua reconstrução crítica” (GUERRA, 2009, p. 702).

Delimitou-se os temas abordados a partir dos títulos e da leitura dos resumos, conforme expresso nos quadros 3 e 4. Em muitos casos, o tema já aparecia no enunciado. Dessa forma chegou-se aos seguintes temas: Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho; Consultoria e Serviço Social; Gênero, Raça e Diversidade Sexual no setor Empresarial; Gestão Social de Programas e Recursos Humanos; Identidade Profissional na Reestruturação Produtiva; Meio Ambiente e Serviço Social; Qualificação Profissional; Reestruturação Produtiva; Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social; Saúde do Trabalhador; Serviço Social e o Programa Qualidade Total.

Quadro 3 – Tema dos trabalhos apresentados nos CBASs

CBAS – informações sobre os textos			
Texto	Título do Trabalho Apresentado	Tema	Ano
1	“A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS EM EMPRESAS NOS ANOS 90”	Qualificação Profissional	2001
2	“METAMORFOSES NA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA”	Identidade profissional na Reestruturação Produtiva	2001
3	“REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: OS ASSISTENTES SOCIAIS E A PERCEPÇÃO DAS MUDANÇAS”	Reestruturação Produtiva	2001
4	“EMPRESA CIDADÃ.OS PROGRAMAS SOCIAIS E SEUS IMPACTOS DENTRO E FORA DA EMPRESA”	Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social	2001
5	“UMA ANÁLISE SOBRE UMA EXPERIÊNCIA DE GESTÃO SOCIAL DE UM PROGRAMA EMPRESARIAL EM COMUNIDADES DE BAIXA RENDA”	Gestão Social de Programas e RH	2001
6	“A PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL EMPRESARIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2001
7	“RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL: ESPAÇO ALTERNATIVO DE ENFRENTAMENTO DOS PROBLEMAS SOCIAIS”	Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social	2001
8	“A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA INDUSTRIAL E AS NOVAS PRÁTICAS DE CONSTRUÇÃO DE CONSENSO DO TRABALHADOR”	Reestruturação Produtiva	2004
9	“O REDIMENSIONAMENTO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL PÓSREESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: UM ESTUDO EM EMPRESAS DO PÓLO ELETROELETRÔNICO DO DISTRITO INDUSTRIAL DE MANAUS”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2004
10	“O SERVIÇO SOCIAL E AS NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO NAS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS”	Gestão Social de Programas e RH	2004
11	“SERVIÇO SOCIAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS EXCLUÍDOS DAS EMPRESAS DE GRANDE-PORTE DO PÓLO ELETRO-ELETRÔNICO DO DISTRITO INDUSTRIAL DE MANAUS”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2004
12	“TRABALHO ALIENADO E RESPONSABILIDADE SOCIAL”	Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social	2004
13	“TRAJETÓRIAS NO MERCADO DE TRABALHO: O DESLOCAMENTO DE TRABALHADORES PARA O EM EMPRESAS DE MENOR PORTE, INFORMAL E POR CONTA PRÓPRIA”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2004
14	“RESPONSABILIDADE SOCIAL: UMA ABORDAGEM EM EMPRESAS DE MACEIÓ”	Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social	2004

15	“O SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA DA EMPRESA X”	Serviço Social e Programa de Qualidade de Vida	2007
16	“REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EMPRESA”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2007
17	“RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: PARCERIA INTERINSTITUCIONAL TRILHANDO CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE SOCIAL”	Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social	2007
18	“TENDÊNCIAS DO FAZER PROFISSIONAL NA EMPRESA: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS NUMA EMPRESA DO SETOR ELÉTRICO”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2007
19	“TRABALHO E INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO ESPAÇO EMPRESARIAL”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2007
20	“PROJETOS SOCIETÁRIOS: DIVERSIDADE DE DIMENSÕES E CÓDIGO DE ÉTICA DAS EMPRESAS”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2007
21	“SEM FINS LUCRATIVOS? UMA ABORDAGEM DA "RESPONSABILIDADE SOCIALEMPRESARIAL" NO BRASIL”	Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social	2007
22	“ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM SITUAÇÕES DE CONTINGÊNCIA: NOVAS DEMANDAS PARA O SERVIÇO SOCIAL NAS EMPRESAS	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2010
23	“OS TREINAMENTOS CORPORATIVOS COMO ESPAÇO DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL: POR QUE NÃO?”	Qualificação Profissional	2010
24	“A RE-CONFIGURAÇÃO DAS BASES PRODUTIVAS E SUA INFLEXÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: possibilidades e limites da prática profissional do assistente social na Empresa”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2010
25	“O SERVIÇO SOCIAL NOS PROGRAMAS DE “RESPONSABILIDADE SOCIAL” DAS EMPRESAS”	Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social	2010
26	“A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM USINAS DE CANA - DE - AÇÚCAR DE ALAGOAS”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2010
27	“CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS EMPRESAS: Um estudo sobre realidade sócio-ocupacional deste profissional no Município do Natal/RN”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2010
28	“AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL EM MATO GROSSO E SERVIÇO SOCIAL: uma atuação que incita reflexões”	Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social	2010
29	“O SERVIÇO SOCIAL NAS EMPRESAS: relações e condições de trabalho dos assistentes sociais”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2010

30	“O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL DA EMPRESA E SUA RELAÇÃO COM O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: Uma reflexão a partir da realidade da Petrobrás na cidade de Macaé”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2010
31	“O SIGNIFICADO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NAS FUNDAÇÕES EMPRESARIAIS: notas introdutórias”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2013
32	“CONSULTORIA EMPRESARIAL: o Serviço Social posto à prova”	Consultoria e Serviço Social	2013
33	“SERVIÇO SOCIAL NA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS: avanços e desafios na Diretoria Regional São Paulo Interior”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2013
34	“A SISTEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL EM EMPRESA A PARTIR DA ANÁLISE DE INDICADORES SOCIAIS”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2013
35	“SERVIÇO SOCIAL NA EMPRESA: NOVAS DEMANDAS À PROFISSÃO”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2013
36	“DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS: terceiro setor e a responsabilidade social empresarial”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2013
37	“ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM EMPRESAS: Desafios e possibilidades em uma empresa pública do Estado do Rio de Janeiro”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2013
38	“POSSIBILIDADES E LIMITES DA INSERÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA ÁREA DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EMPRESARIAL”	Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social	2013
39	“SERVIÇO SOCIAL DE EMPRESA NA AGENDA DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2016
40	“O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL: O Rebatimento do Exercício Profissional na Esfera Privada”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2016
41	“DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS SERVIÇO SOCIAL DE EMPRESA FACE ÀS TRANSFORMAÇÕES NOS PROCESSOS DE TRABALHO: reflexões preliminares”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2016
42	“COMISSÃO DE EMPRESA - VIA DE REFLEXÃO E RESISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DE EMPRESA”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2019
43	“O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES (EBSERH)”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2019

Fonte: Elaboração própria. Dados coletados dos Anais dos CBASs, mar. 2021.



Quadro 4 – Tema dos trabalhos apresentados nos ENPESSs

ENPESS – informações sobre os textos			
Texto	Título do Trabalho Apresentado	Tema	Ano
1	“A RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM O TRABALHADOR NOS PROGRAMAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL”	Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social	2006
2	“PENSANDO A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: A CONCEPÇÃO DOS ALUNOS DE SERVIÇO SOCIAL DE NATAL – RN”	Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social	2006
3	“AS ESTRATÉGIAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS E A CONQUISTA DA SUBJETIVIDADE DO TRABALHADOR”	Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social	2006
4	“AS RELAÇÕES TRABALHISTAS NAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DO SETOR CALÇADISTA DE FRANCA/SP”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2006
5	“O SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO DO TRABALHO E O DISCURSO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL”	Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social	2006
6	“O TRABALHO VOLUNTÁRIO NA ÓRBITA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: estratégia de exploração e controle da força de trabalho”	Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social	2006
7	“REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA E QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO requisitos para uma política pública de formação profissional”	Qualificação Profissional	2006
8	“OS PROGRAMAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS EMPRESAS DE MACEIÓ FRENTE À POLÍTICA DA DIVERSIDADE”	Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social	2006
9	“SERVIÇO SOCIAL E MEIO AMBIENTE: A INTERVENÇÃO DAS/DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS AÇÕES SÓCIO-AMBIENTAIS DAS EMPRESAS AMBIENTALMENTE RESPONSÁVEIS EM RECIFE”	Meio Ambiente e Serviço Social	2006
10	“RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: percepções e práticas do empresariado natalense”	Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social	2006
11	“A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E O TRABALHO VOLUNTÁRIO: estratégia de captura da subjetividade do trabalhador”	Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social	2008
12	“CONTROLE DE QUALIDADE e QUALIDADE DE VIDA: atuais formas de controle do capital sobre o trabalho na reestruturação empresarial brasileira nos anos de 1990”	Serviço Social e Programa Qualidade de Vida	2008
13	“A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DESENVOLVIDAS NAS EMPRESAS EM MATO GROSSO”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2008
14	“NOVAS ESTRATÉGIAS DE BUSCA DE CONSENSO: o modelo da responsabilidade social empresarial”	Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social	2008

15	“RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EMPRESARIAL NO CABO DE SANTO AGOSTINHO”	Meio Ambiente e Serviço Social	2008
16	“FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DA EMPRESA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO S.A. ALBRAS”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2008
17	“OS IMPACTOS DA RACIONALIDADE DA “RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA” PARA O SERVIÇO SOCIAL. Um estudo de caso sobre uma empresa estatal do setor elétrico brasileiro”	Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social	2010
18	“AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM EM EMPRESAS DE CONSULTORIA”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2010
19	“NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NAS FUNDAÇÕES E INSTITUTOS EMPRESARIAIS NO ÂMBITO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL: inserção, limites e possibilidades”	Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social	2010
20	“CONTROLE DO TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL DE EMPRESA: um estudo no setor têxtil”	Gestão Social de Programas e RH	2010
21	“RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL”	Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social	2010
22	“A SISTEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL EM EMPRESA A PARTIR DA ANÁLISE DE INDICADORES SOCIAIS”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2010
23	“SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO: desdobramentos históricos e analíticos”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2010
24	“O FAZER PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NOS RECURSOS HUMANOS: Um estudo de caso na esfera privada”	Gestão Social de Programas e RH	2010
25	“RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO SETOR SUCROALCOOLEIRO DE ALAGOAS UM ESPAÇO DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL”	Meio Ambiente e Serviço Social	2010
26	“GÊNERO, RAÇA e DIVERSIDADE SEXUAL NO SETOR EMPRESARIAL: entre o discurso e a prática”	Gênero, Raça e Diversidade Sexual no Setor Empresarial	2010
27	“RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E DESIGUALDADES DE GÊNERO: um estudo de caso”	Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social	2010
28	“A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E O TRABALHO VOLUNTÁRIO NA ATUAL REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA: a cultura da qualidade em questão”	Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social	2012
29	“CONSULTORIA SOCIAL: ESTRATÉGIA DE MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHADOR”	Consultoria e Serviço Social	2012
30	“TRABALHADORES BANCÁRIOS EM EMPRESAS RESULTANTES DE FUSÃO: O caso do Santander no município de Juiz de Fora/MG”	Reestruturação Produtiva	2012
31	“CONSULTORIA EMPRESARIAL DE SERVIÇO SOCIAL: faces da precarização e terceirização profissional”	Consultoria e Serviço Social	2014
32	“PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: impactos da precarização do trabalho na saúde dos trabalhadores do DERBA”	Saúde do Trabalhador	2014
33	“REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E OS SEUS IMPACTOS PARA A SAÚDE DO TRABALHADOR DA AVIAÇÃO CIVIL DO BRASILEIRA”	Saúde do Trabalhador	2014

34	“RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: um novo espaço de atuação do Serviço Social”	Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social	2014
35	“ALTERAÇÃO DA INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EMPRESA POR MEIO DE DESLOCAMENTO DE CARGO”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2014
36	“TENDÊNCIAS E TENSÕES NA RELAÇÃO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2014
37	“A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NAS EMPRESAS: o caso do ItaúUnibanco	Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social	2016
38	“A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EMPRESA PRIVADA: as tendências do exercício profissional na contemporaneidade”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2016
39	“TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO MUNDO DO TRABALHO NO CENÁRIO DA EMPRESA E SEUS REBATIMENTOS NA AÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2016
40	“A EBSEERH COMO EXPRESSÃO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2016
41	“EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES: uma discussão a partir do Serviço Social”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2016
42	“SERVIÇO SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2016
43	“A OUTRA FACE DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: um olhar crítico acerca de práticas empresariais”	Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social	2018
44	“OS IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA CATEGORIA BANCÁRIA”	Reestruturação Produtiva	2018
45	“A EBSEERH E O SERVIÇO SOCIAL: reflexões sobre o processo de trabalho do Assistente Social num hospital de alta complexidade”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2018
46	“UMA ANÁLISE DAS FUNÇÕES DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS EMPRESAS PRIVADAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM”	Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho	2018

Fonte: Elaboração própria. Dados coletados dos Anais dos ENPESSs, mar. 2021.

Os quadros 3 e 4 mostram os principais temas abordados nos trabalhos apresentados nos eventos. Observa-se que no CBAS o tema mais abordado está relacionado à Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho com 25 trabalhos, destes destaca-se que 6 foram apresentados no evento que ocorreu em 2010 e 6 no ano de 2013 (os demais estão distribuídos entre os anos 2007 (4), 2004 (3), 2016 (3), 2019 (2) e 1 em 2001). Em segundo lugar aparece a temática sobre Responsabilidade Social

Empresarial e Serviço Social em 9 trabalhos (anos 2001, 2004 e 2007). Os demais textos estão distribuídos entre temáticas: Reestruturação Produtiva (2); Gestão Social de Programas e Recursos Humanos (2); Qualificação Profissional (2); Consultoria e Serviço Social (1); Identidade Profissional na Reestruturação Produtiva (1); e, Serviço Social e Programa de Qualidade de Vida (1). Estes foram apresentados nos eventos que ocorreram entre os anos 2001, 2004 e 2007.

No ENPESS, o tema que mais aparece nos textos está relacionado à Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social com 17 trabalhos, dos quais 7 foram apresentados no evento de 2006 e 4 no ano de 2010; Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho aparece em segundo lugar com 15 trabalhos, dos quais 5 foram apresentados em 2016 e 3 em 2010. Os outros textos estão distribuídos entre as temáticas: Consultoria e Serviço Social (2); Gênero, Raça e Diversidade Sexual no setor Empresarial (1); Gestão Social de Programas e Recursos Humanos (2); Meio Ambiente e Serviço Social (3); Qualificação Profissional (1); Reestruturação Produtiva (2); Saúde do Trabalhador (2); Serviço Social e o Programa Qualidade Total (1). Os trabalhos destes temas foram apresentados entre os anos 2006, 2008 e 2010.

Os dados acima mostram que a maioria dos trabalhos estão relacionados ao tema Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho com 40 trabalhos (41,85%), sendo 25 no CBAS e 15 no ENPESS. Em segundo lugar aparece a Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social com 26 trabalhos (27,11%), sendo 17 trabalhos oriundos do ENPESS e 9 do CBAS. Outro dado importante é que a maioria dos trabalhos sobre primeiro tema foi apresentada nos eventos que ocorreram entre 2010 a 2016. Já os trabalhos referentes ao segundo tema foram apresentados nos eventos que ocorreram entre anos de 2001 a 2010. A requisição do trabalho profissional nas empresas capitalistas emerge de uma necessidade da empresa como destaca Mota (2010a), haja vista que a prestação de serviços profissionais neste campo é pautada na mediação de conflitos e interesses antagônicos constituída numa relação historicamente conflituosa (entre as necessidades da empresa e o compromisso com a classe trabalhadora). O maior desafio profissional no âmbito das empresas capitalistas é desenvolver seu trabalho reforçando o seu compromisso político alinhado ao projeto ético-político profissional. Nesse sentido, a preocupação das autoras em relação à pesquisa sobre a atuação profissional, condições e espaços de trabalho está relacionada à necessidade de se conhecer e refletir sobre as novas demandas encaminhadas para o Serviço Social no campo empresarial, externando

suas dificuldades, demandas e frisando a importância deste espaço de atuação para a qualificação do trabalho e da formação profissional.

O texto de Pinto (2001) apresentado no CBAS 2001, conforme o quadro 1, intitulado “A prática do Serviço Social Empresarial: desafios e Perspectivas”, contextualiza nas novas formas de demandas por meio da reorganização e gestão do trabalho na área de recursos humanos e nas novas tendências de gestão de pessoal empregada pelas empresas, colocando para as assistentes sociais o papel de gerir pessoas a partir das definições do capital, realizando uma ação pedagógica voltada para o desenvolvimento do trabalhador. Já o texto de Nogueira (2004) apresentado no CBAS de 2004, tema: “O redimensionamento do trabalho do assistente social pósreestruturação produtiva: um estudo em empresas do pólo eletrônico do distrito industrial de Manaus”, mostrou preocupações em relação ao redimensionamento na ação profissional da assistente social na área empresarial, visando a qualidade de vida do trabalhador no ambiente de trabalho, o envolvimento do trabalhador com as metas de produtividade e competitividade da empresa no mercado. Segundo a autora, a legitimidade do assistente social na empresa manifesta-se pela tomada de consciência dos gerentes de produção e de recursos humanos das habilidades desse profissional para implementar esses programas de "envolvimento" dos trabalhadores. A autora ainda demonstrou preocupação com intensa redução do espaço profissional na área empresarial da indústria e com a visível perda desse espaço profissional. Ventura e Carmo (2007), no trabalho apresentado em 2007 com o tema “Trabalho e intervenção profissional do Serviço Social no espaço empresarial”, refletiram sobre os desafios enfrentados pelas profissionais nas empresas colocando a prova sua capacidade de trabalho a serviço das empresas que as contratam e que controlam seu trabalho e ao mesmo tempo que atender aos interesses da classe trabalhadora, seguindo os princípios fundamentais do Projeto Ético Político da profissão. As autoras destacam a necessidade do debate tanto ao nível da intervenção profissional, buscando a definição de estratégias de enfrentamento desses novos tempos, como no sentido de sistematizar o levantamento de competências requeridas para este enfrentamento no âmbito acadêmico, da formação profissional. Alertam para o fato de que a tendência do mercado é cada vez mais suprimir o campo dos conhecimentos profissionais, para requerer habilidades e qualidades individuais, bem como capacidades e habilidades operativas.

O trabalho apresentado por Arnoud et. al em 2010, tema “A re-configuração das bases produtivas e sua inflexão nas relações de trabalho: possibilidades e limites da prática profissional do assistente social na empresa”, refletiu sobre as novas demandas oriundas dos impactos das relações de trabalho, sendo necessário o atendimento sócio familiar dos empregados das empresas tanto pelo Serviço Social quanto pelos psicólogos. As autoras destacam que a presença de assistentes sociais nas empresas capitalistas, acima de tudo, vem confirmar que a expansão do capital implica na criação de novas necessidades sociais, considerada a expansão do trabalho coletivo. Nesse sentido, a nova forma de intervenção profissional na área de gestão da política social, que contempla tanto os benefícios sociais assim como os novos projetos instituídos a partir da gestão da qualidade total, passam a exigir novos conhecimentos e habilidades profissionais, além de exigir um novo perfil comportamental, por isso ressalta-se a importância de se refletir sobre o trabalho do Serviço Social na área empresarial.

No panorama geral, se juntar todos os trabalhos que não tratam sobre Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho e Gênero, Raça e Diversidade Sexual no setor Empresarial, nota-se um número significativo de trabalhos que foram apresentados nos eventos que ocorreram entre 2001 a 2010 estão relacionadas aos processos ou programas oriundos da reestruturação produtiva e juntos somam a maioria dos trabalhos. Esse dado está relacionado à diversos fatores, sobretudo ao avanço da reestruturação produtiva, que como foi dito neste trabalho, ampliou os campos de trabalho neste período, especificamente a partir da transferência da política de assistência para a sociedade civil e para as chamadas parcerias público-privadas que encorajaram o voluntariado e as instituições do terceiro setor, segundo Montañó (2010).

Além disso, estão relacionados aos processos de contrarreformas trabalhistas e previdenciárias efetivadas no governo Lula e ao crescimento dos investimentos realizado pelas empresas estatais durante o período de 2001 e desde então tem tido um crescimento quase que contínuo, como destaque por Pochmann (2007). Tendo em vista o aumento dos investimentos as empresas buscam ampliar também as estratégias de responsabilidade social. Uma das ações ocorre na área de gestão da política social, que contempla tanto os benefícios sociais assim como os novos projetos instituídos a partir da gestão da qualidade total. Esses novos projetos associados à implementação, a partir de 2004, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), abriu campo de atuação para profissão, influenciando a produção do conhecimento sobre os temas. A ampliação do trabalho

profissional no campo da saúde também pode ter influenciado, principalmente nos setores de planos e seguros de saúde da iniciativa privada, “que passam a contratar profissionais, assim como as mudanças nos programas da área da saúde mental e das drogas, afora a expansão de serviços de emergência e pronto atendimento” (MOTA, 2014, p. 696). No setor público tem sido contratada pela via da terceirização gestada pelas Organizações Sociais (OS), isso vai impactar nas empresas estatais de economia-mista, uma vez que as empresas de seguros ganham impulso em detrimento da precariedade da prestação de serviços ofertados na saúde pública.

O perfil geral dos textos mostra uma mescla entre os temas abordados nos trabalhos apresentados nos eventos. Por um lado, são abordados os temas que marcam historicamente lugar de atuação das assistentes sociais nas empresas capitalistas que são: Gestão Social de Programas e Recursos Humanos, Saúde do Trabalhador e Serviço Social e Programa de Qualidade de Vida Qualificação Profissional. Por outro, os temas que demarcam o lugar da profissão na recente reestruturação produtiva que são: Responsabilidade Social Empresarial e Serviço Social, Reestruturação Produtiva, Consultoria e Serviço Social e Identidade Profissional na Reestruturação Produtiva. Este é o perfil das comunicações sobre o trabalho profissional das assistentes sociais em empresas capitalistas nos trabalhos dos eventos CBAS e ENPESS, a partir dos anos 2001 e 2006, respectivamente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo de produção capitalista vem se consolidando e evoluindo-se globalmente, emergindo nas diferentes formações sociais de acordo com a realidade de cada formação, tendo suas bases fincadas na existência de classes sociais antagônicas, na apropriação privada dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida e na subordinação do trabalho ao capital. Consolida ainda, profundas transformações societárias que historicamente levaram à sua instauração e seu desenvolvimento de produção e reprodução, que contraditoriamente culminaram na sua consolidação como sistema produtivo hegemônico.

Entre fases, estágios e crises há sempre estratégias para manter o ritmo da acumulação. Uma dessas estratégias é a reestruturação produtiva e seu avanço na era da acumulação flexível. O objetivo central da reestruturação produtiva empregada pelo capital foi modificar as bases produtivas do capitalismo para voltar a acumular. Esta, foi colocada em curso a partir da década de 1970, em função da crise estrutural e do desmoronamento do fordismo/taylorismo no contexto industrial de produção e acumulação. Essas mudanças impactaram significativamente no universo do trabalho e na vida dos/as trabalhadores/as, principalmente na era da evolução tecnológica da informação e comunicação. Tais transformações, acarretaram mudanças radicais no que se refere ao tipo de força de trabalho necessária à sua efetivação. Essa evolução tem modificado o mercado e reconfigurando as modalidades de trabalho no capitalismo na contemporaneidade.

A reestruturação produtiva, baseado na flexibilidade, modifica os processos e as formas de contrato de trabalho, como as modalidades de trabalho *home office* e teletrabalho. As formas contratuais de trabalho são substituídas, em grande escala, por formas de trabalho precárias, nas quais não existem vínculos trabalhistas que garantam a proteção do/a trabalhador/a, como é o caso do trabalho temporário, por exemplo.

Na particularidade brasileira a reestruturação produtiva tem aspectos peculiares, pois seu impulso ocorreu a partir dos anos 1994, acompanhada de intensos processos de privatização de empresas estatais, cujas indicações estavam na agenda política que percorria a era neoliberal. As empresas foram reorganizadas para atender às novas exigências do capital. No setor industrial, com a adoção dos programas de qualidade total, sistemas *just-in-time* e *kaban*, a introdução de ganhos salariais relacionados à participação



nos lucros e resultados (como as PLRs) alinhados ao projeto de expansão do neoliberalismo, esse processo alavancou no país.

Sob nova lógica gerencial, parcela de assalariados através dos planos de aposentadorias e dos PDVs foram reduzidos e remanejados. Ademais, houve avanço das estratégias de terceirização e da automatização no setor das telecomunicações, revelando-se como um espaço de trabalho precarizado, principalmente com a incorporação das empresas de *call center* e *telemarketing*. Infelizmente, estes espaços são marcados pela precarização, exploração e intensificação de ritmos de trabalho. O crescimento das empresas de terceirização, cuja força de trabalho é de perfil temporário, é uma das características da reestruturação produtiva no Brasil, além do precário trabalho informal. Essas estratégias reconfiguram as empresas capitalistas, tanto do ponto de vista da reorganização dos mecanismos de ampliação da produção quanto do ponto de vista dos processos de trabalho e da mudança do perfil profissional.

A profissão de Serviço Social é chamada atuar na equipe interprofissional dos CCQs e programas de qualidade total voltados para aproximação entre gerência e trabalhadores, sob a valorização do discurso da participação social e nos incentivos salariais a partir da meritocracia e das premiações. Na gerência de recursos humanos, que se baseia na formação de um quadro funcional laboral minimamente eficiente e nos Programas de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), no qual a função das assistentes sociais é monitorar o processo e a instrumentalização de ações gerenciais. A nova dinâmica empresarial vai exigir do Serviço Social um perfil profissional requalificado e com uma atuação mais gerencial, multifuncional e polivalente. Assim, as profissionais atuam em diversas áreas das empresas, vinculando-se às áreas da saúde do trabalhador, a programas de responsabilidade social, treinamentos e capacitações, benefícios, etc. sendo que algumas destas atribuições podem ser distribuídas em diversos setores organizacionais.

As análises deste estudo mostraram que a produção do conhecimento sobre o Trabalho Profissional no âmbito das empresas capitalistas ainda é uma temática pouco abordada no seio dos principais eventos da categoria profissional de Serviço Social. As poucas produções estão concentradas no âmbito acadêmico, ou seja, a academia tem discutido o Serviço Social no âmbito das empresas, ainda que seja de modo restrito aos às áreas de atuação decorrentes dos recentes processos de reestruturação produtiva ou da falácia da responsabilidade social empresarial.

O perfil geral da produção do Serviço Social sobre o trabalho profissional nas empresas capitalistas a partir das análises dos trabalhos apresentados no CBAS e ENPESS, mostrou a predominância feminina nas produções e cujas produções são oriundas das regiões Sudeste e Nordeste. São textos produzidos por assistentes sociais, docentes e discentes. Os dados mostraram que a produção do conhecimento tem sido oriunda, majoritariamente, de Resultado de Pesquisa (teórica ou empírica), com 64,59% (62). Cerca de 14,06% (13) trabalhos são oriundos de Sistematização do Trabalho Profissional. Quanto aos principais temas abordados nos trabalhos, identifica-se que 41,85% abordam sobre Atuação Profissional, Condições e Espaços de Trabalho.

A sistematização do trabalho profissional no âmbito das empresas capitalistas tem sido uma preocupação das pesquisadoras na produção do conhecimento sobre o Serviço Social em empresas capitalistas, como pode ser observado a partir dos dados sobre os tipos de pesquisa e sobre os principais temas abordados nos textos. O processo de sistematização do trabalho profissional permite “identificar e problematizar as condições do exercício profissional, os fenômenos, [...] a necessidade de aprofundamento teórico para melhor compreendê-los e a da adoção de determinado referencial teórico que permita interpretá-los” (GUERRA, 2009, p. 708). Além disso, é “um recurso que lhe recobra e lhe ressalta sua dimensão crítico-investigativa” (ALMEIDA, 2009, p. 8). Por isso, destaca-se a relevância do trabalho de campo para apreender particularidades de competências e atribuições das assistentes sociais nas empresas, tendo em vista que há uma incompreensão acerca do que se tratam e do que lhes são exclusivas. O risco de se imergir (se já não estiver) em uma desprofissionalização é enorme, pois leva àquilo que Iamamoto (2004) refere de esvaziamento da reflexão e à crise de identidade. Não basta saber que na Lei de Regulamentação estão diferenciadas, até porque a Lei é imprecisa em algumas questões. Como isso adentra o cotidiano profissional?

Assim, ficam os seguintes questionamentos para estudos futuros: como se apresenta nos textos os aspectos do fazer profissional no ambiente empresarial, na qual a relação entre capital e trabalho é tão evidente, sintonizado com o projeto ético político da profissão? Qual o direcionamento teórico contido nas publicações das profissionais que atuam nessa área? Tais indagações podem orientar novas investigações referente às perspectivas teóricas e políticas presentes nas produções sobre o trabalho profissional no âmbito empresarial. Mas, por ora, como diz Milton Nascimento citado por Goin (2021), “o trem da chegada é o trem da partida. A hora do encontro é também despedida”. Por

isso, segundo a autora, o processo da pesquisa ao mesmo tempo que é encontro é, também, despedida. Nesse sentido, despedir-se desse processo é caminho para um novo encontro!

## REREFÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C. Memória: 80 anos do Serviço Social no Brasil: O III CBAS “O Congresso da Virada” 1979. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 128, p. 181-186. Jan/abr. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.102>. Acesso em: nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2019.

ABREO, A. C. S. B; FÁVARO, C. R. Demandas do Serviço Social no setor empresarial. In: **Serviço Social em Revista**. Departamento de Serviço Social - Centro de Estudos Sociais Aplicados (UEL). v. 4 n. 1. Londrina: Ed. UEL, 2001.

AGUIAR, Tassianny M. S. **A gestão de ações de responsabilidade social e a interface com o Serviço Social**. 2010. 100 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduação em Serviço Social – PUC/SP. 2017.

ALMEIDA, Ney L. T. Retomando a Temática da “Sistematização da Prática” em Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete. **Serviço social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. 4ª edição. São Paulo: Editora Cortez. 2009. p.399- 408.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre o Trabalho teórico**. Tradução Joaquim José Moura Ramos. Lisboa: Presença, 1967.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2ª ed. Londrina: Práxis, 2007.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e Subjetividade: o espírito do Toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial. **Katálysis**. Florianópolis. v. 12 n. 2 p. 188-197 jul./dez. 2009.

AMARAL, Angela Santana. CESAR, Mônica de Jesus. Do feitiço da ajuda à fábrica de consensos (Posfácio). In: MOTA, E. M. **O Feitiço da Ajuda: as determinações do Serviço Social na Empresa**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010b. p. 151-170.

\_\_\_\_\_. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. In: CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 411-427.

\_\_\_\_\_. O trabalho do assistente social nas fundações empresariais. In: CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 429- 447.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho no Brasil: Reestruturação e precariedade. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, 2012. ISSN: 0251-3552. Disponível em: [https://static.nuso.org/media/articles/downloads/3859\\_1.pdf](https://static.nuso.org/media/articles/downloads/3859_1.pdf). Acesso em: jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, p. 464. 2014a.

\_\_\_\_\_. A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Vol. XXVII, São Paulo, 2014b,

\_\_\_\_\_. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 7. ed. São Paulo: Unicamp/Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? *In*: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. (Org.) **Infoproletários: Degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. 10. reimp. São Paulo: Boitempo, 2009b.

\_\_\_\_\_. **O privilégio da servidão** [recurso eletrônico]: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. ISBN 978-85-7559-635-7.

\_\_\_\_\_. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020 (ebook).

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**: Campinas. vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ARAUJO, F. C. **O Serviço Social em empresas: formulações acerca de um espaço de atuação profissional**. 2010. 123 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BARROCO, M. L; TERRA, S. H. **Código de Ética do Assistente Social comentado**. Organização do CFESS. São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BIRH, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. **Política social: fundamentos e história**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011. Biblioteca básica de Serviço Social; v. 2.

BOSCHETTI, I. A Insidiosa Corrosão dos Sistemas de Proteção Social Europeus. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo. n. 112. p. 754-803. out/dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/08.pdf>. Acesso em: jun. 2020.

\_\_\_\_\_. BOSCHETTI, I. **Assistência Social e Trabalho no Capitalismo**. 1ed. São Paulo: Cortez, 2016.

BOTÃO GOMES, M. R.; SALVADOR, M. E. F.; COSTA, D. C. T. Comissão de empresa: espaço de interlocução e resistência. **Temporalis**. Brasília (DF), jan./jun. 2019. ISSN 2238-185. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/1095>. Acesso em: nov. 2020.

BOTÃO GOMES, M. R. A crise do capital e relações de trabalho: considerações sobre “consultorias sociais” em empresas. **Em Pauta**. n.44, v. 17, p. 224-239. Rio de Janeiro, 2019.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trabalho Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. **Revista Aurora**, Marília, n. 3, v. 2, ago. de 2010. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1226>. Acesso em: out. 2020.

CASANOVA, Pablo G. **O Imperialismo, hoje**. Tempo: Rio de Janeiro, nº 18, pp. 65-75, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/X95rVmKVbNxyvbfZSHZfZxf/?lang=pt>. Acesso em: abr/21.

CESAR, M. de J. O Serviço Social e a reestruturação industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional. *In: A nova fábrica de consenso: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 115-148.

CFESS. **Seminário Nacional: 30 anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, 2012. 204p.

DOHER, Ilma. (org). **O serviço social em empresas para além da crítica: espaços de enfrentamento e atuação profissional**. Petrobrás. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

FONTES, V. Expropriações contemporâneas: um primeiro debate teórico. *In: ALIAGA, L.; AMORIM, H.; MARCELINO, P. (Orgs.). Marxismo: teoria, história e política*. São Paulo: Alameda, 2011.

FORTUNA, S. L. de A; GUEDES, O. de S. A produção do conhecimento e o projeto ético-político do Serviço Social. **Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 1, jan./abr. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n1p25>.

FREIRE, L. M. B. **O serviço social na reestruturação produtiva: espaços, programas, direções e processos de trabalho profissional**. 3ed. São Paulo: Cortez. 2010.

GIAMPAOLI, Maria Cristina. Serviço Social em empresas: consultoria e prestação de serviços. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 114, p. 266-289 abr./jun. 2013.

GUERRA, Iolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. *In: CFESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 701-717.

HARVEY, D. **O novo-imperialismo**. 2. ed. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Condição Pós-Moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Trad. Adail Ubirajra Sobral e Maria Stela Gonçalves. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. O “novo imperialismo”: ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. **Lutas Sociais: Trabalhadore(a)s em luta**. São Paulo. n. 13/14, p. 9-23, 2005b. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/issue/view/1204/showToc>. Acesso em: maio. 2020.

\_\_\_\_\_. **O neoliberalismo: história e implicações**. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2011.

IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 37. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, M. V. As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: MOTA et. al. (orgs). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. 4ed. (6ª reimpressão), São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: [http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/sumario.htm](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/sumario.htm). Acesso em: nov. 2020.

\_\_\_\_\_. M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: **trabalho e formação profissional**. 25ed. São Paulo: Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_. Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do Assistente Social na Atualidade. In: **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão**. Brasília: CFESS, 2012.

\_\_\_\_\_. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

INFESTAS GIL, A. **Sociologia de la empresa**. 2. ed. Salamanca: Amarú, 1993.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A reestruturação produtiva nas empresas brasileiras e seu reflexo sobre a força de trabalho por gênero**. Brasília, 1996. Disponível em:

[https://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3555:td-0400-a-reestruturacao-produtiva-nas-empresas-brasileiras-e-seu-reflexo-sobre-a-forca-de-trabalho-por-genero&catid=318:1996&directory=1](https://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3555:td-0400-a-reestruturacao-produtiva-nas-empresas-brasileiras-e-seu-reflexo-sobre-a-forca-de-trabalho-por-genero&catid=318:1996&directory=1). Acesso em: mar. 2021.

JOSE FILHO, M. A produção do conhecimento em serviço social. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, SP, v. VII-VIII, n. 7-8, dez. 2009.

KAMEYAMA, Nobuco. Notas introdutórias para a discussão sobre reestruturação produtiva e Serviço Social. In: MOTA, A. E. **A nova fábrica de consenso: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010a. p. 7-22.

LÊNIN, Vladimir. **O imperialismo etapa superior do capitalismo**. 1977. Disponível em: <http://pcb.org.br/portal/docs/oimperialismo.pdf>. Acesso em: set. de 2019.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: pesquisa bibliográfica. **Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp. p. 37-45, 2007.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_. **A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo, Editora Ensaio, 1990.

MARX, K.; ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Rocket Edition, 1999. Edição de Ridendo Castigat Mores. Versão para *E-books*.

MARX.K. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1. Processo de Produção do Capital. *Tradução* de Rubens Enderle. 1ª ed. Revista. *E-books* da Boitempo Editorial. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução de Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. **Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na “questão social” brasileira. **Temporalis**. Brasília (DF): ABEPSS, n. 28, jul./dez. 2014. p. 113-132.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital-Rumo a uma teoria da transição.** Tradução Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **A Crise estrutural do capital.** São Paulo, Boitempo, 2009.

MOLLHOFF, G. E. L. **América Latina em perspectiva: tendências da ativação para o trabalho no capitalismo periférico.** 2019. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35393>. Acesso em: nov. 2019.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, A. E. (org) **A nova fábrica de consenso: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010a.

\_\_\_\_\_. **O Feitiço da Ajuda: as determinações do Serviço Social na Empresa.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010b.

\_\_\_\_\_. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo. n. 120. p. 694-705. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/gkDFx8PW5zwSCRRbDrhWwcv/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: mai. 2021.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. Reestruturação produtiva do capital, fragmentação do trabalho e serviço social. In: MOTA, A. E. (org) **A nova fábrica de consenso: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Coleção temas sociais).

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementariedade?** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, Set. 1993.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. Biblioteca básica de Serviço Social; v. 1.



NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011b.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011c.

\_\_\_\_\_. Introdução ao método da teoria social. In: CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 667-700.

\_\_\_\_\_. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 50, Ano XVII. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social Frente à Crise Contemporânea. In: **Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 01. Brasília. CFESS/ABEPSS/DSS e CEAD-UnB, 1999.

OLIVEIRA, M. D. T. Atuação dos Assistentes Sociais nas Políticas de Recursos Humanos em Empresas Alagoanas. In: **Serviço Social, Políticas Sociais e Mercado de Trabalho Profissional em Alagoas** / Rosa Prêdes (organizadora) Maceió: EDUFAL, 2007.

PEREIRA, Juliana. A. C. O método investigativo de Marx: uma contribuição à construção do conhecimento. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, SP, v. 18, 2019. DOI: 10.20396/sss.v18i0.8656804. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8656804>. Acesso em: 10 jun. 2020.

PEREIRA-PEREIRA, P. A. Do Estado social ao Estado antisocial. In: PEREIRA-PEREIRA, P. A. et al. (Orgs.). **Política social, trabalho e democracia em questão**. Brasília: UnB, 2009.

POCHMANN, M. Brasil sem industrialização: a herança renunciada [online]. Ponta Grossa: Editor UEPG, 2016. ISBN 978-85-7798-216-5. Available from SciELO Books. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>.

\_\_\_\_\_. Política social na periferia do capitalismo: a situação recente no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**. Campinas-SP, 2007.

PRAUN, L. **Reestruturação Produtiva, Saúde e Degradação do Trabalho**. Campinas: Papel Social, 2016.

RAICHELIS, Raquel. O Assistente Social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011. p. 420-437.

SANTOS, C. M. dos. As Dimensões da Prática Profissional do Serviço Social. **Revista Libertas**. Volume 2 nº 2 e volume 3, números 1 e 2. FSS/UFJF, 2002.

SANTOS, Josiane S. **“Questão Social”: particularidades no Brasil**. 1ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social; v. 6)

SETUBAL, A. A. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2013.

SILVA, T. R. **O processo de renovação do serviço social mediante a autocracia burguesa**. II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/179860>. Acesso em abr. 2021.

SIMIONATTO, I.; PFEIFER, M. Responsabilidade Social das empresas: a contraface da sociedade civil e da cidadania. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 5, nov. 2006.

SOUZA, A. R; CHAVES, E. R. **A atuação do assistente social em empresas privadas: notas sobre a produção da categoria**. Congresso VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2017.